

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FELIPE HENRIQUE WEGNER**

**SANTA CATARINA VAI À GUERRA:
A MOBILIZAÇÃO MILITAR CATARINENSE DURANTE A GUERRA DO
PARAGUAI.**

Florianópolis

2010

FELIPE HENRIQUE WEGNER

**SANTA CATARINA VAI À GUERRA:
A MOBILIZAÇÃO MILITAR CATARINENSE DURANTE A GUERRA DO
PARAGUAI.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em História.

Orientador: Prof^a Dra. Beatriz Gallotti
Mamigonian

Florianópolis

2010

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família por ter possibilitado que mais do que estudar na universidade por esses cinco anos, vive-se plenamente o ambiente universitário ao permitir que não dependesse de algum emprego fora para estudar. Essa possibilidade certamente foi o diferencial para que pudesse realizar uma boa graduação, dado que muito do que aprendi de relevante para minha formação e vida nesses cinco anos foi extraclasse. Os eventuais méritos desse trabalho, certamente, devem muito a isso.

Entretanto, a colaboração desses obviamente não se restringiu a possibilidade de dedicar-me integralmente aos estudos. Seu apoio, carinho e constância ao longo desses anos foram fundamentais. Como os amigos que fui fazendo ao longo da graduação perceberam, a atenção e carinho deles para comigo são impares, o que valeria muitas vezes a afirmação de que sou muito mimado por minha família.

Ao Du, agradeço pela amizade mais especial que alguém pode ter. Ao contrário de muitos que tem de procurar arduamente por um “melhor amigo” para todas as horas, o meu esteve comigo desde que me entendo por gente: meu irmão Eduardo – parceiro de Scarpelli, de bebedeiras e festas memoráveis, e principalmente, companheiro único nos momentos difíceis e nas “correrias” de todos os tipos (que só ele sabe).

Aos meus pais, Marcos e Vera, agradeço por terem me carregado pelas mãos nos primeiros anos de minha vida e por caminharem, lado a lado, nesses cinco anos de graduação. Eu sei o quanto é motivo de orgulho para meu pai me ver concluir o último passo da graduação. A minha mãe tenho de agradecer também pela enorme paciência e cumplicidade nesses cinco anos. Ela teve que me aguentar incontáveis manhãs, tardes e noites falando incansavelmente sobre algum tema de História e ainda conseguia paciência para ler e reler meus trabalhos (inclusive esse), sugerindo modificações. Devido ao fato de ter praticamente se graduado comigo, é uma injustiça que ela não receba os títulos de bacharel e licenciada em História.

Agradeço também a minha tia Kátia, que quando muitos parentes ainda se assustavam com minha opção por “morrer de fome” cursando História, apoiou-me, sempre coerente com sua máxima de que devemos fazer aquilo que gostamos.

À professora Beatriz, a quem pedi para orientar o presente trabalho devido a expectativa de que fosse uma ótima orientadora, escolha que felizmente demonstrou-se acertada. Sem sua ajuda o trabalho com as fontes primárias e o próprio processo de escrita seriam mais difíceis.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, **Giovânia** e Paulo, por sua atenção e cordialidade durante o tempo em que estive pesquisando nessa instituição. A dedicação e o esforço empregados por eles em seus trabalhos merecem elogios.

Ao pessoal do PET - História, onde fui bolsista por cerca de três anos. Parte de minha formação deve-se aos estudos e a convivência com os demais bolsistas desse programa.

À Caren, amiga e parceira de todo tipo de aventuras no Uruguai, e a Laura, amiga paraguaia alvinegra, que me ajudaram a domar a gramática na confecção desse e de outros trabalhos. A elas e também a Anita devo agradecer por terem transformado a América do Sul, e em especial o Uruguai e o Paraguai, de um tema de livros e palestras universitárias em algo pela qual tenho carinho e anseio por conhecer mais e mais a cada viagem. Algo que certamente influenciou na escolha do tema desse trabalho.

Aos amigos que fiz ao longo da graduação, sem eles a graduação se resumiria ao fim desses anos numa pilha de fotocópias e provas corrigidas ao invés de alguns dos melhores anos que vivi. As coisas que aprendi de mais importante durante a faculdade certamente foram por meio deles ou pelo menos conjuntamente com eles – e dificilmente se deram em sala de aula. Entre eles, deixo agradecimentos especiais ao nosso querido Vladimir (Fábio Aquino), excelente cozinheiro e amigo; ao Espinoza (Rodrigo), parceiro de todas as horas; ao Pedro, companheiro de Scarpelli nessa caminhada de dois anos rumo ao retorno a Série A; ao Mateus, pequeno grunge mas grande amigo; ao Jaum, o manezinho mais engraçado da graduação; e ao Roni, companheiro de “catrações” e mais novo adepto do software livre (alguém com uma moral forte e uma cabeça tão dura quanto a dele é difícil de encontrar).

Não tentarei enumerar a contribuição desses amigos ao longo desses anos, apenas desejo que eu os tenha transformado pelo menos um pouco do que eles me transformaram. Algo que foi realizado principalmente em nossas intermináveis conversas de bar, mas também no alto de uma montanha de mais de cinco mil metros na Cordilheira dos Andes, numa panfletagem pelo Sí nas ruas de Cochabamba, no corre-corre pelas ruas de Floripa causado pela repressão policial durante as jornadas anuais por um transporte público socialmente justo, e até mesmo em uma sala de aula.

Resumo

O presente estudo buscou investigar as características da mobilização militar ocorrida em Santa Catarina durante a Guerra do Paraguai. Ao invés de centrar-se numa narrativa que exaltasse o esforço de guerra catarinense, optou-se por compreender a mobilização militar na província considerando os dilemas e conflitos que essa gerou no seio da sociedade catarinense. Através da análise de documentos oficiais como os relatórios da presidência da província catarinense e as comunicações dessa com o Ministério da Guerra, buscou-se analisar as diferentes modalidades de engajamento dos combatentes catarinenses no exército, seus motivos e a atuação das autoridades bem como dos grupos mobilizados para lutar no confronto.

Ao longo do trabalho buscou-se trazer à tona a forma pela qual a guerra se fez presente na província no cotidiano da sociedade: como traduziu-se em soldados o ímpeto patriótico dos primeiros momentos do conflito; quais as estratégias adotadas pelas autoridades provinciais para superar as dificuldades crônicas em conseguir recrutas; quais as utilizadas pelos candidatos ao recrutamento para evadir-se. Além disso, o trabalho explorou algumas especificidades da província, como o fato de ter sido base para o treinamento dos recrutas antes de seguirem para o *front* e de ter recebido muitos dos feridos e doentes para tratamento. A grande presença de estrangeiros na província fez com que a demanda de soldados para a guerra levasse a arbitrariedades como tentativas ilegais de recrutar estrangeiros e também suscitou estratégias de fuga desesperadas, como a que levou dois guardas nacionais a partirem da província num navio norte-americano, realizando uma longa viagem apenas para serem capturados pelas autoridades quando o navio em que estavam tornou a passar por terras catarinenses.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Santa Catarina; Recrutamento militar; Estrangeiros e recrutamento.

Resumen

El presente estudio buscó investigar las características de la movilización militar ocurrida en Santa Catarina durante la Guerra del Paraguay. En lugar de centrarse en una narrativa que exaltase el esfuerzo de guerra catarinense, se optó por comprender la movilización militar en la provincia, considerando, los dilemas y conflictos que ella generó, en el seno mismo de la sociedad catarinense. A través del análisis de documentos oficiales, como los informes de la presidencia de la provincia referida y las comunicaciones de ésta con el Ministerio de Guerra, se buscó analizar las diferentes modalidades de reclutamiento de los combatientes catarinenses en el ejército, sus motivos y la actuación de las autoridades y a la vez de los grupos movilizados para luchar en el conflicto.

A lo largo del trabajo se buscó dilucidar la forma por la cual la guerra se hizo presente en la cotidianeidad de la sociedad de la provincia: cómo se transformó aquel ímpetu patriótico de los primeros momentos, que generaba soldados voluntarios para el frente de lucha; cuáles las estrategias adoptadas por las autoridades provinciales para superar las dificultades crónicas en conseguir reclutas; cuáles las utilizadas por los candidatos al alistamiento para evadirlas. Además de eso, el trabajo exploró algunas especificidades de la provincia, como el hecho de haber sido base de entrenamiento de los reclutas antes de seguir al frente de lucha y de haber recibido muchos heridos y enfermos para tratamientos. La gran presencia de extranjeros en la provincia hizo que la demanda de soldados para la guerra llevase a arbitrariedades como intentos ilegales de reclutar extranjeros y también suscitó estrategias de fuga desesperadas, como las que llevaron a dos guardias nacionales, a huir de la provincia en una nave norteamericana, realizando un largo viaje, quienes para su infelicidad fueron recapturados por las autoridades cuando dicho navío regresó a Santa Catarina.

Palabras claves: Guerra del Paraguay; Santa Catarina; Reclutamiento militar; Extranjeros y reclutamiento.

Sumário

Introdução	08
1. Mobilização para a Guerra do Paraguai: Um novo exército para um novo tipo de guerra	17
2. O contexto catarinense	29
3. Santa Catarina embarca nos vapores a caminho da guerra: A busca pela “cooperação compulsória”	
3.1. Os voluntários da pátria	36
3.2. Os praças de pret: Recrutando à moda antiga	49
3.3. A guarda nacional (não) vai a guerra	54
3.4. A "cooperação compulsória" fracassa: De escravos a soldados	62
4. Estrangeiros em pé de guerra (contra a mobilização)	71
5. Doações: Além do tributo de sangue	79
Considerações finais	83
Fontes	90
Referências bibliográficas	91

Introdução

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito bélico da América do Sul e sua importância para a história dos países envolvidos é crucial. Sua duração, seis anos, é maior do que a de qualquer outro conflito em larga escala do continente americano, superando inclusive a Guerra de Secessão norte-americana.

Assim como a guerra que dividiu os Estados Unidos, essa foi uma das primeiras guerras totais da história, mobilizando recursos humanos e materiais em larga escala das sociedades envolvidas. Isso é verdade especialmente para o Paraguai, que exauriu-se completamente no conflito.

As forças irregulares mobilizadas localmente no sul do país, que até o conflito haviam assegurado a presença brasileira no Prata, foram insuficientes para fazer frente a essa guerra de novo tipo. A Guerra do Paraguai, por sua magnitude, colocou no centro dos acontecimentos um aparato militar do Império que até então desempenhara funções acessórias: o exército regular.

Se no início do conflito o exército possuía aproximadamente 18 mil soldados¹, até o final da guerra seriam enviados cerca de 139 mil soldados brasileiros, dos quais uns 50 mil morreram em decorrência da guerra, seja de forma violenta ou por doenças.² Considerando que esses números equivalem, respectivamente, a 1,5% e 0,5% da população na época do conflito³ podemos compreender o gigantesco esforço realizado para derrotar nosso pequeno vizinho. Isso sem mencionar o enorme endividamento do Estado brasileiro, que comprometeria suas finanças por mais de uma década.

A importância da guerra na história do país não deve ser subestimada, sendo o conflito diretamente associado com a criação de um exército profissional, o movimento abolicionista e o golpe militar que derruba o Império e instaura a República. Devido a sua importância para as forças armadas e para a instauração da República, o confronto é um elemento central na construção de narrativas sobre o Estado e as forças armadas brasileiras. Sendo assim, é compreensível que a guerra tenha um espaço privilegiado na historiografia tradicional com vistas a corroborar a manutenção de mitos que legitimem e engrandecem a atuação brasileira.

As principais características dessa historiografia conservadora, que se manteve hegemônica até a década de 1970, podem ser encontradas já nas obras memorialistas

1 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 91.

2 Ibidem, p. 483.

3 Considerando a população brasileira como sendo constituída por 9.100.000 na época do conflito. Ibidem, p. 91.

compostas por militares durante o conflito ou logo após o mesmo.⁴

Nessa historiografia conservadora nacional-patriótica, o Brasil é sempre visto como a nação agredida e nunca como agressor. Para tanto, toma-se como ponto zero do conflito a apreensão do navio Marquês de Olinda e a invasão do Mato Grosso por tropas paraguaias em dezembro de 1864, e é esquecida a intervenção militar brasileira no Uruguai, posta previamente como *casus belli* pelo Paraguai.

O conflito é lido sob a ótica da história política tradicional, centrada na narrativa das batalhas e da alta política através da atuação de grandes homens. Na personificação da história oriunda dessa abordagem temos que o causador da guerra é o diabólico Solano López, vencido graças ao gênio militar de heróis como duque de Caxias.

Com relação ao esforço de guerra brasileiro, são destacados a coragem dos soldados brasileiros e acima de tudo a inteligência e capacidade dos oficiais, entretanto, os primeiros nunca possuem nome, sendo tratados coletivamente. Algo que não surpreende, visto que é uma historiografia “escrita de cima”, cujos primeiros autores serão os próprios oficiais combatentes.

Contudo, essa visão elitista não impede que a guerra seja considerada como uma gloriosa luta pelo resgate da honra maculada da pátria, em que milhares de brasileiros acorreram voluntariamente a defender sua nação. Os interesses divergentes dos diversos atores internos são escamoteados, nessa historiografia todos cerram fileiras para defender os interesses da “nação”. Essa leitura do conflito é essencial para abarcar aos setores populares na história do conflito de modo que tenham unidade de interesses com a elite imperial. Sendo importante para isso tanto a construção do objetivo que os une, a agressão a pátria, como a resposta una e coesa, simbolizada pela figura do “voluntário da pátria”.

Exemplo dessa historiografia conservadora em âmbito catarinense é a obra “Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai”, do almirante Lucas Alexandre Boiteux, publicada postumamente no ano de 1972.⁵ Essa obra, de caráter narrativo, não almeja realizar uma análise dos personagens e grupos sociais catarinenses envolvidos no esforço de guerra, muito menos busca compreender as discordâncias e resistências daqueles que foram convocados a compor o esforço de guerra catarinense. O objetivo de Boiteux é enaltecer o grande papel prestado pelas forças armadas, e dentro dessas, do “povo catarinense”. Consonante com esse objetivo, o livro de Boiteux contém uma lista com o nome de todos os

4 Uma obra memorialista famosa é a do engenheiro-militar Alfredo d'Escagnolle Taunay (publicada em 1871): TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

5 Lucas Alexandre Boiteux finalizou o livro em 1940, sendo publicado apenas em 1972. BOITEUX, Lucas Alexandre. Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1972.

participantes catarinenses que pôde elencar, com o fim de prestar-lhes as devidas homenagens.

Apenas no final dos anos 1970 ganha destaque no Brasil uma interpretação histórica crítica à historiografia tradicional hegemônica. Essa revisão historiográfica tem por ícone a obra “Genocídio americano: a Guerra do Paraguai” do jornalista Júlio José Chiavenatto.⁶ Publicada em 1979, em meio ao ressurgimento das lutas sociais e trabalhistas, expressava a busca por uma visão da história não identificada com as elites e com o regime militar.

Obra realizada fora da academia por um historiador amador, encontra nesses elementos seus pontos forte e fracos. Com relação aos pontos fortes, expõe os limites da historiografia tradicional apontando as insuficiências dessa visão elitista do conflito e seus mitos, além de denunciar o massacre perpetrado contra a população paraguaia. Entretanto seus limites também saltam aos olhos, e suas generalizações, absolutizações e simplificações de fenômenos históricos complexos se prestariam a criação de novos mitos historiográficos, pois resultaram numa certa inversão de elementos centrais da historiografia conservadora do conflito que corroboravam uma imagem positiva da atuação brasileira e em especial das forças armadas.

Sai de cena um Solano López diabólico e entra um estadista excepcional, defensor de um desenvolvimento autônomo para seu país, que por seu progresso social se afiguraria um modelo alternativo a ser combatido pelo imperialismo inglês. A culpa da guerra deixa de ser imputada ao presidente paraguaio e passa a ser atribuída aos interesses britânicos na região e as subservientes elites de Buenos Aires e do Império, que destituídas de autonomia, teriam desempenhado o papel de meras marionetes do imperialismo britânico.

No lugar da ênfase em valorosos voluntários da pátria, oriundos de todas as classes, há a imagem de um exército de escravos alforriados, cujos proprietários receberam vultosas indenizações em detrimento do Estado, enviados para lutar no lugar de seus senhores uma guerra que não era sua.

Essa imagem, que conseguiu grande repercussão, estava baseada em simplificações e absolutizações que conduziram a um quadro distante da realidade. Como por exemplo a afirmação de que a proporção de brancos para negros “era de um branco para cada quarenta e cinco negros” e a conclusão de que o exército “baseava-se fundamentalmente em negros escravos”.⁷ Ora, além do evidente exagero na proporção entre brancos e negros⁸, há o erro

6 CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio americano: a Guerra do Paraguai. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

7 Ibidem, p. 118.

8 Pois chegaríamos a conclusão errônea de que apenas uns três mil brasileiros brancos lutaram no Paraguai. MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração

crucial de partir do fato da maioria das tropas brasileiras ser composta por negros e mestiços para concluir que portanto eram todos escravos.

Entretanto, apesar do estrondoso sucesso de “Genocídio Americano”, essa linha revisionista não obteve uma hegemonia duradoura tal qual a historiografia conservadora que atacara. Dos anos 80 em diante houve um recuo do pensamento de signo esquerdista no mundo acadêmico e a historiografia da Guerra do Paraguai não escapou dessa tendência. “Genocídio Americano” foi alvo de críticas tanto pelas limitações apontadas como pelo fato de que essas foram, em parte, consequência da transplantação para o objeto de estudo de bandeiras políticas dos anos 1960 e 1970 identificadas com o terceiro-mundismo, o socialismo, etc.

A crítica realizada a Chiavenatto caracterizou-se por evidenciar os erros porém não reconhecer os méritos, esquecendo-se de considerar que esse historiador amador foi capaz de fazer o que os meios acadêmicos brasileiros até aquele instante tinham sido incapazes: propor uma leitura que questionasse a historiografia tradicional e revitalizasse o tema.

A produção historiográfica surgida dessa profunda crítica se caracterizou por reivindicar uma abordagem mais isenta do conflito⁹ através de uma análise amparada mais em frutos de pesquisa historiográfica de folego do que em discursos políticos preconcebidos.

A obra “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército” de Ricardo Salles¹⁰, por exemplo, prestou uma grande contribuição ao demonstrar que se os combatentes brasileiros não são uma massa compacta de valorosos voluntários buscando resgatar a honra da pátria, tampouco restringia-se a um exército de escravos libertos para lutar no lugar de seus senhores. Por trás, dessas abordagens generalizantes encontramos uma realidade mais complexa, onde os diversos setores da sociedade imperial se viram engajados no confronto em formas de mobilização e em proporções que frequentemente desmente o senso comum criado pelas interpretações até então vigentes.

Entretanto é “Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai”¹¹, de Francisco

historiográfica [1871-2002] – parte I. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 91, dezembro de 2008. p. 10. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91maestri.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

9 Como exposto na classificação da produção historiográfica sobre o tema realizada por Ana Paula Squinelo na obra “A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular”. Squinelo propõe que após o período de uma interpretação historiográfica que atribuía grande ênfase ao imperialismo britânico, teria surgido, a partir dos anos 80, um período de estudos “inovadores e menos tendenciosos”. MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] – parte III. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 93, fevereiro de 2009. p. 3. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/093/93maestri.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

10 SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

11 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Doratioto, que tornou-se um marco desse novo revisionismo. A obra é um vasto estudo sobre o conflito, sintetizando muito das inovações propostas ao longo das décadas de 80 e 90. Entre essas inovações podemos destacar a busca pela compreensão das origens do conflito no processo de construção e consolidação dos Estados nacionais no Rio da Prata, superando a tese imperialista que, tratando a elite política portenha e a imperial como meras correias de transmissão, apontava o imperialismo inglês como o responsável pelo conflito.

Entretanto, independentemente de pretender uma análise mais desvinculada das paixões políticas, em “Maldita guerra”, paradoxalmente, assistimos a revitalização de diversos elementos da historiografia tradicional anterior.¹² Solano López novamente volta a ser demonizado, realizando-se inclusive uma infeliz e anacrônica comparação com Hitler.¹³ O verniz nacionalista-patriótico volta à carga, incluindo o elogio apologético às lideranças militares da Tríplice Aliança.¹⁴ A apologia ganha passagens como o seguinte relato sobre a atuação de duque de Caxias na batalha de Itororó, em 6 de dezembro de 1866:

[...] Após quatro horas de combate, em um novo ataque comandado pelo general Bittencourt, os batalhões brasileiros começaram a retroceder em desordem. Nesse momento, Caxias desceu a colina de onde comandava a luta, desembainhou a espada e “gritando 'vivas' ao Imperador e ao Brasil” lançou-se sobre a ponte, e nesse ato seu cavalo foi morto pelas balas, assim como vários homens que o acompanhavam. A tropa, “entusiasmada por esse ato de heróica intrepidez”, passou a ponte e bateu os defensores paraguaios, que praticamente estavam sem munição e combatiam com baionetas. Se Caxias tivesse sido atingido ao cruzar a ponte, tal qual ocorreu com outros oficiais, quase certamente a tropa teria debandado, fugido em desordem, o que teria conseqüências imprevisíveis no desenrolar da guerra.¹⁵

Como fica claro, a Guerra do Paraguai ainda está longe de ser analisada sem grandes paixões. O que não é um problema em si. As paixões políticas são essenciais para oxigenar o

12 Para uma crítica da retornada de posições conservadoras por diversos expoentes da nova historiografia sobre o conflito consultar a série de três artigos escrita por Mário Maestri para a Revista Espaço Acadêmico, entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, intitulada “A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]”. As referências estão disponíveis na bibliografia.

13 Como é lembrado por Mário Maestri: MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] – parte III. Revista Espaço Acadêmico, n. 93, fevereiro de 2009. p. 5. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/093/93maestri.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 409 e p. 454.

14 MAESTRI, Mário, Op. Cit. p. 5.

15 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 366.

ambiente acadêmico e evitar que o mesmo se feche em si mesmo. É através dessas que muitos dos anseios e questionamentos da sociedade alcançam o meio acadêmico e são responsáveis por muitas das revitalizações historiográficas sobre temas aparentemente esgotados.¹⁶ Entretanto, as pesquisas historiográficas, independentemente das motivações políticas, tem de estar consoantes com as regras do debate acadêmico e solidamente amparadas em pesquisas rigorosas e fundamentadas em ampla pesquisa sobre as fontes primárias disponíveis.

Assim, apesar de podermos questionar o sucesso em conceber uma história “mais isenta” objetivado pela nova historiografia sobre o conflito, essa possui o mérito de ter enriquecido o debate com trabalhos ancorados em farto levantamento de fontes primárias. Nesse sentido, a exigência imposta pelo debate acadêmico atual tende a elevar o entendimento das características da mobilização militar brasileira, essenciais para a compreensão do conflito.

Nesse esforço para compreender a mobilização militar brasileira destacam-se as diversas pesquisas que surgem abordando o tema tendo como âmbito de estudo a realidade de uma determinada província.¹⁷ Isso porque ainda há grande carência de estudos sobre a forma de mobilização e o perfil desses combatentes devido ao fato do recrutamento, diferentemente de hoje, possuir um caráter local e por isso estar submetido a relações de poder locais. Dessa forma, se quisermos compreender as características da mobilização militar empreendida na guerra devemos estudar como se efetivava o recrutamento em âmbito local, apurarmos as especificidades de cada região e daí realizarmos as generalizações possíveis.

O objetivo desse estudo é buscar através da análise dos documentos da época, as características da mobilização militar para o exército ocorrida em Santa Catarina durante o conflito, as suas especificidades e similitudes com a experiência do resto do país.¹⁸

Para tanto, deveremos atentar para as especificidades das fontes primárias que serão estudadas. A maior parte dessas fontes são documentos do Estado imperial, como os ofícios trocados entre o Ministério da Guerra e os presidentes da província de Santa Catarina, os

16 Uma interessante discussão sobre “engajamento” e produção historiográfica se encontra em: HOBBSBAWN, Eric. Engajamento. In: _____. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 138-154.

17 Um bom exemplo é “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, de Vitor Izecksohn. IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

18 A participação da província de Santa Catarina na Guerra do Paraguai por meio da armada não será abordada no presente trabalho. O estudo dessa requer a análise de outras fontes que aquelas com a qual trabalhamos nesse texto. De qualquer forma, o estudo sobre a participação da armada na Guerra do Paraguai e no Brasil oitocentista como um todo se encontra menos desenvolvido. Algo que se por um lado aponta para a necessidade de estudos nessa área, por outro coloca dificuldades para realizarmos um estudo comparativo das características da mobilização em Santa Catarina com as de outras províncias ou mesmo do Império como um todo.

relatórios que estes apresentavam ao final de seus exercícios, também contamos com jornais do período e as correspondências de agentes consulares e diretores de colônia para o presidente de província.

As características desse material nos impõem especial dificuldade na crítica à visão oficial do conflito e a construção de uma história que considere a visão das camadas populares. Isso porque as vozes encontradas nesses documentos pertencem essencialmente à elites política e econômica. Assim, a questão que se impõe é como produzir uma historiografia que não seja uma “história vista de cima”.

Devido à escassez de fontes alternativas às produzidas pelo Estado e pelos estratos sociais superiores, a leitura a contrapelo do material disponível se faz necessária para recuperarmos algo da visão dos setores populares, que não tiveram a mesma oportunidade de registrar suas impressões sobre o conflito. Isso porque podemos encontrar informações valiosas sobre suas ideias no registro de suas ações pelo Estado. Tais ações ganham visibilidade nesses documentos quando saem do habitual, se chocam com os interesses hegemônicos ou desafiam as leis. Assim, importante fonte de acesso à postura dos populares envolvidos no conflito são aqueles trechos da documentação estatal que se assemelham às “páginas policiais” dos jornais.¹⁹

É numa comunicação do presidente da província ao diretor da colônia nacional Angelina, por exemplo, que tomamos conhecimento da fuga de um guarda nacional que busca refugiar-se nessa colônia mas é descoberto, expedindo-se ordens para capturá-lo. Através de situações como essa é que conseguimos entender um pouco das angústias que os candidatos ao recrutamento passavam durante a guerra e das estratégias que se utilizavam para resistir.²⁰

A compreensão da dinâmica do esforço de guerra catarinense no exército imperial também pode ser beneficiada pela análise dos documentos acima elencados através do confronto das palavras de diferentes personagens, assim como das contradições entre o discurso e a prática de um mesmo ator.

As divergências entre os agentes consulares e o presidente da província, originadas do recrutamento indevido de estrangeiros, por exemplo, possibilitam enxergar elementos da mobilização militar que não transparecem nos relatório de presidentes da província sobre suas

19 Discussões relevantes sobre a “história vista de baixo” podem ser encontradas em: HOBBSAWN, Eric. A história de baixo para cima. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.; BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004. p. 106-124.

20 Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Registro das correspondências do presidente da província para diretores de colônias, 1866/1870. Correspondência do presidente para o diretor da colônia nacional Angelina, 16 de janeiro de 1866. f. 2, 2v.

gestões.

Enquanto a leitura a contrapelo dos documentos produzidos por esses presidentes pode ser utilizada para demonstrar as contradições entre um discurso otimista direcionado ao governo imperial no início da guerra, com relação à convocação de voluntários, e atitudes que caminham no sentido oposto no tocante aos esforços de mobilização local. Isso nos remete a necessidade de considerarmos não somente o que se comunica, mas quem o comunica, e a quem se dirige. Assim, um locutor pode expressar discursos diferentes e mesmo opostos devido a suas intenções para com esse ou aquele receptor.

A compreensão do papel cumprido pelas diferentes formas de mobilização (recrutas, voluntários, escravos alforriados, etc ...) para a Guerra do Paraguai em Santa Catarina passa também pelo estudo das políticas imperiais para o esforço de guerra. A participação dos voluntários da pátria, por exemplo, somente pode ser compreendida se não aceitarmos de maneira acrítica que os indivíduos que se apresentaram como voluntários da pátria sempre o faziam apenas pelo patriotismo. Deve-se ter em conta que o decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que criou o corpo de voluntários da pátria, instituía diversas vantagens a quem se voluntariasse, como o direito a um lote de terra e gratificação ao dar baixa.²¹ Dessa forma, as próprias categorias de mobilização devem ser problematizados afim de evitar-se conclusões errôneas.

As possibilidades oferecidas pelo estudo de histórias individuais também são de grande valia para a compreensão do recrutamento em Santa Catarina. O processo que um comandante da guarda nacional sofreu devido à acusação de ser conivente com as contínuas deserções, a tentativa de um escravo de encontrar a liberdade embarcando como soldado num vapor que cruza por Santa Catarina e a esperança que deposita o português Theotonio de escapar da guerra através da proteção do agente consular de seu país, permitem descobertas que nos são vedadas num abordagem estritamente macro-histórica. Esse estudo de casos específicos oferece uma proximidade e melhor compreensão das dinâmicas locais e das especificidades individuais que ajudam a superar a homogenização imposta por tabelas e dados dos relatórios do Estado, e a compreender as características do engajamento para o exército ocorrido na província.

Assim, por meio desse estudo buscaremos demonstrar as características da mobilização militar para o exército em Santa Catarina durante o conflito, as suas

21 Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis%201865a/pdf5.pdf> e <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis%201865a/pdf6.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

especificidades e similitudes com a experiência do resto do país. Serão analisados as diferentes modalidades de engajamento dos combatentes catarinenses, seus motivos, a atuação das autoridades catarinenses bem como dos grupos mobilizados para lutar no confronto. Espera-se, dessa forma, que se traga alguns questionamentos e respostas novos sobre a mobilização em Santa Catarina e que, dentro do possível, se realize uma contribuição ao debate sobre as características do exército que combateu na guerra.

1. Mobilização para a Guerra do Paraguai:

Um novo exército para um novo tipo de guerra

Para entendermos como se deu o processo de mobilização para a Guerra do Paraguai temos de considerar a natureza do exército brasileiro no século XIX. Os exércitos do século XIX possuíam formas de mobilização e características muito diferentes daqueles que conhecemos hoje e a desconsideração dessas especificidades inerentes ao Brasil imperial pode fazer com que aqueles que se proponham a estudar o conflito incorram em graves erros.

O recrutamento e as características das forças militares do Brasil oitocentista se assemelham muito mais aos exércitos do Antigo Regime do que com os modernos exércitos atuais. Os contingentes com números sempre abaixo do necessário, os longos períodos de serviço militar e as constantes deserções eram problemas estruturais no Império.

Como colocado por Fábio Faria Mendes²², esses problemas estão intimamente relacionados com as próprias características do Estado imperial. Devido as reduzidas capacidades administrativas do poder central, esse Estado era incapaz de exercer sua autoridade diretamente, dependia de formas de governo indiretas, através de ampla delegação de poderes a chefias locais, para realizar tarefas administrativas rotineiras, inclusive as militares.

A fraqueza da burocracia estatal, característica de um Estado em vias de centralização, é fruto de um longo processo histórico, cujas origens remontam a metrópole: ela não apenas levou a que a mobilização militar fosse realizada num caráter local mas que fosse objeto de barganha dos poderes locais.²³ Essa acabou por determinar a existência de um intrincado sistema de privilégios e isenções do serviço militar que atribuíram grande margem de manobra para os poderes locais. Era a contrapartida da colaboração que esses prestavam ao poder central.

É a combinação dessa administração honorária prestada por poderes locais com ordens de privilégio, garantidos pelo sistema de isenção, que determinaram os limites do que o Estado foi capaz de fazer, e por consequência, os contornos e as características do recrutamento. Isso fez com que o recrutamento fosse uma mescla de formas de governo simultaneamente internas e externas às estruturas administrativas formais, onde um fator

22 Fábio Faria Mendes aborda as características do recrutamento militar no Brasil durante os séculos XVIII e XIX em: MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 111-137.

23 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 112.

determinante para o recrutamento foi o interesse das chefias locais.²⁴

O poder dessas chefias locais se encontrava fortalecido pela existência do mencionado sistema de privilégios e isenções do serviço militar. Esse sistema de isenções foi moldado desde o período colonial ao sabor das pressões e resistências dos poderes locais mas também das tensões entre as exigências da defesa e a busca do crescimento econômico, preocupação do projeto político do despotismo ilustrado metropolitano e futuramente do Império brasileiro.²⁵ São esses os responsáveis para que as isenções, consolidadas nas instruções de 10 de julho de 1822, fossem gradualmente reconhecidas e progressivamente ampliadas até o final do Império. Essas continuariam regendo o recrutamento e portanto determinando a forma desse até o final do Império.²⁶

As instruções de 1822 deixam claro sua preocupação em não prejudicar as atividades econômicas, ao determinar que o recrutamento deveria ser realizado “sem detrimento das artes, e navegação, comércio, e agricultura, fontes da prosperidade pública”, compreendendo, principalmente, aqueles que, “por nenhuma pública ocupação, ou legal indústria, viveiros da criminosa ociosidade, só lhes servem de impedimento”.²⁷

O que poderia parecer algo simples à primeira vista se desmente quando nos atentamos para o fato de que as isenções garantidas pelas instruções e pela legislação adicional se assemelham a um verdadeiro labirinto. As isenções incluíam

caixeiros de lojas de bebida e tavernas; homens casados; o irmão mais velho de órfãos; o filho único de viúva; o filho único de lavrador; o feitor ou administrador de fazenda de mais de seis escravos; tropeiros, boiadeiros, mestres de ofício, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores e marinheiros; milicianos devidamente alistados; contratadores de rendas e seus sócios; aprendizes da Imprensa Régia; tesoureiros menores da Bula da Cruzada; estudantes e eclesiásticos; fabricantes de cartas de jogar do Rio de Janeiro; criados empregados nas postas para Santa Cruz e para a Quinta da Boa Vista; ilhéus de Açores, mas apenas aqueles vindos por diligência do intendente geral de polícia; maridos e filhos de amas dos expostos; capatazias das alfândegas; cegos do olho direito etc.²⁸

As instruções proviam uma minuciosa enumeração das isenções, mas deixavam em

24 Idem.

25 Ibidem, p. 121.

26 Ibidem, p. 122.

27 Idem.

28 Idem.

aberto os requisitos a que deveriam satisfazer os recrutáveis, graças a seus critérios vagos e manipuláveis, deixando ampla margem de arbítrio à interpretação dos executores. Deve-se acrescentar ainda que não cabia ao recrutador provar que determinado indivíduo estava em condições de ser recrutado. A complexidade que impunha a coleta e verificação das isenções fazia com que coubesse ao potencial recruta provar que se encontrava sob a proteção de determinada isenção. Assim, ainda que as isenções representassem uma alternativa legal à estratégia de evasão mais simples, a fuga, possuíam uma margem de insegurança.²⁹

O ideal desse sistema de recrutamento, de proteger aos possíveis desamparados pelas levadas - como viúvas e órfãos - ao passo em que garante os interesses das diferentes atividades econômicas, não por acaso, garantiu uma ampla margem de manobra aos poderes locais na aplicação da mesma ao passo em que impedia qualquer tentativa de torná-lo universal. A título de exemplo cabe mencionar que o progressivo alargamento dessas isenções levou um delegado de polícia, em 1888, a enumerar mais de 100 categorias que desfrutavam de imunidades.³⁰ Isso explica, em parte, as dificuldades crônicas do Império em manter os contingentes do exército em patamares mínimos ainda que esse tivesse um efetivo muito modesto.

Não bastassem essas dificuldades, o serviço militar era brutal e considerado pela população livre como uma forma extrema de degradação social, tanto pelas más condições da vida nos quartéis como pelo fato de entre seus integrantes constarem muitos indivíduos desqualificados socialmente. Segundo Francisco Doratioto, nos quartéis, “havia punições corporais para as faltas dos soldados; a remuneração era a mesma desde 1825, quando a moeda valia o dobro em relação a 1865; a tropa recebia apenas uma refeição por dia; as acomodações nos quartéis eram péssimas e o armamento antiquado.”³¹

As resistências ao recrutamento ao impossibilitarem a reposição anual do efetivo nos números desejados obrigariam o Império a alongar excessivamente os tempos de serviço, prendendo os soldados aos quartéis por longos períodos de sua vida. Isso colaborava para tornar o serviço militar ainda menos atraente.

As dificuldades na reposição do efetivo do exército eram tais que o Império, durante todo o século XIX, se veria obrigado a estender ilegalmente os termos de serviço. “Não é raro encontrar soldados servindo 10 anos ou mais após o fim de seu engajamento. Em 1858, por exemplo, cerca de 13% do contingente eram constituídos de praças com direito a baixa, mas

29 Ibidem, p. 123.

30 Ibidem, p. 122.

31 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 111.

que não haviam sido liberados.”³² O desrespeito sistemático do governo aos pedidos de baixa por tempo de serviço era uma das causas principais de deserção.

Deserção que, ao contrário dos exércitos modernos, era algo normal. A evasão do recrutamento e a deserção tinham causas em comum e se reforçavam mutuamente. Num cenário de precariedades administrativas e arbitrariedade de poderes locais, o recrutamento tinha um caráter errático, visando um “candidato” desprevenido. Esse, se falhou em fugir no instante do recrutamento, pode tentar um pouco mais adiante. Não eram raras as deserções “em rota”, ou seja, na condução dos recrutas as suas unidades. As anistias, frequentes ao longo de todo o Império, demonstram que o mesmo considerava as deserções um mal inevitável, eram um componente estrutural do exército.

Dado essas características não é difícil entender que as deserções não possuíam o grave conteúdo moral de “traidor da pátria”. Pelo contrário, se afiguravam como algo corriqueiro e banal para a população e o desertor facilmente encontrava apoio entre seus amigos e familiares. Ao analisarmos a mobilização militar brasileira durante a Guerra do Paraguai não devemos julgar tais deserções com os critérios contemporâneos pois incorreríamos num grave anacronismo, levando a uma compreensão errônea do significado de tal atitude.

Podemos ter uma ideia das dificuldades do exército imperial quando consideramos o cálculo de que as doenças, mortes, deserções, baixas por fim do tempo de serviço e as sentenças demandavam que cerca de um quarto do efetivo total do exército tivesse de ser renovado anualmente. Como os recrutas, voluntários e reengajados não se apresentam em número suficiente o que assistimos é o persistente lamento do Ministério da Guerra em seus relatórios anuais.³³

Dada a situação dramática para a manutenção dos efetivos do exército em números aceitáveis e a ampla recusa que o serviço encontrava na sociedade imperial, temos de identificar quem eram os indivíduos que estavam sob a mira das autoridades locais para irem prestar o serviço militar.

Não é difícil deduzir que as chefias locais que controlavam o processo de mobilização, não corriam o risco de se verem engajadas no exército. Os escravos também estavam isentos do serviço. O recrutamento compulsório de escravos era uma impossibilidade pois iria contra um dos elementos centrais da sociedade escravista, o direito à propriedade dos senhores. Além desse fator o recrutamento de escravos seria inconveniente ao setor produtivo, uma

32 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 124.

33 Idem.

preocupação sempre presente do Império e dos grandes proprietários, e agravada com a proibição do tráfico internacional de escravos em 1850.

Dessa feita o pesado tributo de sangue, como era chamado a contribuição militar no Império, recaía sobre uma segunda categoria de homens livres: aqueles que não eram senhores. Entretanto, isso não implica que todos os homens livres de extração popular estivessem igualmente vulneráveis ao recrutamento.

Numa sociedade organizada segundo a lógica de dominação senhorial, “qualquer um que não estivesse ligado a ninguém por laços de dependência, devia ser vigiado”.³⁴ Tal sistema visava proteger aqueles que fossem considerados úteis à sociedade, e nesse tipo de sociedade ser útil significa servir alguém. Não é difícil enxergar o papel de controle social que possuía assim o sistema de isenções.

Os homens livres que quisessem estar menos vulneráveis às arbitrariedades do recrutamento deveriam estar ligados a algum chefe local por laços de dependência. Aqueles que não estivessem inseridos nessas redes de proteção locais deveriam buscar inserir-se, pois caso não estivessem sob controle e proteção de algum poder local, o recrutamento era uma possibilidade e a fuga para o mato um dos recursos desesperados.

O critério econômico também é levado em consideração e tanto governo como autoridades locais buscaram o difícil equilíbrio entre as necessidades do recrutamento e as de natureza produtiva. Assim é que o governo central, por ocasião de ordens de recrutamento, por diversas vezes deixa claro que o mesmo deve ser feito com “suavidade”, “brandura” e sem “vexações dos povos”.³⁵

Esses pedidos ocorriam inclusive durante a Guerra do Paraguai, um cenário mais extremo onde por diversas vezes as demandas da guerra implicaram medidas drásticas. Como na circular destinada aos presidentes de província datada de 10 de janeiro de 1866, cerca de um ano após o início da guerra, em que o Ministério da Guerra expunha que o:

(...) desfalque proveniente de deserções, perdas de vida e inutilização de praças, que pelo menos regulará na razão de 6 a 10 por cento, deve ser preenchido. Assim que convêm que V. Ex. (...) envie os Corpos organizados, ou em via de organização, com toda a urgencia, (...) e que alem d'isto venhão sempre os recruta e voluntarios que se puderem adquirir sem violencia nem

34 BALABAN, Marcelo. “Voluntários involuntários”: O recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 2, 2009. p. 226. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/download/11391/11102>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

35 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 115.

tropelia (...) sendo em cada Vapor que por ali transitar remetidos qualquer que seja o numero adquirido.³⁶

O objetivo desses pedidos era que se evitassem as violências, tropelias e arbitrariedades que pudessem suscitar comoção pública e que inevitavelmente vinha acompanhada de prejuízos para a economia. Portanto, sempre que possível, o alvo preferencial dos recrutadores serão, o que a primeira vista pode soar uma contradição, os indivíduos difíceis de classificar e de encontrar – vagabundos, trabalhadores itinerantes, criminosos, malfeitores – pois não estavam sob o abrigo de redes sociais de proteção e portanto escapavam do maior controle a que os demais estavam obrigados.³⁷

Esses indivíduos ainda possuíam um atrativo extra visto que as autoridades locais poderiam aproveitar-se do recrutamento para limpar sua jurisdição de elementos indesejados. É frequente encontrar como motivo do recrutamento justificativas de natureza moral. Nas relações de recruta podemos encontrar observações como “aventureiro”, “vadio de profissão”, “carpinteiro mas de mal comportamento”.³⁸ Eram elementos que a princípio seriam invisíveis para a burocracia estatal mas que pertenciam ao cotidiano das autoridades locais e poderiam ser usados como instrumento de poder.

Entretanto, dado a crônica falta de contingentes para o exército não se deve supor que somente esses “alvos preferenciais” eram recrutados, pelo contrário, a brutalidade e discricção do recrutamento eram rotineiras e conhecidas. Não é senão esse o motivo que leva vilarejos inteiros a desaparecer em momentos de uma demanda maior. A Guerra do Paraguai elevaria essa demanda a níveis críticos mas podemos encontrar casos de arbitrariedade surpreendentes em épocas anteriores. Em 1808, por exemplo, “o capitão-geral de São Paulo, aproveitando-se dos festejos do Corpus Christi, bloqueou as saídas da cidade e conduziu ao quartel praticamente toda gente válida, sem distinção de idade, condição ou profissão.”³⁹

Nesse instante deve-se fazer um parêntesis e chamar a atenção para que o recrutamento no Brasil oitocentista não seja compreendido de maneira errônea. Autores como Chiavenatto quando buscaram criticar a história tradicional e sua descrição do conflito com o Paraguai como uma verdadeira cruzada nacional perpetrada por valorosos voluntários, frequentemente caíram no erro oposto. Ao buscarem enfatizar a face repressiva do recrutamento denunciando como um escândalo aquilo que lhes parecia chocante,

36 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1866. Circular de 10 de janeiro de 1866.

37 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 115.

38 Ibidem, p. 128.

39 Ibidem, p. 117.

desconsiderando a realidade do recrutamento militar no século XIX.

O recrutamento forçado e as arbitrariedades não eram características exclusivas do Brasil imperial, era antes a regra na maioria dos países. As frequentes deserções também faziam parte da realidade militar da época e não deveria soar estranho o pedido do agente consular estadunidense em Santa Catarina para as autoridades provinciais cooperarem com a captura de eventuais desertores da marinha estadunidense em terras catarinenses.⁴⁰

Mesmo o envio de um substituto mediante pagamento não era algo visto de forma pejorativa, sendo, pelo contrário, apontado pelo Ministério da Guerra em 1866 como uma das formas de aproximar o recrutamento daquele praticado em nações “mais avançadas” como a França.⁴¹ No Brasil, entretanto, a institucionalização de um mercado nacional de substitutos não atingiria o grau alcançado em países como França e Espanha. Isso porque aparte a alternativa de evasão “via mercado” existia uma ampla gama de recursos para evitar o recrutamento.⁴² Como é o caso da fuga, que é potencializada pela grande “fronteira aberta” existente no país.

As arbitrariedades do recrutamento poderiam atingir inclusive aqueles que estavam bem situados na escala social, pois o mesmo podia ser usado como arma política. O abuso com que foi usado esse poder e a incapacidade do governo central em inibi-lo fica demonstrado num trecho do discurso pronunciado pelo deputado Gomes de Souza em maio de 1862 sobre um projeto que tratava da unificação dos pesos e medidas no país:

A câmara sabe o que é o recrutamento; sabe o arbítrio que ele concede ao governo; e entretanto isso é coisa nenhuma a par dos abusos que se cometem. Todos os dias vemos recrutadas pessoas que se acham em todos os casos de isenção que a lei exige: ainda mais, autoridades constituídas, escrivão, etc, fazem viagens de cem léguas às capitais das províncias, para que então se lhes diga que eles podem ser soltos por não estarem no caso de ser recrutados!⁴³

A preocupação do deputado era com os abusos que seriam cometidos pelas autoridades locais que não hesitavam em utilizar do recrutamento para impor sua vontade. Até autoridades constituídas eram submetidas a esses abusos, e mesmo que o governo imperial pudesse evitar o recrutamento não podia evitar que o abuso se repetisse. Isso atestava um limite do Estado

40 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para côsules, 1860/1875.

Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 24 de abril de 1866.

41 SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 61.

42 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 128.

43 BALABAN, Marcelo, Op. Cit. p. 228.

imperial frente aos poderes locais e é por esse motivo que o deputado sugeria que qualquer novo “crime” fosse criado com cautela, pois poderia se transformar em novo instrumento de abusos.

Dessa forma, as leis se constituíam num instrumento de poder também no século XIX. Mas com sentido particular pois definiam o jogo político organizado pela disputa entre poderes locais e o poder central. “Enquanto um fazia uso da prerrogativa do recrutamento ao arrepio da lei, o outro soltava os prisioneiros ilegais, mas era incapaz de impedir a ilegalidade em si”.⁴⁴ Esses abusos não devem ser entendidos como algo que extrapolava o funcionamento do sistema político de então mas como um elemento do jogo político ordinário do Brasil imperial.⁴⁵

Isso se tornou especialmente verdade com a cristalização dos partidos e o processo de centralização administrativa de meados do século XIX. O partido político que detivesse em suas mãos o controle das autoridades policiais, da guarda nacional e do recrutamento possuía uma importante arma eleitoral. Isso porque quem possuía os cargos públicos da estrutura judicial e policial do governo central tinha as ferramentas para exercer sanções arbitrárias aos cidadãos. O uso calculado dessas ferramentas poderia contribuir para os resultados eleitorais almejados. A ameaça de recrutamento era utilizada para pressionar a oposição local, servindo para intimidar, cooptar ou em caso extremo, eliminar alguns de seus integrantes do cenário político ao engajá-los no serviço militar.⁴⁶

A compreensão das características de uma dessas ferramentas, a guarda nacional, é essencial para entendermos o importante papel dessa na Guerra do Paraguai, tanto nos campos de batalha como no auxílio à execução do recrutamento. A guarda nacional, importante inovação institucional da regência, foi criada como uma estratégia dos moderados para garantir a defesa da ordem política recém instalada. Ainda que devesse obediência ao poder central por estar subordinada ao Ministério da Justiça, ela servia aos propósitos dos senhores de terra e escravos no exercício de sua autoridade local, possuindo também um papel importante nas disputas regionais e como poder de barganha ante o poder central.

Sua estrutura refletia a lógica da própria sociedade em que estavam inserida. Numa sociedade cuja cidadania era restrita essa milícia também o era. Apenas os que possuíam renda familiar acima de 200 mil réis poderiam ser membros, o que entretanto, não era uma quantia tão alta.⁴⁷ O serviço era obrigatório e não remunerado, mas no momento da chamada,

44 *Ibidem*, p. 229.

45 *Idem*.

46 MENDES, Fábio Faria, *Op. Cit.* p. 130.

47 SALLES, Ricardo, *Op. Cit.* p. 95.

um substituto poderia ser enviado.

Entre os principais serviços da guarda nacional estavam “a captura de criminosos, a transferência de réus, o transporte de valores públicos, o patrulhamento e policiamento das cidades e das prisões, o combate aos quilombolas e o apresamento e a vigilância dos recrutas.”⁴⁸

A guarda preenchia o vazio existente após a redução dos efetivos do exército ocorrida após a abdicação de Dom Pedro I. Isso somada à já conhecida deficiência numérica dos corpos do exército e mesmo da polícia fez com que a captura, envio e guarda dos recrutas dependesse dos serviços prestados pela guarda nacional. Entretanto, a guarda está situada numa posição ambígua perante tal recrutamento. Sua inserção nas redes locais de obrigação moral, solidariedade parental ou lealdade política, fizeram com que um recrutador reclamasse do desempenho desses ao presidente da província de Minas Gerais pois “os guardas nacionais, por serem parentes, vizinhos e amigos dos que se acham nas circunstâncias de serem recrutados, nada fazem.”⁴⁹

Os problemas de mobilização que atormentavam o exército também podiam ser encontrados na guarda nacional. Os guardas utilizavam-se dos mais variados pretextos para escaparem do serviço. As dificuldades não se restringiam apenas à mobilização dos guardas mas implicavam na própria organização dessa. Na província de Santa Catarina, essa encontrava-se praticamente desmobilizada por ocasião do início da Guerra do Paraguai.⁵⁰ A eclosão do conflito e as demandas da guerra levariam a uma lenta tentativa de organização.

A compreensão das dificuldades enfrentadas dentro da própria guarda nacional e a relação ambígua que ela mantinha com o recrutamento deve levar em consideração um importante aspecto dessa. As isenções que resguardavam as antigas milícias do recrutamento para a primeira linha nas instruções de 1822 foram mantidas na lei de criação da guarda nacional, o que por consequência isentava os guardas do serviço no exército e na armada. Pertencer à guarda nacional era sinônimo pois de isenção do recrutamento, e por isso o alistamento nessa era uma das formas utilizadas para escapar do serviço militar. “A Guarda Nacional representava, na verdade, uma gigantesca rede de proteção institucionalizada”.⁵¹

Quando o governo necessitou recrutar a guarda nacional em âmbito nacional para a Guerra do Paraguai as dificuldades foram imensas. Nos conflitos ocorridos na região do Prata anteriores à Guerra do Paraguai, as forças que desempenhavam um papel central não eram

48 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 129.

49 APM, SP, Códice 239, fl. 213. Agente do recrutamento para presidente da província. Itabira, Jacuí, 1836, Apud MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 132.

50 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1865. p. 5.

51 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 132.

propriamente do exército mas sim contingentes locais mobilizados por suas respectivas chefias, ou seja, a guarda nacional gaúcha. A classe dominante do sul do país sempre manteve homens mobilizados à sua disposição devido aos constantes conflitos e disputas com vizinhos e quando se fazia necessário os destinavam para as urgências da guerra. Mobilização essa que entretanto se restringia a um caráter regional.⁵²

Os problemas estruturais do exército imperial impediam qualquer mobilização de grande vulto. A participação do exército ou possuía um papel complementar nesses conflitos, ou então seus efetivos eram estruturados a partir das forças locais e talvez mercenários, como ocorreu nas intervenções no Prata de 1851 e 1852. O governo central também poderia entrar, eventualmente, com recursos militares mais complexos que não eram mobilizáveis em escala regional, como armamento pesado e a esquadra.⁵³

Até a Guerra do Paraguai a mobilização dessas forças locais, auxiliadas pelas tropas do exército enviadas pelo governo central, foram mais do que suficientes para resolver os conflitos que surgiram com a Argentina e o Uruguai na região do Prata.

Esses países também não possuíam uma estrutura bélica centralizada relevante. Tanto a Argentina quanto o Uruguai estavam em um processo de centralização do poder político que comparado ao Brasil estava atrasado. Suas forças militares estavam baseadas no poder dos caudilhos locais. O Império tirava proveito dessa situação para estabelecer sua hegemonia na região, apoiando ora um ora outro caudilho.⁵⁴

O Paraguai fugia a essa regra. O papel organizativo centralizador desempenhado pelos jesuítas sobre a população guarani em suas missões no período colonial encontrou sua continuidade, com a independência, nas autoridades constituídas em Assunção. A disposição do governo central sobre os recursos humanos e materiais do país sempre foi considerável. Inclusive, a dominação da elite agrária sobre o conjunto da população, tanto política quanto econômica, se dava diretamente via Estado.⁵⁵

A centralização administrativa, política e econômica correspondia uma forte militarização do país.⁵⁶ Essa era resultado da preocupação do governo paraguaio em manter sua independência frente a seus dois poderosos vizinhos, Brasil e Argentina.

A estrutura militar do Império não podia fazer frente a esse tipo de aparato militar. O Império não se encontrava como em conflitos anteriores, diante de forças inimigas arregimentadas por caudilhos da região, mas sim em um confronto contra um exército

52 SALLES, Ricardo, Op. Cit. p. 56.

53 Ibidem, p. 57.

54 Ibidem, p. 58.

55 Idem.

56 Idem.

movilizado por um Estado que dispunha dos recursos nacionais de forma centralizada. As tropilhas gaúchas não poderiam fazer frente a esse tipo de inimigo, para tanto o governo Imperial teve de fiar-se no exército regular, que até o momento desempenhara funções acessórias.⁵⁷

Para mobilizar, vestir, treinar e enviar os mais de cem mil brasileiros que lutaram no conflito, o governo imperial possuía consciência que o tipo de esforços baseados na coerção e que até agora apenas tinham conseguido criar um parco exército era insuficiente.

O Império necessitava do apoio e cooperação dos diversos setores da sociedade para realizar esse grande esforço de dimensões nacionais. A invasão do Mato Grosso pelas tropas paraguaias em dezembro de 1864 causou uma profunda indignação no Brasil e o governo não poderia perder essa oportunidade. Através do decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, foram criados os corpos de voluntários da pátria.

O que se buscava com os voluntários da pátria era transformar o exército de uma instituição indicada apenas para indivíduos socialmente desqualificados noutra aceitável para pessoas de todas as extrações. Logicamente não se almejava abrir mão da coerção até então utilizada mas acompanhar essa de estímulos que facilitassem a cooperação e o engajamento de outros setores.

O tipo de cooperação desejado variava conforme os diferentes setores sociais. Da elite esperava-se apoio, cooperação e unidade. Das camadas médias urbanas e demais setores livres respeitáveis a cooperação significava, já numa posição subalterna, principalmente a aprovação moral da liderança do Estado imperial e a participação direta no conflito por meio dos voluntários. Com relação aos setores livres populares, a ação do governo imperial era mais diretamente coercitiva, esperava-se que a emulação patriótica facilitasse a cooperação desses com o esforço de guerra, mas sem descartar o recrutamento.⁵⁸

Nesse sentido, os voluntários da pátria não foram uma farsa destinada encobrir a coerção efetuada na mobilização para o recrutamento. Óbvio que também se prestou a isso, mas a coerção para o recrutamento é uma prática tão velha quanto os exércitos e que ainda hoje é acompanhada do apelo voluntário/patriótico. Buscava-se, indo além da coerção, a mencionada cooperação com os esforços promovidos pelo governo imperial.

Entretanto, a empolgação popular não seria suficiente nem duraria até o final da guerra. O esforço de mobilização não seria fácil, os tradicionais empecilhos ao recrutamento continuavam a existir e a guarda nacional, quando acionada, ofereceu enorme resistência. Até

57 Ibidem, p. 59.

58 Ibidem, p. 60.

então, ela tinha funcionado como uma gigantesca rede de proteção institucionalizada, garantindo inclusive a isenção do serviço de defesa externo do país. Cabe agora, analisar como se deram os esforços para viabilizar o esforço de guerra promovido pelo Império em Santa Catarina.

2. O contexto catarinense

A proximidade de Santa Catarina do teatro de guerra trouxe consigo especificidades que não devem ser descartadas se quisermos compreender como aqueles que viviam na província vivenciaram o conflito.

A localização estratégica de Santa Catarina fez com que essa tivesse um importante papel como ponto de apoio logístico na condução de recursos e tropas para o conflito na região do Prata. Barcos iam e vinham, frequentemente parando em Santa Catarina para deixar ou recolher tropas e abastecer-se de carvão ou algum mantimento necessário produzido na província. O atraso no fornecimento de carvão, por exemplo, poderia perturbar o andamento da mobilização para o conflito e despertava reclamações que chegavam ao Ministério da Guerra.⁵⁹

A província não era apenas uma espécie de pouso para as tropas enquanto esperavam para ser deslocadas à seu destino final. No quartel do Campo do Manejo, onde atualmente está localizado o Instituto Estadual de Educação, muitas tropas ficavam aquarteladas para receber instrução militar. Afora o treinamento convencional, no decorrer do conflito foi criada uma escola de cornetas e tambores⁶⁰, para suprir as carências do exército em operação. Em Santa Catarina também eram recebidos e tratados os doentes, seja daqueles que se destinavam a guerra ou os oriundos dessa.

Essa proximidade e o contato com as tropas que chegavam, partiam e voltavam do conflito (e as eternas brigas entre soldados dando parte de doente para escapar de ir ou voltar para o conflito) traziam uma faceta da guerra que o governo não se empenhava em publicizar. Ainda assim, a realidade do conflito era muito difícil de esconder da população local já que estava estampada nos feridos e mutilados que vinham do mesmo.

Os doentes em decorrência do conflito aportavam em Santa Catarina em números significativos. E não se restringiam aos soldados mutilados ou enfermos do campo de batalha. Mesmo os soldados que seguiam de suas províncias para a guerra, devido a longa viagem e as condições sanitárias inadequadas, frequentemente chegavam doentes e tinham de ser hospitalizados na enfermaria militar. A demanda fez com que a enfermaria militar na província adquirisse grandes proporções, sendo alçada no decorrer da guerra a hospital militar provisório.

59 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 24 de agosto de 1868.

60 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 30 de maio de 1865.

As idas e vindas de doentes por vezes levavam a situações específicas onde faltavam mão de obra ou espaço para tratá-los. Em ofício de 17 de abril de 1865, ainda no começo da guerra, quando essa se travava em solo brasileiro, o presidente de província solicitou autorização para repor um cirurgião na enfermaria militar, tendo em vista o “grande numero de doentes para a mesma Enfermaria dos corpos que por aqui tem passado”.⁶¹ Já nos meses finais de 1869, com o conflito quase encerrado, começou-se a remeter doentes das enfermarias e hospitais do cenário de guerra para Desterro e o problema que passou a preocupar o presidente de província era “á falta de espaço no Hospital Militar Provisorio para receber mais doentes”.⁶²

As doenças da guerra, uma das principais causas de mortalidade nos exércitos da época, que poderiam chegar aos ouvidos do restante do Império, aqui eram vividas com intensidade, tanto pela proximidade quanto pela grande concentração de tropas e o tratamento dos feridos e doentes nas enfermarias e hospitais da província. E por vezes a notícia do surgimento de surtos no cenário de batalha causava expectativa nas autoridades, que para seu pesar, logo eram confirmadas com tais epidemias alcançando Santa Catarina.

Nos anos anteriores ao conflito, os relatórios da presidência da província, com raras exceções, mencionam rotineiramente a situação da saúde pública como “assaz satisfatorio” destacando que “nenhum mal de caracter pernicioso ou epidemico nos afflige”.⁶³ O início da guerra vai ser também o início de contínuos sofrimentos da população situada na região de Desterro. Já no relatório do vice-presidente da província de agosto de 1865 é mencionado:

a variola e o sarampão, introduzidos pela tropa (...) que, com destino ao Rio Grande aqui entrãõ no dia *12 de Abril* deste ano, para se fornecerem de combustivel, e dos quaes desembarcãõ naquelle e nos seguintes dias acima de cem praças atacadas das duas enfermidades, que, contagiando então a tropa já aquartelada e a população da Capital, passarão logo ás Freguezias do seu termo e dos dous mais proximos de S. José e de S. Miguel, tendo feito em todos não poucas vítimas.⁶⁴

O relatório de março de 1866 oferece um quadro da saúde pública no primeiro ano de guerra e é claro sobre a influência do esforço de guerra sobre essa:

Não foi satisfactorio o estado sanitario desta capital no anno que

61 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1864/1866. Correspondência de 17 de abril de 1865, nº 396.

62 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1869. Correspondência de 12 de novembro de 1869.

63 Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, 26 de dezembro de 1862. p. 7.

64 Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, 16 de agosto de 1865. p. 4-5.

acabou. (...) para o notável aumento que se observou no numero de molestias graves e epidemicas, e no obituario, contribuíram principalmente a grande agglomeração de tropas nos quarteis da cidade, e a constante passagem de outras, que iam deixando aqui os doentes.

Tendo, porém, diminuído o transito de forças nestes ultimos dous mezes, a salubridade publica apresenta agora mais favoravel aspecto na capital.⁶⁵

Entretanto, a enfermidade que iria tirar o sono das autoridades e da população era o *cholera morbus*, que de tempos em tempos grassava nos campos de batalhas e causou milhares de mortes. Na terrível epidemia que assolou o exército brasileiro entre os meses de março a maio de 1867, quando o exército se encontrava imobilizado por longo período devido ao desastroso ataque a Curupaiti, o *cholera morbus* matou 4 mil soldados brasileiros.⁶⁶ A derrota sofrida no ataque a Curupaiti em setembro de 1866, a maior da guerra, causou entre mortos e feridos o mesmo número.⁶⁷ Assim, estacionado, o exército brasileiro sofria uma derrota silenciosa mas equiparável a de uma grande batalha.

Esses surtos de *cholera morbus* no teatro de guerra não tardavam em se alastrar e causavam temor nos lugares que mantinham grande contato com as tropas. As autoridades catarinenses, e certamente a população, acompanharam com apreensão as notícias de epidemias no fronte.

O referido surto de março a maio de 67 causou grande preocupação nas autoridades de que o mal aqui se desenvolvesse.⁶⁸ A chegada do transporte Teixeira Freitas, com casos de *cholera morbus* a bordo, motivou as autoridades a tomarem medidas para evitar que o mal se espalhasse. As tropas desse transporte e outras com casos de *cholera morbus* eram postas em quarentena na fortaleza de Santa Cruz da ilha de Anhatomirim.⁶⁹

O governo imperial para evitar que a epidemia fizesse maiores estragos, expediu ordens para que as tropas destinadas ao Rio da Prata fossem aquarteladas em Santa Catarina, devendo receber treinamento enquanto não melhorasse o quadro no Prata. Desembarcaram em Desterro 1.122 praças, as acomodações do quartel do Campo do Manejo foram insuficientes e tiveram de ser alugadas algumas instalações.⁷⁰

65 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1866. p. 4.

66 Número das mortes causadas pelo *cholera morbus* em: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 284.

67 As estimativas de mortos e feridos variam. Ricardo Bonalume Neto aponta as baixas entre mortos e feridos em cerca de 4 mil. NETO, Ricardo Bonalume. Tríplice Desafio. *Revista Nossa História*, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 27.

Para uma discussão mais aprofundada sobre esses números ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 245.

68 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. p. 4.

69 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. p. 4.

70 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 1.

Apesar dessas medidas, Desterro não passou incólume. A enfermidade cessou nas tropas em quarentena, o que gerou otimismo nas autoridades.⁷¹ Entretanto, acabou ressurgindo entre as tropas aquarteladas em Desterro que aguardavam cessar o mal no Prata e logo depois alcançou a população civil.⁷² Felizmente não apresentou a mesma virulência com que atacara no fronte de batalha vitimando apenas 171 pessoas.⁷³

Os graves problemas de saúde pública causados por essas enfermidades contagiosas tardarão a ser administrados em Santa Catarina. E apenas a partir do ano de 1868 é que não encontraremos mais menções a surtos importantes em decorrência do esforço de guerra.⁷⁴

Santa Catarina era uma das últimas paradas antes do teatro de guerra, prestando-se a recuperação de praças destinados a guerra que aqui chegavam doentes como também ao tratamento de militares enfermos do campo de batalha. Devido a essa característica será o palco de uma outra espécie de batalha. Uma batalha entre os soldados que desejavam evitar a guerra e o governo, em que os primeiros usavam de todos os recursos possíveis. Entre esses, estava a estratégia de dar parte de doente para escapar do conflito.

O eterno empenho do governo imperial para pressionar o presidente de província a remeter logo tropas que paravam em Santa Catarina, chegando algumas vezes a ameaças⁷⁵, e os insistentes pedidos para realizar inspeções de saúde⁷⁶, comprovam a resistência dos soldados em irem para a guerra, adiando esse destino em Desterro. A população local convivia com esses soldados e certamente presenciava isso.

A face cruel da guerra não era a única conhecida pelos catarinenses. A guerra também representava oportunidades, e graças à bonança do comércio proporcionada pela mesma, as contas públicas da província se ajeitaram. Os relatórios dos presidentes da província, no que tocam as contas públicas, até o ano 1866 serão um monótono lamento do estado de penúria em que se encontrava a província.⁷⁷ O bom estado das contas públicas iria durar pouco tempo e já em 1871, após o fim da guerra, voltam a se repetir as lamentações e sua justificativa é o

71 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. p. 4.

72 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 2.

73 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1868. p. 6.

74 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1868. p. 6.

75 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 19 de julho de 1865.

76 Um exemplo entre muitos: APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1866. Correspondência de 6 de outubro de 1866

77 Até o relatório presidencial datado de 1 de março de 1866 encontramos lamentações pelo péssimo estado das finanças públicas (Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1866. p. 26.). A partir do relatório de 11 de junho 67 encontramos menções a melhora contínua das contas públicas (Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 4.). Tais melhoras são visíveis a partir do ano financeiro de 1866-67 (Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 25 de março de 1870. p. 23).

fim do conflito.⁷⁸

Até as noite de Desterro ficaram mais claras, pois a iluminação pública, cujo contrato havia sido rescindido em janeiro de 1863 por falta de dinheiro nos cofres provinciais⁷⁹, retornou em outubro de 1868. A iluminação provida por lampiões, então, só era suspensa pelo vento sul⁸⁰, conhecido dos moradores da capital desde aquele tempo.

Também as comunicações ganharam com isso. A eclosão do conflito fez com que o governo imperial iniciasse em outubro de 1865 o estabelecimento de uma linha telegráfica do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina.⁸¹ E o presidente de província no seu relatório de 1º de maio de 1867⁸² já anunciava que a mesma achava-se completa em toda a extensão do litoral da província, ligando Santa Catarina com Porto Alegre e em breve a Corte.

Obviamente, as oportunidades surgiram para diversos setores da sociedade, não ficando restrito às contas públicas e investimentos do Estado. Podia-se ganhar dinheiro, entre outras coisas, com o aluguel de casas para o exército alocar tropas ou com o incremento da venda de bebidas.⁸³

O convívio próximo da população com os soldados também possibilitaria que os setores mais humildes conseguissem seu quinhão. As quitadeiras, por exemplo, puderam se aproveitar da situação para vender no porto suas frutas aos soldados. Isso valeria uma reprimenda do Ministério da Guerra ao presidente de província pois a venda de frutas verdes estava fazendo com que diversos soldados sentissem mal estar ao rumar de Desterro para o sul. Ao que parece, até médicos inescrupulosos puderam aproveitar-se da guerra, trabalhando de forma negligente para o Estado e priorizando suas clínicas particulares.⁸⁴

Por fim, os catarinenses também viviam a guerra de uma forma que hoje pode nos parecer inusitada: compartilhando as ruas de Desterro com prisioneiros de guerra paraguaios.⁸⁵

78 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 26 de março de 1871. p. 22.

79 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 19 de dezembro de 1863. p. 7.

80 Relatório do 1º vice-presidente da província de Santa Catarina, 16 de janeiro de 1869. p. 12.

81 Relatório do Ministério da Agricultura, 22 de maio de 1867. p. 175.

82 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. p. 24.

83 Esses ganhos “extraordinários” por ocasião de presença de tropas já são mencionados em relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina datado de 2 março de 1864, anterior a Guerra do Paraguai (Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, 2 de março de 1864. p. 44.).

Como exemplo do aluguel de casas de particulares para o exército durante a guerra temos o ofício do Ministério da Guerra de maio de 1865 (APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 18 de maio de 1865.).

84 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 30 de novembro de 1867.

85 Em ofício do Ministério da Guerra de 4 de março de 1869 descobrimos que na época do mesmo existiam em Santa Catarina 20 prisioneiros de guerra paraguaios. APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1869. Correspondência de 4 de março de 1869.

Muitos laços dessa convivência certamente se perderam porém através dos poucos documentos sobre essa, descobrimos que os paraguaios que aqui viviam chegavam a prescindir do soldo do governo brasileiro para viver de atividade remunerada.⁸⁶

Essa convivência em período de guerra também poderia ser conflitiva, trazendo o campo de batalha momentaneamente para as ruas de Desterro. Esse foi o caso em uma revolta popular ocasionada pela agressão do prisioneiro de guerra paraguaio Diogo Alvarenga ao soldado da Companhia de Inválidos Joaquim José de Santa Anna em 15 de março de 1868. Diga-se de passagem, um dos poucos casos encontrados na documentação de perturbação pública durante a guerra, visto que a tranquilidade e a segurança pública são sempre elogiados pelos presidentes da província.

Naquela manhã de domingo, Alvarenga “esbordoou” o soldado Joaquim “deixando-o gravemente ferido”. Pela agressão, foram detidos Diogo Alvarenga e mais dois prisioneiros paraguaios, José Miguel Rivera e José Claudio, que o acompanhavam no momento do delito. A agressão, entretanto, indignou a população e no momento em que esses eram recolhidos à prisão houve um “ligeiro motim”. O “motim” foi rapidamente disperso mas teve como saldo um ferimento no paraguaio Miguel Rivera, produzido “por uma pedra arremessada do meio da multidão”.⁸⁷ Os três paraguaios acabaram sendo recolhidos ao Campo do Manejo para responderem a Conselho de Investigação e posteriormente a um Conselho de Guerra.

O que chama atenção, entretanto, é que o conflito criou, ou mais provavelmente, acentuou uma antiga indisposição dos habitantes locais para com o paraguaio Diogo Alvarenga. Em vista disso, o presidente da província acabou solicitando permissão “para fazer recolher a essa Corte depois de julgado o Capitão Alvarenga, cujo pessimo comportamento tem indisposto os habitantes dessa Capital e offereceo incentivo á sena desagradável a que me refiro ”.⁸⁸

Não é difícil ver que o tumulto realmente mexeu com a população. Entre os populares havia dois oficiais brasileiros que acabariam sofrendo punições leves pelo seu comportamento. Eram o tenente de comissão Thome Fernandes Madeira de Castro Junior e o alferes do 8º Batalhão de Infantaria João Leite Ribeiro de Salles. O comportamento reprovável dos dois oficiais, segundo o presidente da província foi que esses “esforçarão-se

86 Como no caso dos prisioneiros de guerra paraguaios tenente Juan Alvarenga e o telegrafista Anastacio Arze, que receberão “permissão para ahi trabalharem por conta”. APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1869. Correspondência de 22 de setembro de 1869.

87 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 18 de março de 1868, nº 57.

88 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 18 de março de 1868, nº 57.

por aumentar a excitação popular em vez de procurarem acalmá-la de acordo com a autoridade n'isto empunhada; e um tal procedimento não podia sem prejuízo da disciplina ser tolerado e ficar impune."⁸⁹ Para esses oficiais e para o restante da população a guerra não acontecia apenas nos campos de batalha do Paraguai.

89 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 18 de março de 1868, nº 57.

3. Santa Catarina embarca nos vapores a caminho da guerra:

A busca pela “cooperação compulsória”

3.1. Os voluntários da pátria

O início da guerra com o Paraguai colocou o Império diante de um grave problema. As proporções do conflito que despontava exigiam a mobilização de recursos humanos e materiais em escala nacional. Reunir, treinar e enviar os mais de cem mil homens que lutaram pelo Brasil exigiria uma mobilização diferente daquela que até então tinha sido utilizada no exército imperial, que a muito custo contava apenas com 18 mil soldados no início das hostilidades.

A invasão da província do Mato Grosso por tropas paraguaias em dezembro de 1864, vista como traiçoeira e injustificável, causou profunda indignação no Brasil e exacerbou o patriotismo popular. O governo pôde se aproveitar dessa reação ao criar os corpos de voluntários da pátria, no decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

O Império necessitava da cooperação dos diversos setores da sociedade para realizar esse esforço de dimensões nacionais e esperava, por meio do referido decreto, transformar o exército de uma instituição destinada apenas aos indivíduos tidos como indesejáveis numa instituição aceitável a pessoas de todas as extrações. O objetivo era que o esforço de guerra não fosse impelido apenas pela coerção, até então largamente usada, mas também pela cooperação, uma conjunção de esforços que poderíamos chamar de “cooperação compulsória”.⁹⁰

Mesmo antes de se tomar conhecimento do decreto surgiram voluntários. No Rio de Janeiro o entusiasmo popular foi tal que nos três primeiros meses apresentaram-se aproximadamente 2.500 voluntários. Houve, fato inédito, a adesão voluntária de diversos setores da sociedade e a imprensa encampou o esforço de guerra. Exemplo da participação de setores normalmente alheios ao recrutamento é o fato do 8º Batalhão de Voluntários (um dos primeiros formados no Rio de Janeiro) contar com a participação de dois filhos do juiz de direito da comarca de Campos.⁹¹ O governo provincial também se entusiasmou com a situação e chegou “a dispensar os serviços de 925 guardas nacionais, do total dos 1.384 requeridos”.⁹²

90 A expressão foi utilizada por Vitor Izecksohn em “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. IZECKSOHN, Vitor. *Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 182.

91 IZECKSOHN, Vitor, Op. Cit. p. 188.

92 Idem.

“Num arroubo de entusiasmo, o Diário do Rio de Janeiro chegou a afirmar que 'não faltam brasileiros ao reclamo da pátria'.”⁹³ Na Bahia, outra província que reagiu bem à convocação, o grande afluxo de voluntários lotou os quartéis e outras instalações de Salvador. O governo provincial teve de recusar novos voluntários.⁹⁴

O entusiasmo também foi compartilhado pelo Ministério da Guerra, como consta no relatório de 8 de maio de 1865: “De todos os pontos do Imperio concorrem os cidadãos offerecendo-se para marchar (...); o brado de guerra contra os invasores do nosso territorio é unisono em todo o Imperio”.⁹⁵ Em vista do entusiasmo e seguindo o exemplo de províncias como a do Rio de Janeiro “expedio-se ordem dispensando os recrutadores em todas as províncias, porque o governo julga desnecessario coagir pessoa alguma para tomar parte na defesa do Imperio, quando milhares de cidadãos correm espontaneamente a offerecer-lhe os seus serviços”.⁹⁶

Em Santa Catarina, entretanto, a reação popular não foi igual à do Rio de Janeiro ou da Bahia. Embora o presidente da província tenha afirmado em relatório de 1º de março de 1865:

Apenas foi conhecido o Decreto Imperial n'esta Capital, houve estrepitosas manifestações de (...) verdadeiro entusiasmo, e os catharinenses correram á porfia a engrossar as fileiras dos bravos defensores da Patria. Em mui poucos dias subio o numero de voluntarios a 163, e espero que suba a muito mais (...).⁹⁷

Esse mesmo quadro não é respaldado quando olhamos os jornais do período e as convocatórias das câmaras municipais visando dar publicidade ao decreto que convocava voluntários. No jornal “O Mercantil” de 15 de janeiro de 1865 lemos: “Deixai (...) mocidade Catarinense, esse receio infundado da farda, que vos afasta do honroso e glorioso serviço das armas (...) porque, se vos deixardes ficar em casa, fareis esta província passar pelo desar de só ela não poder organizar o seu Batalhão patriótico”.⁹⁸ Ainda no mesmo jornal encontramos: “Quando acabávamos a última linha do artigo supra, chega-nos a grata notícia de ter o sr. Felisberto Gomes Caldeira de Andrade (...) se apresentado hoje (...) para sentar praça no

93 Idem.

94 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 116.

95 Relatório do Ministério da Guerra, 8 de maio de 1865. p. 4.

96 Relatório do Ministério da Guerra, 8 de maio de 1865. p. 11.

97 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1865. p. 4.

98 Jornal “O Mercantil”, 15 de janeiro de 1865, Apud BOITEUX, Lucas Alexandre. Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1972. p. 39.

Batalhão patriótico”.⁹⁹

Essas linhas merecem algumas considerações. Se compararmos com a situação catarinense, onde os jornais mencionavam a ameaça da província ficar mal vista perante as demais devido ao pouco envolvimento dos catarinenses no esforço de guerra, o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, de 22 de janeiro de 1865, forma um vívido contraste ao afirmar que não faltam voluntários ao reclamo da pátria.¹⁰⁰ A tranquilidade com que o presidente de província catarinense relata a expectativa de um grande número de voluntários não reflete em ações como as tomadas no Rio de Janeiro, onde guardas nacionais recrutados foram dispensados nos primeiros tempos devido a quantidade de voluntários. Sinal de que o número de voluntários iniciais não foi grande é o fato de o primeiro batalhão de voluntários catarinenses (chamado de 25º Batalhão de Voluntários da Pátria), composto de 683 voluntários, ser um batalhão misto com voluntários paranaenses.

Entretanto, apesar das dificuldades com voluntários, essa categoria foi expressiva no esforço de guerra catarinense, em especial no ano de 1865, período em que foram para a guerra os dois batalhões de voluntários da pátria catarinenses (o 25º Batalhão, que como dito era uma unidade mista, e o 9º Batalhão). Os voluntários figuram como a maior categoria nos dados do Ministério da Guerra relativos ao total de combatentes catarinenses ao longo do conflito: 969 voluntários da pátria em um universo de 1537 combatentes catarinenses que lutaram ao longo de todo o conflito, ou seja, 63% do total.¹⁰¹

Aqui cabe uma crítica aos dados do Ministério da Guerra. Nesses números não estão computados o 12º Batalhão de Infantaria e o 1º Regimento de Artilharia a cavalo, que haviam sido mobilizados previamente por ocasião da intervenção brasileira no Uruguai, tendo partido para o Rio Grande do Sul em 22 de maio de 1864.¹⁰² Eram ao todo 650 recrutas, na grande maioria catarinenses.¹⁰³

Se consideramos esses 650 recrutas no esforço de guerra da província, a participação dos voluntários da pátria cai para 44% e a participação dos recrutas (sem considerar os substitutos) sobe de 17% para 38% (de 180 recrutas para 830).

Os dados do Ministério da Guerra originais¹⁰⁴ e considerando os recrutas não

99 *Jornal “O Mercantil”*, 15 de janeiro de 1865, Apud BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 39.

O primeiro nome do indivíduo está escrito errado no jornal, o correto é Fernando. Foi o primeiro voluntário a apresentar-se em Desterro. Ibidem, p. 122.

100 IZECKSOHN, Vitor, Op. Cit. p. 188.

101 Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. “Mappa da força com que cada uma das Provincias do Imperio concorreu para a guerra do Paraguay, segundo os mapps remetidos a esta Secretaria de Estado.”

102 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1865. p. 5.

103 BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 32.

104 Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. “Mappa da força com que cada uma das Provincias do Imperio concorreu para a guerra do Paraguay, segundo os mapps remetidos a esta Secretaria de Estado.”

contabilizados são os seguintes:

Tabela 1

Número de soldados provenientes de Santa Catarina, de acordo com forma de recrutamento.

Categorias ¹⁰⁵	Números originais	Números contabilizando recrutas que partiram em maio de 1864
Voluntários da Pátria	969	969
Guardas Nacionais designados	264	264
Recrutas ¹⁰⁶	180	830
Substitutos	99	99
Libertos (de particulares)	1	1
Libertos (substitutos)	24	24
Total	1537	2187

Fonte: Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. “Mappa da força com que cada uma das Províncias do Imperio concorreu para a guerra do Paraguay, segundo os mappas remettidos a esta Secretaria de Estado.”; Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1865. p. 5.; BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 32.

É importante ressaltar que os dados oferecidos pelo Ministério da Guerra, aparentemente os últimos que disponibilizou, são reconhecidos no próprio relatório como incompletos¹⁰⁷. Os dados constam no relatório do ministério datado de 14 de maio de 1872. Na ocasião, diversas províncias ainda não haviam enviado dados definitivos e o ministério acabou por realizar o levantamento com as informações de que dispunha dos documentos oficiais produzidos ao longo da guerra. Santa Catarina se inclui nessa situação.¹⁰⁸

Conseqüentemente, esses números devem ser confrontados com o estudo da documentação disponível na província para realizarmos um quadro da participação catarinense. Mais importante do que tentar aferir com precisão milimétrica os números da mobilização, um esforço impossível dado as carências administrativas do Império¹⁰⁹, é criar

105 Na categoria “Substitutos” estão os homens livres que serviram no lugar de outrem, na categoria “Libertos (de particulares)”, os que foram libertos gratuitamente por seus senhores para o esforço de guerra, e na categoria “Libertos (substitutos)”, estão os escravos dados para servir no lugar de algum homem livre recrutado.

106 Essa categoria consta no documento original como “Voluntários e Recrutas”, entretanto optei por designá-la apenas como “Recrutas” por oferecer maior clareza ao evitar confusões com a categoria “Voluntários da Pátria”. Isso porque essa categoria, por contraposição a categoria “Voluntários da Pátria”, só pode significar que nela constam os mencionados recrutas e os voluntários do próprio exército (e que de qualquer maneira, teriam de partir assim que fossem convocados). Vitor Izecksohn em seu estudo sobre o recrutamento no Rio de Janeiro realiza a mesma interpretação. IZECKSOHN, Vitor, Op. Cit.

107 Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. p. 7.

108 Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. “Mappa da força com que cada uma das Províncias do Imperio concorreu para a guerra do Paraguay, segundo os mappas remettidos a esta Secretaria de Estado.”

109 Prova disso são as grandes dificuldades sofridas pelos voluntários no momento de requerer seus benefícios no pós guerra. Diversos praças tiveram grande dificuldade em provar sua condição de voluntários, sendo

um quadro geral que ofereça uma boa noção do ocorrido. Nesse sentido, não se deve tomar o significado dos números pelo que cada categoria *aparentemente* representa. Dentro de cada uma delas existem minúcias que analisaremos em situação oportuna.

De qualquer maneira, deve-se dizer ainda que a categoria “Voluntários da Pátria” abriga ambiguidades. Os indivíduos que se apresentaram como voluntários da pátria nem sempre o faziam apenas pelo patriotismo. O decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que criou o corpo de voluntários da pátria, instituía diversas vantagens a quem se voluntariasse.

Para incentivar o alistamento de voluntários oferecia-se, além do soldo que recebiam os voluntários do exército, mais 300 réis diários, a gratificação de 300 mil réis ao darem baixa e terras, na extensão de 49.500 metros quadrados, em colônias militares e agrícolas. Os voluntários receberiam baixa assim que acabasse o conflito, sem depender de ordens posteriores do governo. O que pode parecer algo menor mas não era, devido ao fato já mencionado que o governo frequentemente desrespeitava o tempo de serviço de praças do exército. Segundo o decreto, os voluntários ainda contariam com preferência nos empregos públicos, no caso de igualdade de habilitações, e obteriam isenção posterior do serviço no exército, marinha e guarda nacional.¹¹⁰

Essas vantagens foram divulgadas nas convocações do governo e jornais com tanto empenho quanto os apelos patrióticos. Um exemplo é o apelo do jornal “O Mercantil”, de Desterro, do dia 15 de janeiro de 1865, que após publicar na íntegra o decreto nº 3.371, de 1865, comentava: “Em vista das vantagens como as que constam do decreto que hoje publicamos, todos os catarinenses, que não têm isenção do recrutamento, devem por seu próprio interesse apresentar-se a alistarem-se como Voluntários no Batalhão patriótico que se vai organizar nesta capital”.¹¹¹

O que nos deixa transparecer que muitos indivíduos viam tais vantagens como meio de melhorar de vida. Essa chance deve ter tido não pouco impacto no juízo dos milhares de populares que ingressaram na guerra como voluntários da pátria. O governo buscava dessa feita transformar a causa nacional também em causa privada. Assim, por trás do título de

considerados até então como recrutas do exército (Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. p. 63.).

O Ministério da Guerra atribuiria essas dificuldades como “consequencia do atropello, com que marcharão para a campanha os contingentes e corpos quer de voluntários quer de forças regulares, e pelo modo por que no Exército se moviã as praças de uns para outros corpos (...) De tudo isto resulta, que ainda ha Voluntarios que trabalham para justificar as suas qualidades de praça, no que encontram não pequenas dificuldades”. Relatório da Repartição Fiscal do Ministério da Guerra, 31 de março de 1873. p. 8.

110 Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis%201865a/pdf5.pdf> e

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis%201865a/pdf6.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

111 Jornal “O Mercantil”, 15 de janeiro de 1865, Apud BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 39.

voluntários da pátria, estavam tanto sentimentos patrióticos quanto a busca por uma vida melhor e numa proporção que é impossível medir.

A ambiguidade do título de voluntário aumenta ainda mais quando consideramos os voluntários involuntários, aqueles que foram involuntariamente para a guerra mas sob o título de voluntários. As circunstâncias em que isso poderia acontecer são variadas mas podemos citar o alistamento nos corpos de voluntários de desafetos políticos por autoridades locais (como forma de esvaziar a oposição)¹¹², de indivíduos que tinham isenção do serviço militar e que apresentados como voluntários podiam ser forçosamente engajados e, por fim, de recrutáveis, que diante da impossibilidade de fuga da guerra, optavam por irem como voluntários por causa das vantagens.

Infelizmente é difícil captar esses casos, pois em geral só ficamos sabendo desses quando alguma irregularidade no processo era flagrada. Contudo estão longe de serem detalhes curiosos da guerra. Como podemos ver no mencionado apelo publicado pelo jornal catarinense Mercantil, em 15 de janeiro de 1865, a imprensa deixava claro que aqueles “que não têm isenção do recrutamento, devem por seu próprio interesse apresentar-se a alistarem-se como Voluntários no Batalhão patriótico (...)”.¹¹³

A técnica de chantagear os recrutáveis ameaçando-os de que caso não se apresentassem como voluntários iriam sem os benefícios desses era inclusive recomendada e explicada em circulares do Ministério da Guerra aos presidentes de província:

Convindo ainda augmentar as forças do nosso Exército em Operações, cumpre que V. Ex. promova com todo o zêlo o alistamento de voluntários, avivando não obstante o recrutamento: os que não quiserem ser forçados a servir no Exército, terão assim um meio facil e patriotico de prestar ao paiz os serviços, de que se tem urgente necessidade, sem ficarem obrigados por muito tempo ao serviço militar.¹¹⁴

E pela proclamação da Câmara Municipal de Desterro, em agosto de 1865, visando convocar voluntários, podemos ver que a recomendação foi seguida em Santa Catarina: “(...) Não troqueis o nobre e honroso nome de Voluntários da Pátria pelo triste e inglório nome de recruta. Aproveitai as vantagens que aos Voluntários oferece o patriótico govêrno (...)”.¹¹⁵

112 Para mais informações, podemos indicar a leitura sobre um caso ocorrido na província de São Paulo em 1868: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 267.

113 Jornal “O Mercantil”, 15 de janeiro de 1865, Apud BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 39.

114 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Circular de 21 de julho de 1865.

115 SOUZA, Eleutério Francisco de et al. 24 de agosto de 1865, Apud BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p.

Em Santa Catarina, devido às dificuldades de detectar esses casos, além das chantagens presentes nos jornais, recomendadas pelo Ministério da Guerra e cumpridas pelas autoridades, encontrei apenas um provável caso de voluntário involuntário com riqueza de detalhes. É o caso do português Theotonio Gonçalves, que afirmou que diante da inevitabilidade de ser recrutado (ilegalmente) embora fosse estrangeiro, e tendo recebido a opção de ir como voluntário, escolheu essa pelas vantagens. O caso chegou até nós somente pelo fato de Theotonio ser estrangeiro e devido a essa particularidade o abordaremos no capítulo “Estrangeiros em pé de guerra (contra a mobilização)”. Por fim, podemos dizer que o próprio ministro da guerra admitiu em 1870 que houve muitos casos de voluntários involuntários durante a guerra.¹¹⁶

Considerando que a categoria “Voluntários da Pátria” correspondeu a 44% dos efetivos mobilizados da província (contabilizando os praças que haviam sido mobilizados já para a intervenção no Uruguai uns meses antes do início da guerra com o Paraguai), que as demais categorias se tratavam de indivíduos que não tinham o direito de escolher sobre sua participação, e que dentro dos próprios voluntários houve casos de recrutamento forçado, não restam dúvidas de que a maior parte do esforço de guerra da província foi composta por indivíduos que não tiveram o poder de decidir sobre sua participação.

Entre os voluntários também poderiam existir casos de escravos fugidos que enxergavam a guerra como um meio de obter a liberdade, visto que o governo não aceitava escravos no exército e também não permitia a reescravização de ex-combatentes. Essas situações, entretanto, não parecem ter ocorrido em grande número. Abordaremos essa situação e outras formas de participação de escravos no capítulo “A 'cooperação compulsória' fracassa: De escravos a soldados”.

Não devemos pensar, contudo, que os voluntários da pátria foram uma espécie de farsa para acobertar as violências do recrutamento. Como afirmamos anteriormente, visava-se uma espécie de 'cooperação compulsória'. Assim, aparte a coerção largamente empregada também encontramos sinceras demonstrações de patriotismo oriundas dos diversos setores sociais.

Ainda que em Santa Catarina a empolgação dos primeiros tempos da guerra não tenha sido do porte daquela do Rio de Janeiro, foi no primeiro ano de guerra que se formaram os dois batalhões de voluntários na província. Os voluntários que surgiram posteriormente foram enviados de forma avulsa em outros batalhões. Nesses primeiros dias o “fervor patriótico” foi maior e por isso podemos encontrar mais demonstrações de sincero voluntarismo.

72.

116 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 265.

A documentação existente no Arquivo do Estado de Santa Catarina dificulta a identificação desses casos pois além da documentação oficial ser árida e minimalista, muitos dos documentos que ofereciam alguma informação adicional sobre os mobilizados estava em forma de anexo, e que em sua grande maioria se perdeu.

Entre os casos de voluntários surgidos nos primeiros tempos da guerra, podemos citar o voluntário da pátria Jose Elisiario da Silva Quintanilha que renunciou a seu direito de receber "gratificação e do praso de terras a que tem direito como voluntario da patria, segundo o decreto nº 3371 de 7 de janeiro ultimo".¹¹⁷ Sua renúncia das vantagens oferecidas aos voluntários demonstra que esse foi um caso indubitável de patriotismo.

O apelo do voluntariado mobilizou inclusive setores sociais não habituados ao recrutamento no esforço de guerra; serve-nos de exemplo Fernando Gomes Caldeira de Andrade, primeiro voluntário a apresentar-se em Desterro. Ele era filho do coronel José Bonifácio Caldeira de Andrade e juntamente com seu irmão, Luiz Gomes Caldeira de Andrade, lutou no Paraguai.¹¹⁸ Isso demonstra que apesar da escassez de fontes especificando a origem social dos recrutados, não se pode fazer a generalização de que haviam apenas indivíduos das classes populares lutando, apesar da predominância desses.

O alistamento dos voluntários, nesses primeiros instantes da guerra, como mencionamos, foi lento. Se em relatório de 1º de março o presidente da província havia anunciado o alistamento de 163 voluntários com a expectativa de que muitos mais iriam apresentar-se, em documento de 1º de abril informava ao Ministério da Guerra que esse número chegava a 244.¹¹⁹

Em fins de abril iniciou-se a organização do 25º Batalhão de Voluntários da Pátria, o primeiro batalhão da província. Sinal, entretanto, de que a apresentação de voluntários não crescia no ritmo desejado é a incorporação de aproximadamente 300 homens oriundos do Paraná ao batalhão, o que acabou por causar desgosto na província.¹²⁰ Cabe dizer que talvez os soldados enviados do Paraná fossem casos de voluntários involuntários. Pois o Ministério da Guerra, tendo em vista que os "praças do Corpo de Voluntarios do Paraná tem desertado" expediu ordens ao presidente da província catarinense para solicitar ao seu homônimo

117 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 13 de maio de 1865.

118 Jornal "O Despertador", 20 de janeiro de 1865, Apud BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 149.

119 Relatório do Ministério da Guerra, 8 de maio de 1865. "Mappa dos individuos alistados no exercito durante o anno financeiro de 1864 a 1865, e bem assim das praças que tendo concluido seu tempo contrahirão novo engajamento, conforme os mappas parciaes, com declaração das ultimas datas."

120 Sobre a presença de soldados do Paraná no referido batalhão: APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 13 de junho de 1865. Com relação ao desgosto gerado entre os catarinenses devido a incorporação dos soldados paranaenses ver: BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 52.

paranaense a captura dos desertores.¹²¹

O 25º Batalhão de Voluntários da Pátria, composto por quase 700 soldados¹²², acabaria embarcando para a guerra, em meio a festejos públicos, em duas levadas, a primeira em 30 de julho e a segunda em 3 de agosto.¹²³ Durante o conflito, a dureza da guerra fez com que esse batalhão fosse dissolvido e seus remanescentes incorporados ao 31º Corpo de Voluntários da Pátria (do Rio de Janeiro).¹²⁴

O 9º Batalhão de Voluntários da Pátria, o segundo batalhão de voluntários da província, começou a ser organizado logo após a partida do primeiro, em fins de agosto, e marchou para o teatro de guerra juntamente com duas companhias de colonos alemães voluntários em novembro de 1865.¹²⁵

Importante mencionar que substituíram do comando do referido batalhão o tenente coronel Gonçalo Paes de Azevedo e Almeida pelo tenente coronel pernambucano Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque, parente do presidente da província (cargo que na época era designado pelo imperador).¹²⁶ Aconteceu algo semelhante no comando do 25º Batalhão de Voluntários, o major catarinense João de Souza Fagundes foi substituído pelo tenente coronel João Bernardino de Vasconcelos Coimbra, um protegido da política fluminense.¹²⁷ Essas substituições ocorridas antes da partida dos referidos batalhões para a guerra indicam que se o recrutamento era determinado em boa medida pelos poderes locais, cargos de prestígio, como o comando de um batalhão de voluntários da pátria, podiam ser determinados por disputas políticas numa esfera mais alta.

Esse segundo batalhão de voluntários, tal qual o primeiro, foi completado com indivíduos que não eram voluntários catarinenses. Nesse caso, entretanto, foram usados

121 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 28 de julho de 1865.

122 Em ordem do dia do comando militar de Santa Catarina de 11 de junho de 1865 são contabilizados 683 homens, entretanto houveram deserções de soldados paranaenses. BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 54.

123 Ibidem, p. 62.

124 Ibidem, p. 63.

125 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1866. p. 4.; BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 75.

Os colonos alemães voluntários são oriundos das colônias existentes em Santa Catarina. Dado a condição de estrangeiros, o fator determinante para seu engajamento deve ter sido as promessas aos voluntários. Entre esses podemos encontrar inclusive mercenários que já haviam lutado em outras intervenções brasileiras no Prata como Victor August Louis Von Gilsa, que teve importante papel na organização dos estrangeiros oriundos de Blumenau. Walter F. Piazza aponta a existência de uma relação de 120 voluntários alemães com direito aos benefícios do decreto nº 3371, de 7 de janeiro de 1865, das seguintes colônias: Blumenau (69), Teresópolis (7), São Pedro de Alcântara (1), Brusque (23) e Dona Francisca (20). BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 99.

126 Ibidem, p. 74

127 Ibidem, p. 55

guardas nacionais recrutados na província para formar a 5ª e a 6ª companhias desse.¹²⁸ Sinais da dificuldades enfrentada para o alistamento no referido batalhão podem ser vistos na proclamação do dia 24 de agosto da Câmara Municipal do Desterro, visando o engajamento voluntário:

Não fiquéis atrás, Catarinenses, não sejais os últimos a comparecer no campo da honra. Imitai os nossos irmãos das províncias do Norte e de S. Paulo que em grande número e voluntariamente por aqui tem passado a engrossar nossas fileiras (...). Imitai mesmo aquêles dos nossos patrícios que tão dignamente se apresentaram Voluntários e já marcharam, posto que em pequeno número, para o teatro da guerra. (...) Não troqueis o nobre e honroso nome de Voluntários da Pátria pelo triste e inglório nome de recruta. Aproveitai as vantagens que aos Voluntários oferece o patriótico govêrno (...).¹²⁹

Percebemos, além do apelo aos benefícios oferecidos aos voluntários e da ameaça velada de ser recrutado à força sem esses benefícios citados anteriormente, a referência aos exemplos prestados pelo “grande número” de voluntários das províncias do norte e “mesmo” do “pequeno número” de catarinenses, deixando claro que Santa Catarina não era o melhor dos exemplos.

De fato, no início da guerra, as províncias que mais enviaram contingentes foram as do norte. O Rio de Janeiro, como já demonstrado, também teve uma boa reação. Entretanto, são nesses locais que mais bruscamente se faz sentir a resistência ao recrutamento com a longa duração da guerra.

As expectativas eram de uma guerra rápida, como normalmente o eram as intervenções brasileiras no Rio da Prata, o que aliada com as vantagens oferecidas aos voluntários, contribuía para a motivação. A expectativa de uma guerra de curta duração, entretanto, foi frustrada pouco tempo depois da invasão ao Paraguai, em abril de 1866. O conflito tornou-se uma inédita, sangrenta e demorada guerra.

A repercussão da desastrosa derrota sofrida em setembro de 1866 no ataque à

128 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1864/1866. Correspondência de 22 de novembro de 1865, nº 83.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1864/1866. Correspondência de 25 de novembro de 1865, nº 87.; APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1866. Correspondência de 4 de janeiro de 1866.

129 SOUZA, Eleutério Francisco de et al. 24 de agosto de 1865, Apud BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 72.

Curupaiti, com estimativas de quatro mil baixas entre mortos e feridos, e as milhares de mortes ocasionadas pelo *cholera morbus*, pouco tempo depois, entre as tropas, certamente não ajudaram a melhorar o quadro.

Diante do descenso do voluntariado e das necessidades de se preencherem os clarões nas colunas brasileiras, desgastadas com baixas seja nas batalhas ou nos surtos de *cholera morbus*, a partir de 1867 há uma demanda crescente no recrutamento não-voluntário, que encontrará como contrapartida crescente resistência e deserções.

A guerra somente conheceria seu termo em 1º de março de 1870 com a morte de Solano López. Para levá-la a cabo o governo empreenderia uma caçada aos recrutas que esvaziaria os campos, sobretudo nas províncias do Norte, encontrando-se cenas desesperadas nessas províncias de assaltos da população à prisão local visando libertar recrutas.¹³⁰

Santa Catarina também sente o impacto da situação. Após o envio do 9º Batalhão de Voluntários da Pátria, ocorrido três meses depois da rendição dos paraguaios situados no Rio Grande do Sul, os voluntários catarinenses não mais constituíram batalhões próprios, sendo enviados de forma avulsa junto de outros corpos que por aqui passavam.

Sinal das angústias que o conflito causava nos idos de 1867 é a história do furriel Carlos Augusto Caminha do 9º Batalhão de Voluntários da Pátria. Após passar por inspeção de saúde em Desterro, logo que retornou do Prata por volta do mês de janeiro de 1867, Carlos recebeu baixa por invalidez e inclusive requereu pensão. Supostamente estaria inválido devido a ferimento por arma de fogo na perna e caminhava apenas com ajuda de muletas. Meses depois, por um engano do Ministério da Guerra, Carlos é submetido novamente a inspeção de saúde, mesmo estando reformado por um decreto de 20 de março, e é considerado apto. Assim, o Ministério da Guerra emite ordens em 20 de maio para que ele fosse enviado novamente ao conflito, mas o presidente da província lembra o ministério que esse já havia recebido baixa por invalidez. Isso provoca profunda irritação no Ministério da Guerra: Carlos que supostamente não poderia nem prover sua subsistência estava com a saúde em perfeito estado. O Ministério da Guerra acaba se dando por conformado e envia ordens para suspender o engajamento do ex-combatente, avisando que as inspeções de saúde devem ser feitas com cuidado pois delas dependem suas decisões. Aparentemente, Carlos Augusto foi um dos sortudos que após conhecer os horrores da guerra, conseguiu escapar da mesma dando parte de doente, ou ao menos exagerando sua enfermidade.¹³¹

130 IZECKSOHN, Vitor. Recrutas da Pátria. Revista Nossa História, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 31.

131 O caso gerou diversas correspondências. Entre elas:

APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 16 de março de 1867.; APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província,

Nesse momento difícil da guerra, em que muitos fugiam do engajamento, chama a atenção o fato de 15 policiais da província terem se oferecido, em algum momento entre outubro de 1867 e fevereiro de 1868, para marchar para a guerra. Membros dos corpos policiais se oferecerem para marchar para a guerra não foi algo raro. O 31º Corpo de Voluntários da Pátria foi composto por policiais da Corte.¹³² Entretanto, não encontramos menções desse tipo de oferta em Santa Catarina nos primeiros tempos, o que não implica que não ocorreram. Dos 15 policiais, 3 não foram aprovados na inspeção de saúde mas os outros 12 seguiram para o conflito, provavelmente sob a categoria de “Voluntários da Pátria” (tal como seus homônimos da Corte).¹³³

O número é relevante pois o contingente policial da província sempre foi irrisório, na ocasião não ultrapassava cem homens. A partida desses voluntários agravou o quadro já insuficiente de policiais. Como o próprio presidente da província aclarou, nesse momento aumentara “as necessidades do serviço com o recrutamento e a captura dos (indivíduos) designados (para a guerra)”¹³⁴, e por isso teve de reforçar a ajuda prestada pela guarda nacional às atividades policiais.

O recrutamento nesses últimos e tensos anos da guerra foi significativamente menor. De setembro de 1868 em diante, não encontramos mais menções do envio de forças catarinenses significativas¹³⁵, sendo que de janeiro a 11 de agosto de 1869 foram enviados apenas 18 combatentes.¹³⁶ Santa Catarina, entretanto, como não passou pelo mesmo grau de voluntariamento dos primeiros tempos, conseqüentemente não apresenta o mesmo contraste que o Rio de Janeiro e as províncias do norte iriam apresentar com as dificuldades de 1867 em diante.

Esse menor entusiasmo apresentado em Santa Catarina no começo da guerra em

1867. Correspondência de 19 de março de 1867.; APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 20 de maio de 1867.; APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 12 de julho de 1867.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 4 de fevereiro de 1867, nº 46.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 10 de abril de 1867, nº 123.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 28 de maio de 1867, nº 170.

132 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 12 de julho de 1865.

133 Com relação aos 12 policiais enviados para o conflito: Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1868. p. 5. Sobre os 3 policiais reprovados na inspeção de saúde: BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 97.

134 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1868. p. 5.

135 O relatório do 1º vice-presidente da província que relata o ocorrido entre 26 de agosto de 1868 até 16 de janeiro de 1869 apenas menciona que enviou “alguns recrutas, guardas designados, desertores e praças, que restabelecerão-se de suas enfermidades”. Relatório do 1º vice-presidente da província de Santa Catarina, 16 de janeiro de 1869. p. 20.

136 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de agosto de 1869. p. 3.

relação às províncias do Norte e do Rio de Janeiro certamente pode ser compreendido, em boa medida, pelas proximidade da província com o teatro de guerra. Como abordado no capítulo “O contexto catarinense”, a proximidade do conflito fez com que desde os primeiros dias os catarinenses conhecessem por diversos meios a face cruel da guerra, seja nos relatos de quem ia e vinha da região do conflito, nas mutilações apresentadas pelos feridos em tratamento em Desterro ou mesmo nas epidemias que não demoravam a atingir a capital catarinense. Esses aspectos do conflito, que na província foram vividos com intensidade no cotidiano desde os primeiros dias, foram vistos apenas mais tarde, e de modo menos direto, nas demais províncias.

3.2. Os praças de pret: Recrutando à moda antiga

Os praças de pret, ou seja, os efetivos do exército mobilizados de forma tradicional (portanto, aqueles que não se apresentaram sob o decreto que instituiu os voluntários da pátria), são a categoria do esforço de guerra catarinense que mais dificuldades tivemos para estudar.

De certa forma, a mobilização na província de Santa Catarina já havia iniciado antes mesmo do conflito bélico com o Paraguai iniciar. Ainda em maio de 1864, meio ano antes da Guerra do Paraguai, partiram da capital catarinense o 12º Batalhão de Infantaria e o 1º Regimento de Artilharia a cavalo para participar da intervenção brasileira no Uruguai.¹³⁷ Esses efetivos, entretanto, não foram contabilizados no esforço de guerra da província nas estatísticas apresentadas pelo Ministério da Guerra em 1872. Não possuímos outras informações sobre esses, exceto a de que eram 650 combatentes, sendo a maioria desses catarinenses.¹³⁸

Se consideramos esse número em relação ao contingente de praças de pret mobilizados ao longo do conflito apontado pelo Ministério da Guerra, 180, vemos que não possuímos informações sobre a maior parte dos recrutas mobilizados.

O quadro se agrava quando consideramos que, frequentemente, as menções aos recrutas situados em Santa Catarina referem-se indistintamente àqueles oriundos da província ou vindos do país todo. Isso porque após o início do conflito, a dificuldade do recrutamento e a constante passagem de tropas por Santa Catarina, que ficavam desfalcadas em virtude dos doentes que permaneciam em Desterro para tratamento, fez com que a maior parte dos recrutas obtidos na província fossem remetidos de forma avulsa para completar os contingentes que aqui chegavam. Essa situação dificulta muito o estudo do esforço realizado para mobilizar os praças de pret oriundos da província.

Ao iniciar o conflito com o Paraguai, o Ministério da Guerra emitiu ordens para que se recolhessem a Desterro os destacamentos do exército na província, e que estivessem prontos para partir assim que possível. O corpo de polícia e a guarda nacional da província deveriam substituí-los, o que se faz com grande dificuldade devido ao pequeno número do primeiro e a dificuldade de mobilização do segundo.¹³⁹

137 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1865. p. 5.

138 BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 32.

139 Sobre as ordens para a polícia e a guarda nacional substituir efetivos do exército: APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1864. Correspondência de 26 de dezembro de 1864. Sobre as dificuldades encontradas para mobilizar a guarda nacional: APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 3 de maio de 1865.

Desde esse momento sucedem-se pedidos para enviar sempre que possível todos os praças de pret e demais forças disponíveis em Santa Catarina, obviamente sem preocupar-se se eram ou não catarinenses. Esses pedidos encontraram grandes dificuldades para serem cumpridos. Em ofício de 10 de dezembro de 1865, por exemplo, o Ministério da Guerra reclama que dos mais de 1.400 soldados que deveriam estar na província, apenas 1.089 seguiram para o Rio da Prata. E reiterava ordens para que os demais partissem imediatamente.¹⁴⁰

A dificuldade crônica em remeter as tropas efetivamente para o teatro de guerra fica evidente quando nos atentamos para as ameaças que por vezes acompanhavam essas ordens de pronta remessa dos praças. Por vezes a ameaça poderia ser um tanto velada: “Sobre semelhante assumpto não pode jamais o Governo Imperial ser indiferente á falta de execução de suas terminantes ordens”.¹⁴¹ Mas também encontramos casos em que eram explícitas. Por ocasião de ordem para embarcar todas as forças disponíveis na província, o Ministério da Guerra acrescentava em ofício de 19 de julho de 1865: “ficando V. Ex. certo de que a responsabilidade por qualquer falta no cumprimento das minhas ordens recahirá toda em V. Ex.”¹⁴²

Uma das poucas situações que o Ministério da Guerra aceitava o atraso no envio de tropas eram os casos de “moléstia justificada”¹⁴³. Dado que Santa Catarina se prestava a receber e tratar doentes, não é de se surpreender que a tática utilizada pelos soldados para impor tantas dificuldades ao seu envio seria a estratégia de dar parte de doente, protelando assim ao máximo possível a estadia em Desterro (e quem sabe conseguir baixa por invalidez). As enfermarias da província seriam, assim, palco dessa outra batalha, entre o governo e o soldados, onde esses conseguiram levantar sérios obstáculos aos esforços de guerra.

O Ministério da Guerra não assistiu passivamente a situação. Devido às frequentes baixas à enfermaria, insistia para que fossem realizadas e remetidos os registros das inspeções de saúde. Ameaçava retirar a patente dos oficiais que excediam seu tempo de licença, o que pelo menos em uma ocasião foi cumprido.¹⁴⁴ A pressão que o presidente da província sofria

140 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 10 de dezembro de 1865.

141 Essa ameaça consta em um ofício de 23 de junho de 1865 que pede explicações sobre os praças que não tem embarcado para o conflito. APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 23 de junho de 1865.

142 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 19 de julho de 1865.

143 Como pode ser visto em diversos ofícios à presidência de Santa Catarina. Um exemplo seria: APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 23 de junho de 1865.

144 Em ofício de 27 de julho de 1868 é dado o aval pelo Ministério da Guerra ao descomissionamento de um oficial realizado pelo presidente de Santa Catarina pelo motivo mencionado. APESC. Correspondências do

certamente colaborou inclusive para abusos que seriam reprovados pelo Ministério da Guerra. Como o caso ocorrido em 1865 em que a presidência da província ordenou que 154 recrutas embarcados na Corte continuassem rumo a Montevideú, existindo entre eles 34 doentes que deveriam ser substituídos por outros recrutas para receber tratamento em Santa Catarina.¹⁴⁵

Entretanto, não eram apenas as enfermarias que eram vistas como oportunidade de fuga do conflito. O recrutamento do século XIX, como abordamos, não estava garantido com a simples apreensão do incauto recruta. Uma vez recrutado a força, não é difícil perceber que o recruta ainda conservava esperanças de evadir-se da guerra. A deserção era algo comum, que não possuía a péssima conotação atual. Familiares e amigos ajudariam de bom grado o desertor. E mesmo o governo imperial a considerava como um mal inevitável.

Santa Catarina não era exceção no tocante a esse componente estrutural do recrutamento “à moda antiga”. No primeiro ano da guerra, 1865, serão entregues pela polícia da província 127 desertores do exército e 8 da armada¹⁴⁶, no ano seguinte temos a apreensão de 63 desertores¹⁴⁷, que certamente não se restringiam aos recrutados na província. Considerando o pequeno contingente da polícia, a dificuldade em mobilizar a guarda nacional para coadjuvar essa, e a debilidade da máquina administrativa estatal, pode-se imaginar que um número muito maior obtinha êxito na deserção.

O sucesso em desertar é confirmado pelas anistias que de tempos em tempos são oferecidas pelo governo aos desertores que se apresentassem as autoridades, uma prática comum do exército durante todo o Império. A circular do Ministério da Guerra de 20 de agosto de 1866, por exemplo, publiciza o indulto concedido a desertores por meio de decreto do dia 17 do mesmo mês.¹⁴⁸ Esses indultos funcionavam como uma espécie de chantagem durante a guerra, pois ao governo mais do que punir interessava usar-se do indulto aos desertores para reaver recrutas que de outro modo estariam fora do seu alcance. Essa política é demonstrada em ofício de dezembro de 1865, em que o Ministério da Guerra, tendo conhecimento da existência de desertores presos nas províncias que estavam compreendidos nos indultos de 31 de maio e 6 de junho desse ano, ordena que sejam colocados em “liberdade” para que os façam “seguir sem demora para o Exercito (em operações)”.¹⁴⁹

Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 27 de julho de 1868.

145 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 22 de novembro de 1865.

146 A maior parte desses foram capturados e uns poucos se apresentarão “por se verem perseguidos”. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1866. p. 9.

147 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1868. p. 5.

148 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1866. Circular de 20 de agosto de 1866.

149 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 11 de dezembro de 1865.

Como a província não funcionava apenas como uma espécie de pouso para as tropas que se destinavam ao Paraguai, mas também servia de enfermaria e prestava instrução militar, o tempo em que um soldado permanecia aqui poderia ser um aliado na tentativa de deserção. É justamente nessa modalidade de resistência ao engajamento que as fontes consultadas possibilitaram distinguir os praças de pret locais daqueles mobilizados por todo o Império.

O presidente da província, em ofício de 27 de novembro de 1866, faz a seguinte comunicação ao Ministério da Guerra:

"Tendo feito seguir para o exercito em operações quasi todos os cornetas e tambores da escola aqui estabelecida e não convindo que para ella sejam destinados indivíduos recrutados n'esta província, visto desertarem mais facilmente; julgo dever propor a V. Ex., que dos recrutados apurados n'essa Corte ou vindos das provincias do Norte sejam para aqui remettidos os que forem aptos para aprendizes da sobredita escola."¹⁵⁰

Essa comunicação vai receber uma resposta positiva do Ministério da Guerra, que se compromete a enviar praças da Corte ou das províncias do norte para a referida escola.¹⁵¹ Provavelmente, os praças de pret catarinenses desertavam mais facilmente devido ao maior conhecimento do espaço físico e por contarem com apoio da sociedade local.

Entretanto, se as fontes analisadas permitiram conhecer essa vantagem dos catarinenses para evadir-se em sua própria terra, a regra é outra, devido a própria precariedade dos documentos consultados no Arquivo do Estado de Santa Catarina. A dificuldade em conhecer algo mais que alguns números e datas de embarque e mesmo de distinguir o recruta da província daqueles que por aqui passavam, provém do fato de que raramente os documentos possuem os anexos que possibilitariam conhecer outras informações que o nome, patente e a unidade na qual o soldado está engajado.

Dois exemplos ilustram bem o problema. Dos frequentes ofícios do Ministério da Guerra com relações de praças catarinenses que receberam baixa por incapacitados, apenas um ainda possui a relação em anexo.¹⁵² Outro exemplo são as frequentes circulares emitidas pelo mesmo ministério com as certidões de óbito dos praças catarinenses falecidos em

150 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 27 de novembro de 1866, nº 195.

151 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 12 de janeiro de 1867.

152 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 12 de fevereiro de 1867.

operação, apenas uma possui em anexo as referidas certidões.¹⁵³ Isso se constitui numa grande dificuldade para adentrar no cotidiano dos envolvidos no esforço de guerra.

Entretanto, apesar de certa invisibilidade dos recrutas oriundos da província de Santa Catarina, o seu pequeno número nas estatísticas oficiais em relação a outras modalidades de participação (180 indivíduos ou 11,7% nos números do Ministério da Guerra) indica o fracasso da mobilização sob essa forma *durante a guerra*.¹⁵⁴ Isso porque se essa categoria é a segunda mais expressiva no esforço de guerra da província (contabilizando as tropas que foram engajadas ainda para a intervenção no Uruguai), a maior parte foi mobilizada antes do início do conflito com o Paraguai.

A explicação para esse “fracasso” pode em parte ser encontrada nos números expressivos de soldados mobilizados sob a categoria “Voluntários da Pátria”. Como explicado anteriormente, o reconhecimento e os benefícios prometidos aos voluntários, faziam com que aqueles movidos por sentimentos patrióticos e/ou pela busca de uma vida melhor se engajassem no conflito sob essa categoria. Porém, mesmo os que tradicionalmente ingressariam nas fileiras do exército de forma compulsória, acabavam ingressando como “voluntários” e num número impossível de definir. É o caso já mencionado dos voluntários involuntários. Entre esses estavam aqueles que tinham isenção do serviço militar e que fazendo-os passar por voluntários podiam ser forçosamente engajados; os que não possuindo isenção e na impossibilidade de fugir do recrutador, optavam, quando lhes davam a opção, por ir como “voluntário”; e mesmo indivíduos que cediam à chantagem do governo e que calculando ser muito alta a probabilidade de serem recrutados, adiantavam-se, e se apresentavam como voluntários.

153 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Circular de 4 de agosto de 1868.

154 Deve-se ressaltar que os números eram precários e que o fato de os soldados da província serem enviados de forma avulsa pode ter contribuído para que uma porção deixasse de ser contabilizado. Ainda assim, é improvável que esses soldados avulsos fossem um número muito expressivo. Pois nesse caso, constituiriam batalhões próprios.

3.3. A guarda nacional (não) vai a guerra

A guarda nacional em Santa Catarina no começo da Guerra do Paraguai, como mencionado pelo presidente da província, “ainda não está realmente organizada”.¹⁵⁵ Seus corpos praticamente não estavam estruturados, faltavam armas e inexistia treinamento.

A solicitação do governo imperial para mobilizar a guarda nacional, portanto, encontrou grandes dificuldades. Apenas nesse instante começaram realmente a organizar a guarda nacional na província e diante de tamanha precariedade ocorreram dificuldades sérias nas atividades mais básicas de sua organização e mobilização. Em relatório de agosto de 1865 o vice-presidente da província afirmava: “Toda a Guarda Nacional da Província precisa de instrução e armamento, e enquanto este se lhe não fornecer, não poderá aquella ser adquirida, quando mesmo haja quem possa dal-a.”¹⁵⁶

Prova cabal das dificuldades foi a incapacidade da guarda nacional de substituir prontamente os destacamentos do exército existentes em alguns lugares de Santa Catarina, por ocasião do início do conflito.¹⁵⁷ O Império visava mobilizar o mais rapidamente possível os destacamentos do exército regular e para tanto ordenou que a polícia e a guarda nacional substituíssem os efetivos do exército aonde fosse necessário nas províncias.¹⁵⁸ Dado o pequeno contingente da polícia, o apoio da guarda nacional foi necessário em Santa Catarina e, entretanto, até essa função secundária foi cumprida com dificuldades.

A inexistência de um grande surto de voluntariamento no início do conflito em Santa Catarina levou a que as autoridades da província não tomassem atitudes como as que se realizaram no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, do total de 1.384 guardas nacionais requeridos pelo decreto imperial nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865, que designava certa quantidade de guardas nacionais em todas as províncias do país, 925 foram dispensados por causa do número significativo dos que se alistaram nos voluntários da pátria.¹⁵⁹ Em Santa Catarina, foram designados pelo mesmo decreto 208 guardas nacionais e não houve dispensa. Consequentemente, as precariedades da guarda e seus problemas de mobilização se tornam evidentes desde os primeiros dias e apresentam um contraste menor com as dificuldades de

155 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de março de 1865. p. 5.

156 Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, 16 de agosto de 1865. p. 8.

157 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 3 de maio de 1865.

158 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1864. Correspondência de 26 de dezembro de 1864.

159 IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 188.

1867 em diante. Já no relatório provincial de 24 de abril de 1865 encontramos menção as “(...) diversas reclamações de Guardas Nacionaes designados para o serviço de guerra”¹⁶⁰ pelo decreto n° 3.383 de 1865¹⁶¹.

De qualquer forma, as reclamações quanto a ineficiência da guarda nacional já nos primeiros dias do conflito não é exclusividade de Santa Catarina, manifestando-se também em âmbito nacional.¹⁶²

Até o momento a guarda nacional tinha funcionado apenas como “instrumento politico, (...) machina da compressão da liberdade civil”¹⁶³, segundo as palavras do próprio ministro da justiça, ao qual estava subordinada. O fato das isenções que resguardavam as antigas milícias do recrutamento para a primeira linha nas instruções de 1822 terem sido mantidas na lei de criação da guarda nacional, os isentava do engajamento no exército e na armada. Pertencer a guarda nacional era sinônimo pois de isenção do recrutamento, e o alistamento nessa era uma das formas utilizadas para escapar do serviço militar.¹⁶⁴ Dessa forma não é de se estranhar a enorme oposição dos guardas a sua designação para o serviço militar fora do país. O engajamento forçado representava uma quebra no pacto de confiança que garantia a cooperação das forças locais organizadas por meio da guarda nacional com o governo imperial e o que se encontrará, portanto, é uma resistência oriunda de todos os escalões da mesma.¹⁶⁵

O conselho de guerra a que foi submetido o major da guarda nacional de Santa Catarina Francisco de Souza Machado Cravo em princípios de 1866 é um exemplo dos conflitos que emergiram entre governo central e os poderes locais organizados sob a forma da guarda durante a guerra.¹⁶⁶ O major exercia cargo de comando entre os guardas nacionais destacados para o serviço de guerra no 9° Batalhão de Voluntários da Pátria (esses compunham a 5° e a 6° companhias do referido batalhão). As contínuas deserções dos guardas

160 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 24 de abril de 1865. p. 5.

161 Decreto n° 3.383, de 21 de janeiro de 1865. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis%201865a/pdf6.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

162 Relatório do Ministério da Justiça, 15 de maio de 1866. p. 29.

Para mais informações sobre as dificuldades de mobilização oferecidas pela guarda nacional em outras províncias: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 112-114.

163 Relatório do Ministério da Justiça, 15 de maio de 1866. p. 29.

164 MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 132.

165 Com relação a resistência oposta nacionalmente pela guarda nacional ao engajamento durante a guerra: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 111-117.

Sobre a quebra no pacto de confiança entre as forças locais organizadas por meio da guarda nacional e o governo imperial (que acabaria por transformá-la “em uma corporação com funções puramente ritualísticas”) ver: MENDES, Fábio Faria, Op. Cit. p. 132-133.

166 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1866. Correspondência de 23 de maio de 1866.

nacionais sob o comando de Francisco de Souza e a ausência de medidas referentes aos desertores levaram a que esse fosse levado a julgamento. O major perdeu o posto de comando¹⁶⁷ mas ao menos acabaria absolvido pois considerou-se que as deserções teriam ocorrido porque o oficial “a quem o réo recomendara toda a vigilância, tomara algum repouso”, já a ausência de medidas quanto aos desertores se explicaria pelo fato do réu ter sido induzido ao erro quanto aos processos disciplinares por um ajudante seu. Os argumentos usados para se absolver Francisco de Souza parecem frágeis e diante da resistência generalizada oposta pelos membros da guarda nacional, não seria de se estranhar que realmente tenha havido conivência.

Nem mesmo a extensão dos benefícios garantidos aos voluntários da pátria em agosto de 1865¹⁶⁸ foi suficiente para conseguir a cooperação da guarda no esforço de guerra. Falhando esse elemento dentro da estratégia de “cooperação compulsória” do governo, o aspecto coercitivo ganhou peso. Isso levaria a diversas formas de resistência.

Exemplo curioso da resistência imposta, já nos primeiros dias, é o de dois guardas nacionais designados para a guerra que fugiram em abril de 1865 embarcando na galera norte-americana John Downbron¹⁶⁹, ancorada em Desterro.¹⁷⁰ O que a princípio poderia parecer um grande lance de sorte transformou-se num pesadelo em abril de 1866. Nesse mês, depois de terem viajado por longos meses os guardas desertores João Simão Alves e Celestino Machado voltavam a Desterro a bordo do dito navio. Seria apenas uma parada no itinerário se o tenente coronel comandante do 2º Batalhão da Guarda Nacional não reconhecesse o barco em que cerca de um ano atrás haviam fugido seus dois subordinados.

O comandante brasileiro imediatamente entrou em contato com o presidente da província solicitando sua intermediação pois afirmava que os dois guardas nacionais fujões ainda estavam no John Downbron. Os esforços do presidente encontraram grande resistência tanto do comandante do barco como do agente consular estadunidense situado em Santa

167 BOITEUX, Lucas Alexandre, Op. Cit. p. 75.

168 SALLES, Ricardo, Op. Cit. p. 95.

169 A grafia do nome não ficou clara. Em várias oportunidades encontramos algo similar a John Downbron mas em outras John Dawson, como no seguinte documento: APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular dos Estados Unidos da América para o presidente, 24 de abril de 1866. Observação: existem dois documentos enviados pelo agente consular estadunidense com essa data, esse é o primeiro.

170 O caso gerou diversas correspondências: APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 21 de abril de 1866.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 23 de abril de 1866.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 15 de maio de 1866.; APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular dos Estados Unidos da América para o presidente, 24 de abril de 1866.

Catarina. Esses afirmaram que os dois guardas nacionais nunca embarcaram naquele barco, seria uma mera coincidência de nomes¹⁷¹ pois os dois homens a que acusavam de ter desertado teriam embarcado em Cabo Verde no mês de novembro de 1865 e não em Desterro no mês de abril do referido ano. Por fim, o agente consular declarou que não poderia consentir na interferência das autoridades brasileiras na tripulação do navio sem provas consistentes.

O presidente da província não cedeu, e o John Downbron só pode sair do porto após cooperar, momento em que ficou comprovado que os guardas desertores estavam a bordo e por esse motivo tiveram de ser entregues às autoridades. Posteriormente, os guardas acrescentaram que dois escravos também haviam partido com eles de Santa Catarina, um teria desembarcado em Cuba ou “S. Thomaz” e o outro numa das ilhas do arquipélago dos Açores.¹⁷²

Como fica claro na troca de correspondências entre o agente consular estadunidense e o presidente da província, navios norte-americanos darem fuga a escravos em Santa Catarina não era algo inédito. Aparentemente, os dois guardas nacionais buscaram resolver seu problema com o recrutamento apelando para a mesma solução que usavam alguns dos escravos da província. Entretanto, talvez por excesso de confiança, cometeram o erro de voltarem a província e, considerando o procedimento do Ministério da Guerra aplicado a outros desertores, devem ter sido encaminhados para o teatro de guerra após sua longa viagem.

As dificuldades impostas de cima a baixo para a mobilização compulsória da guarda nacional foi exposta pelo presidente da província, por ocasião da maior pressão por recrutas a que se viu submetido em 1867. Assim temos no relatório do presidente de Santa Catarina em 11 de junho de 1867: “Ainda não se pôde completar o 3.º contingente de 200 guardas nacionais exigidos pelo decreto n.º 3809 de 13 de Março ultimo. (...) taes embaraços procedem principalmente do defeito radical da organização dessa milicia, no que toca ao modo de mobilisal-a.”¹⁷³

O presidente da província esbarrava em obstáculos difíceis de serem transpostos. Como representante do governo imperial tinha de conciliar os interesses desse com o das chefias regionais e locais, o que se torna ainda mais difícil com a tentativa de engajar pela força a guarda nacional. O caráter local do recrutamento e o complexo sistema de isenções

171 Coincidência que alegavam ainda ser apenas parcial dado que um deles havia dado o nome de Sylvio Machado e não Celestino Machado. APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cónsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 21 de abril de 1866.

172 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cónsules, 1860/1875.

Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 15 de maio de 1866.

173 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 2-3.

legais, que se prestava a várias interpretações, garantia grande poder de intervenção dos chefes locais para evitar o recrutamento bem como para recrutar desafetos. Era esse “defeito” radical que incomodava o presidente de província catarinense ao se referir à organização do recrutamento para a guarda nacional. Inclusive esse sistema de isenções serviu de justificativa para o número insuficiente do recrutamento catarinense no relatório provincial de 1º de maio de 1867: “Na apuração de uns e outros tenho escrupulosamente attendido ás isenções legaes, mas só a estes motivos”.¹⁷⁴

Nem todos obtinham sucesso, entretanto, na instrumentalização do sistema de isenções para escapar do recrutamento. Foi o caso do pedido de isenção realizado pelo diretor da colônia nacional Angelina ao presidente da província referente ao guarda nacional Vicente José de Souza em novembro de 1866. A resposta do presidente expõe claramente um dos expedientes utilizados pelos guardas designados para escapar da guerra obtendo isenção:

A dispensa do serviço activo da guarda nacional, que (...) requisitou, em Officio de hontem; sob nº 282, para o guarda da 2ª companhia do 2º corpo de Cavallaria de S. José, Vicente José de Souza, não pode ser concedida, tanto por ser elle solteiro, como porque o lote de terras que possui não foi comprado ao Estado, mas a um Terceiro.

Nos termos das instrucções que regem essa Colonia, as suas terras devem ser vendidas á individuo casado, e só esses, portanto teem direito aos favores especiaes concedidos aos colonos nas citadas instrucções. A'elles, pois, e não aos solteiros, que hoje procuram sem duvida fazer-se colonos para se eximirem do serviço da guerra, é exclusivamente applicada a recommendação contida no meu officio de 20 d'Outubro ultimo.¹⁷⁵

Afora as isenções legais combinadas com o caráter local do recrutamento, utilizadas pelos chefes locais para si e seus protegidos, também temos outros elementos que eram utilizados para resistir ao engajamento. O envio de escravo no lugar do senhor, tradicionalmente apontado como solução dos mais ricos para evitar à guerra, na verdade deve ter atingido mais ao pequeno e médio proprietário de escravos, que não detinha influência suficiente para se evadir do recrutamento através dos meios ditos acima. O mesmo vale para indivíduos livres contratados para servirem no lugar de alguém.

174 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. p. 4.

175 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para diretores de colônias, 1866/1870.

Correspondência do presidente para o diretor da colônia nacional Angelina, 28 de novembro de 1866. f. 24v, 25.

Um exemplo interessante ocorreu na colônia nacional Angelina no ano de 1867. Sendo o colono José Martinho de Andrade designado para o serviço de guerra, e não tendo esse recursos ou a influência necessária para livrar-se do “tributo de sangue”, acabou acordando com seu irmão que esse o substituísse no serviço militar.¹⁷⁶ Os motivos que levaram o colono a realizar essa proposta ou os detalhes do acordo que fez com seu irmão escapam ao nosso conhecimento. Ainda que o fato do substituto ser o irmão do recrutado indique que talvez estejamos diante de um caso atípico, o ocorrido ajuda a visualizar o dilema pelo qual passavam alguns dos indivíduos que não podendo evitar o recrutamento por meio de influências políticas, apelavam para o envio de substituto.

Em Santa Catarina os substitutos tiveram um papel relevante: foram 99 substitutos livres e 24 substitutos escravos, o que totaliza 123 indivíduos que participaram do conflito no lugar de guardas nacionais designados ou recrutas do exército (compara-se com os 264 guardas nacionais enviados à guerra e vemos sua relevância).

Mas o caráter local do recrutamento não implicava apenas em barreiras para a obtenção de soldados; o poder das chefias locais podia e de fato foi utilizado para cometer todo tipo de arbitrariedades no recrutamento. Os indivíduos mais vulneráveis a essas ações eram os desafetos das autoridades locais e as pessoas que viviam à margem das redes de proteção. Foi o caso do italiano José Pera, que de posse do documento que comprovava sua cidadania estrangeira, foi ilegalmente recrutado para o serviço de guerra pela guarda nacional. Esse não foi o único caso de estrangeiros engajados ilegalmente na guarda nacional e o pedido do agente consular italiano para que cessassem as perseguições aos imigrantes italianos no região do Alto Tijucas sugere que os abusos não eram casos isolados.¹⁷⁷

Infelizmente esses casos são difíceis de detectar dado que nos conflitos entre as autoridades recrutadoras e os possíveis alvos, esses últimos quando tinham a quem recorrer, frequentemente, buscavam proteção através de relações clientelistas que não tiveram lugar em documentos oficiais. O caso de José Pera e de outros estrangeiros que abordaremos no capítulo “Estrangeiros em pé de guerra (contra a mobilização)” somente pode ser conhecido porque houve a intervenção de agentes consulares.

Esses exemplos também deixam patente que em Santa Catarina foram feitos esforços reais para reunir praças de pret e guardas nacionais, o que implicou em arbitrariedades como as mencionadas, e que acabavam por gerar pânico nas possíveis vítimas. Diante disso não é de

176 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para diretores de colônias, 1866/1870.

Correspondência do presidente para o diretor da colônia nacional Angelina, 22 de abril de 1867. f. 44v.

177 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular da Itália para o presidente, 21 de março de 1868.

se estranhar o lamento do presidente de Santa Catarina, no relatório provincial de 11 de junho de 1867, por não ter conseguido ainda completar o 3º contingente de guardas nacionais, pois além dos que obtiveram isenção legal “(f)altão ainda 156, que dificilmente se conseguirá reunir, visto terem pela maior parte se refugiado nos matos os guardas nas circunstâncias de servir, e ainda muitos que não se achão neste caso”.¹⁷⁸ Para um leitor desavisado poderia parecer um exagero a fuga para o mato dos guardas nacionais que não estavam nas “circunstância de servir”, mas estes sabiam muito bem que poderiam ser levados à guerra com ou sem isenção. Era um último recurso daqueles que não podendo contar com a proteção de poderosos locais para escapar das arbitrariedades do recrutamento faziam valer um ditado da época sobre a perspectiva de se ir para a guerra: “Deus é grande, mas o mato (é) ainda maior”.¹⁷⁹

Francisco Frutuoso da Silva, do 1º Batalhão de Infantaria do município de São José, é um desses guardas nacionais que buscou evitar a guerra saindo do alcance do comandante do seu batalhão. Para seu azar, foi descoberto enquanto se refugiava na colônia nacional Angelina, o que levou o presidente da província a ordenar o envio de uma escolta para capturá-lo.¹⁸⁰

Os poderes locais nem sempre colaboravam com o recrutamento apenas por meio da coerção. Seu prestígio e recurso poderiam ser usados para angariar soldados, ocorrendo inclusive do chefe local marchar a frente desses rumo ao Paraguai.

Como exemplo, temos o caso de um chefe local, o tenente coronel comandante do 2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, Gaspar Xavier Neves, que se ofereceu em princípios de 1865 “para marchar naquelle posto para o Exercito de operações no Sul do Imperio, juntamente com os Guardas Nacionaes de seo commando e voluntarios que o quizerem acompanhar, e que espera se elevem ao numero de duzentos”.¹⁸¹

Entretanto, como apontado por Ricardo Salles, deve-se por em dúvida a apresentação voluntária do conjunto do corpo de guardas nacionais. “A verdade é que estes eram praticamente propriedade de seus comandantes (...) que apresentavam voluntariamente os serviços de todo o contingente militar sob seu controle para a guerra”.¹⁸² Esse pode ter sido o caso do oferecimento de Gaspar Xavier Neves, dado que quando finalmente se apresenta ao

178 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 2.

179 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 122.

180 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para diretores de colônias, 1866/1870.

Correspondência do presidente para o diretor da colônia nacional Angelina, 16 de janeiro de 1866. f. 2, 2v.

181 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 14 de março de 1865.

182 SALLES, Ricardo, Op. Cit. p. 103.

presidente de província com os voluntários “do corpo de cavallaria que commanda e de otros corpos” que angariou, esses constituíam apenas 35 ao invés dos 200 estimados inicialmente.¹⁸³

Em Santa Catarina, além da primeira leva de 208 guardas nacionais solicitadas em 1865, foram solicitadas mais duas de 200 guardas em 1866 e outras 200 em 1867, totalizando 608 guardas.¹⁸⁴ Contudo, ao longo da guerra foram mobilizados, segundo os dados do Ministério da Guerra, apenas 264 guardas nacionais.¹⁸⁵ Dessa forma vimos que a grande resistência ao engajamento da guarda nacional, seja por meio dos entraves das chefias locais, dos meios legais, e da fuga para os matos, conseguiram frustrar o recrutamento de guardas nos números desejados pelo governo imperial. Assim também ocorreu na maior parte do Império. Apesar desse fracasso, deve ser dito que a guarda nacional aportou número relevante proporcionalmente ao esforço de guerra catarinense, e ficou realizando serviços de apoio à polícia e substituindo o exército em algumas regiões de Santa Catarina, incluindo Desterro, até o final da guerra.

183 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1864/1866. Correspondência de 19 de maio de 1865, nº 435.

184 Os decretos recrutando guardas nacionais durante a guerra e o número de guardas exigido à Santa Catarina foram: decreto nº 3.383, de 1865 (208 guardas); decreto nº 3.714, de 1866 (200 guardas); e decreto nº 3.809, de 1867 (200 guardas).

Decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis%201865a/pdf6.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

Decreto nº 3.714, de 6 de outubro de 1866. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1866a/pdf48.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

Decreto nº 3.809, de 13 de março de 1867. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1867/Leis1867-36.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

185 Boa parte dos que foram contabilizados como substitutos devem ter sido enviados no lugar de guardas nacionais mas foram contabilizados em categoria distinta. Contudo, ainda que considerássemos todos os 123 substitutos na categoria dos guardas nacionais, evidencia-se o fracasso em atingir as solicitações do governo imperial.

3.4. A "cooperação compulsória" fracassa: De escravos a soldados

A grande resistência oposta ao recrutamento ao longo do conflito fez com que a estratégia de basear a mobilização para a guerra num esforço de "cooperação compulsória" fracassasse. Isso se tornou especialmente claro durante o terceiro ano da guerra, quando a duração e a violência dessa acabariam por afogar o afã patriótico inicial. A partir de então o Estado depositou uma ênfase cada vez maior na face coercitiva do engajamento e assistiremos a cenas de resistência desesperada, principalmente nas províncias do norte, que incluíram assaltos à prisões e delegacias para resgatar indivíduos recrutados.

Diante de tamanha dificuldade, no final de 1866, o governo imperial chegou a discutir seriamente a hipótese de libertar escravos em massa para lutarem na guerra. A discussão foi acalorada e as comparações com as medidas tomadas pela União durante a guerra civil norte americana inevitáveis.¹⁸⁶ Por fim, acabou prevalecendo a cautela. O governo, por meio de decreto baixado em 6 de novembro de 1866, passou a libertar os “escravos da nação”¹⁸⁷ para serem enviados aos campos de batalha e a incentivar o oferecimento de escravos por seus senhores, prometendo recompensá-los com títulos de nobreza.¹⁸⁸

O medo dos conselheiros do Estado imperial era de que a libertação em massa de escravos afetasse as atividades econômicas e ameaçasse tanto a ordem pública como as bases do regime imperial. O fim do tráfico internacional de escravos em 1850 acentuava progressivamente o problema da mão de obra no Império e certamente esse tipo de medida, ainda que sob indenização, causaria uma grave crise entre o regime imperial e os senhores de escravos. Sinal das dificuldades enfrentadas com o abastecimento da mão de obra é a pequena colaboração dos senhores de escravos que além de resistir a oferecerem seus escravos, quando o faziam era geralmente mediante indenização.

A participação de escravos nas tropas brasileiras é certamente um dos pontos centrais das polêmicas historiográficas em torno da Guerra do Paraguai. A historiografia conservadora hegemônica até a década de 1970 ignorou o tema enquanto a revisão historiográfica que despontou no final dessa década apontou o exército como sendo composto basicamente por escravos alforriados, vendidos por altos valores para o governo, para lutar a guerra de seus senhores. Esta imagem do exército foi amparada em testemunhos preconceituosos de observadores da época, que incorriam no erro de partir do fato de a maioria das tropas

186 Para uma excelente análise da discussão em torno da libertação massiva de escravos e as comparações com as medidas aplicadas durante a guerra civil norte americana: IZECKSOHN, Vitor, Op. Cit. p. 197-201.

187 Os escravos da nação pertenciam ao Estado brasileiro e trabalhavam em instituições públicas como a Fábrica de Pólvora, arsenais da marinha e a Fazenda Imperial de Santa Cruz.

188 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 272.

brasileiras serem compostas por negros e mestiços para concluir que portanto eram todos escravos.¹⁸⁹ Partindo-se desse equívoco iríamos considerar como escravos os 9 mil soldados engajados como voluntários que partiram da Bahia, majoritariamente negros e mestiços livres.¹⁹⁰

Pesquisas recentes apontam que apesar da importante participação de escravos no exército brasileiro, eles estiveram longe de compor a maior parte do esforço de guerra. Os números do Ministério da Guerra, apresentados em 1872, assinalam que esses compuseram cerca de 4,38% das tropas mobilizadas (4.001 escravos libertos num universo de 91.298 soldados).¹⁹¹ Mesmo considerando que os dados são falhos e estão incompletos, não há razão para pensar, como também opina Salles, que superariam os 10%.¹⁹² A crise de abastecimento da mão de obra escrava, o impacto negativo que seu engajamento em grandes proporções causaria na economia, e a resistência imposta pelos senhores de escravos a tal mobilização corroboram isso. Como indicamos anteriormente, o alvo preferencial do recrutamento sempre foram aqueles indivíduos livres que estavam à margem das redes de proteção, socialmente desqualificados e cujo recrutamento as autoridades consideravam que não traria inconvenientes para a economia.

Isso não deve levar à conclusão que a participação dos escravos foi insignificante. Apesar de ter sido numericamente minoritária teve um peso decisivo nos rumos do país no pós-guerra. Ainda que a incorporação dos escravos ao esforço de guerra tenha significado conquistas imediatas apenas para aqueles que se envolveram na guerra, a necessidade de incorporar o interesse dos escravos no esforço de guerra, sua libertação, fez com que o soldado ex-escravo tivesse presença constante na temática e no ideário do abolicionismo, marcando a política nacional nos momentos finais do Império.¹⁹³

Os libertos contabilizados nas estatísticas do Ministério da Guerra estão contabilizados em seis categorias. Os escravos da nação (287) pertenciam ao Estado brasileiro e trabalhavam em instituições públicas como a Fábrica de Pólvora, arsenais da marinha e a Fazenda Imperial de Santa Cruz. Os escravos da casa imperial (67) e dos conventos (93), eram doações da família do imperador e dos conventos subordinados ao Estado imperial. Os libertos pelo

189 SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 78.; SALLES, Ricardo. Negros guerreiros. *Revista Nossa História*, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 29.

190 SALLES, Ricardo. Negros guerreiros. *Revista Nossa História*, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 32.

191 Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. “Mappa da força com que cada uma das Provincias do Imperio concorreu para a guerra do Paraguay, segundo os mappas remetidos a esta Secretaria de Estado.”

192 SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 66.

193 SALLES, Ricardo, Op. Cit. p. 74-77.

governo (1807), o número mais expressivo, eram os escravos de proprietários privados que exigiram indenização. Os libertos de particulares (799) eram aqueles que foram doados gratuitamente por seu senhores. Por fim, os libertos substitutos (948) eram aqueles enviados para lutar no lugar de alguém designado para o serviço militar.¹⁹⁴

A participação dos escravos na totalidade das forças mobilizadas variou muito de uma província para outra. Há uma grande diferença entre os números da Corte, em que 2.482 dos 11.461 soldados eram libertos (22% do total), para os da Bahia, onde dos 15 mil soldados enviados, aproximadamente 10% eram libertos.¹⁹⁵

No tocante à participação de escravos em Santa Catarina no exército¹⁹⁶, os dados oferecidos pelo Ministério da Guerra de 1872 asseguram uma participação numericamente inexpressiva. Em contraposição ao índice de 22% de escravos entre as tropas da Corte e os 10% da Bahia, Santa Catarina teria oferecido apenas 25 soldados oriundos da escravidão: 24 enviados como substitutos no lugar de alguém que foi convocado, 1 escravo doado por seu senhor para o esforço de guerra e nenhum teria sido alforriado pelo governo mediante indenização a seu proprietário. Isso constitui menos de 2% do efetivo catarinense, tanto considerando apenas os números do Ministério da Guerra, como considerando as tropas que saíram já por ocasião da intervenção no Uruguai, alguns meses antes do conflito com o Paraguai. Devemos considerar que existiam na província, segundo o censo de 1866¹⁹⁷, 14.722 escravos num universo de 119.181 indivíduos que viviam na província, o que equivale a 12,4% da população.

Entretanto, como já discutimos os dados são falhos e assim são considerados pelo próprio Ministério da Guerra. Nesse momento é necessário fazer eco à observação de Vitor Izeckson¹⁹⁸ sobre a necessidade de analisar a documentação provincial em busca da confirmação ou refutação dos dados. Infelizmente, a documentação provincial disponível

194 Relatório do Ministério da Guerra, 14 de maio de 1872. “Mappa da força com que cada uma das Províncias do Imperio concorreu para a guerra do Paraguay, segundo os mappas remetidos a esta Secretaria de Estado.”

195 Números apresentados por Ricardo Salles em: SALLES, Ricardo. Negros guerreiros. *Revista Nossa História*, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 32.

196 A participação de escravos nos números de praças fornecidos pela província de Santa Catarina à armada foi relevante, mas como já dito antes, não será abordada a participação catarinense na mesma. Em relatório do presidente de província de maio 1868 é mencionado que até aquele momento a província tinha contribuído com 274 praças para a armada, sendo que destes 69 eram escravos libertos pelo Estado mediante verba fornecida pelo Ministério da Marinha para esse fim. No total, foram despendidos 79:230\$000 réis para alforriar os 69 escravos mencionados. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 23 de maio de 1868. p. 3.

197 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. “Mappa da população da provincia de Santa Catharina no anno de 1866.”

O censo realizado é mais confiável que as estimativas até então disponíveis sobre a população da província.

Entretanto, como é reconhecido pelo presidente da província, “não seria prudente attribuir inteira exactidão”.

Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. p. 6.

198 IZECKSOHN, Vitor, Op. Cit. p. 184.

possui muitas lacunas. Nenhuma das respostas da presidência de Santa Catarina aos pedidos do Ministério da Guerra sobre os dados (números, mapas, listas e relações) do engajamento de escravos na província ainda possuía em anexo os referidos dados na documentação disponível no Arquivo do Estado de Santa Catarina.

Com relação aos escravos substitutos, a categoria mais expressiva no engajamento de libertos em Santa Catarina, por exemplo, somente pudemos identificar as pessoas envolvidas em um caso. E isso graças ao projeto de digitalização dos documentos existentes nos cartórios de Florianópolis relativos aos escravos alforriados na ilha de Desterro, realizado pelo Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina. O acervo digitalizado possui lacunas (inclusive os documentos de alguns cartórios estão completamente perdidos) e por isso há somente o registro de um caso explícito de escravo substituto. É o caso do escravo pardo Guilherme, de vinte e dois anos de idade, que foi libertado no final de 1866 pelo seu dono, Jose Joaquim Lopes, para substituir o guarda nacional designado Manoel Antonio Pereira no esforço de guerra.¹⁹⁹

Apesar da precariedade dos documentos provinciais, ainda assim temos dados que permitem refutar os números apresentados pelo Ministério da Guerra e especular que a participação de escravos em Santa Catarina foi maior que a indicada.

A inexistência de escravos alforriados pelo governo para lutar é desmentida pelo caso do escravo Amancio, oferecido mediante indenização pelo doutor Carlos de Cerqueira Pinto, chefe de polícia da província. O caso nos chama a atenção para o quão falho podem ser os dados do Ministério da Guerra, visto que o indivíduo que doou o escravo era uma pessoa pública e o caso obteve certa atenção do governo imperial e provincial por conta de algumas irregularidades, como veremos a seguir.

Em ofício de 16 de agosto de 1868, o presidente da província comunicou que aceitou a oferta de Carlos de Cerqueira Pinto, chefe de polícia, e engajou seu escravo Amancio no exército mediante uma indenização de dois contos de réis. O próprio presidente, entretanto, afirmou em seu ofício que não possuía autorização para engajar homens por esse meio, pedindo a aprovação do Ministério da Guerra a um ato consumado, além de solicitar a expedição de ordens para que a tesouraria da província pagasse a indenização.²⁰⁰

A atitude do presidente da província despertou desconfianças no Ministério da Guerra. O presidente enviara sem prévia autorização do ministério um escravo para a guerra mediante indenização, e não enviou a inspeção de saúde atestando que o mesmo estava apto para servir,

199 2º Ofício de Notas do Desterro. Florianópolis. Livro nº 30, 5 de dezembro de 1866, p. 47.

200 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 16 de junho de 1868, nº 115.

o que era um procedimento padrão. Por esse motivo, o ministério, antes de autorizar o pagamento, questionou se o escravo havia passado pela referida inspeção, solicitando o envio da mesma.²⁰¹

O presidente da província, compreendendo que o Ministério da Guerra desconfiava que os cofres públicos pudessem estar sendo prejudicados ao pagar um valor expressivo por um escravo inválido, resolveu esclarecer a situação. Segundo o presidente,

o escravo do Doutor Carlos de Cerqueira Pinto, de nome Amancio libertado para o serviço do Exército, foi inspeccionado antes de verificar-se-lhe praça e julgado apto como V. Ex. se dignara ver da inclusa acta; devendo declarar á V. Ex. que o referido escravo aliás robusto, foi offerecido por seu senhor por causa de seu máu comportamento.²⁰²

Após o esclarecimento, o Ministério da Guerra autorizou o pagamento dos dois contos de réis em apólices da dívida pública como indenização ao chefe de polícia por ter libertado seu escravo, Amancio, para seguir para o conflito.²⁰³

A história de Amancio não é um caso atípico durante a guerra. Outros elementos afora o patriotismo animavam os senhores a engajar seus escravos. A demanda por escravos ocasionada pela guerra acentuou a crise de abastecimento da mão de obra causada pelo fim do tráfico internacional de escravos, o que acabou por aumentar o valor de um escravo. Segundo Francisco Doratioto, no início de 1868, um momento difícil da guerra, um escravo era vendido a dois contos de réis, quando poucos meses antes seu valor era de 900 mil réis.²⁰⁴

As generosas indenizações pagas pelo governo não deixavam de causar inconvenientes aos senhores de escravos, pois a substituição da mão de obra era difícil. Assim, muitos senhores, agindo como Carlos Cerqueira Pinto, buscavam vender escravos que não tivessem boa produtividade ou mesmo que fossem um estorvo, como escravos doentes ou incorrigíveis. Por meio dessa venda, conseguiam recuperar o investimento realizado em um escravo que já não atendia as suas necessidades e ainda podiam proclamar seu patriotismo ao colaborar com o esforço de guerra. Provavelmente, o fato de Carlos Cerqueira Pinto usufruir de uma posição

201 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 18 de agosto de 1868.

202 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 25 de agosto de 1868, nº 155.

203 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 21 de setembro de 1868.

204 Francisco Doratioto, entretanto, não especifica a que local do Império se referem esses preços. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Op. Cit. p. 272.

importante no governo local, possibilitou que vendesse seu escravo encenqueiro rapidamente ao Império, ainda que isso levasse o processo a ter irregularidades.

O envio de escravos para a guerra não era visto como algo desonroso e nem sempre estava vinculado com a vontade de obter algum ganho material. Um exemplo é a subscrição pública organizada pelo juiz de direito da comarca de Lages, doutor Francilísio Adolpho Pereira Guimarães, visando arrecadar dinheiro com o fim exclusivo de ser empregado pelo governo na manumissão de escravos para irem a Guerra do Paraguai. A subscrição foi realizada por pelo menos 8 meses, dado que entre os meses de agosto de 1867 a março de 1868 encontramos menções a entregas de valores ao governo para esse fim que totalizam três contos e duzentos mil réis.²⁰⁵ A realização da referida subscrição num momento em que muitos fugiam do engajamento demonstra como autoridades locais podiam usar de sua posição social para mobilizar e centralizar esforços da comunidade para o esforço de guerra por outros meios que a coerção, além de possivelmente utilizar a mesma para aumentar seu prestígio.

A realização da subscrição indica que, além do caso de Amancio, possivelmente houve um número maior de escravos de particulares que marcharam para a guerra mediante indenização do Estado na província. Isso no caso de o dinheiro ter sido realmente empregado pelo governo para esse uso e dos escravos atingidos por essa medida serem da província. Em todo caso, é um exemplo da mobilização na província visando enviar escravos para a guerra.

Esse caso não é o único que envolve o envio de escravos para a guerra desvinculado de interesses materiais. Encontramos ainda, na documentação consultada, uma doação de escravo para a guerra por particular (e que poderia ser referente à única menção a doação de escravos na província constante nos dados do Ministério da Guerra). A doação do escravo José foi realizada em meados de 1868 por Damaso Antunes de Lima, da cidade de Lages.²⁰⁶

²⁰⁵ O caso está relatado ao longo dos seguintes documentos:

NUNES, Neusa Rosane Damiani. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Fonte: Registro das correspondências do presidente da província para os juizes (1835/1876), v.1. Florianópolis: APESC, 1993. Correspondência do presidente da província para o juiz de direito de Lages, 8 de agosto de 1867. p. 120-121.; NUNES, Neusa Rosane Damiani, Op. Cit. Correspondência do presidente da província para o juiz de direito de Lages, 14 de dezembro de 1867. p. 123.; NUNES, Neusa Rosane Damiani, Op. Cit. Correspondência do presidente da província para o juiz de direito de Lages, 23 de março de 1868. p. 125.; APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 21 de agosto de 1867.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 12 de agosto de 1867, nº 251.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 14 de dezembro de 1867, nº 343.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 3 de julho de 1868, nº 117.

²⁰⁶ APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 28 de julho de 1868, nº 135.; APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 18 de agosto de 1868.

Independente dela ter sido realizada por prestígio ou patriotismo, ou o que é mais provável, um pouco de cada, demonstra que nem sempre interesses materiais pautavam a entrega de escravos para a guerra.

Como pode ser demonstrado pelos casos acima, normalmente, a vontade senhorial tinha grande peso no envio de escravos para a guerra. O governo preocupava-se em respeitar o direito à propriedade e a vontade dos proprietários de escravos. Outro caso que demonstra a preocupação do governo em não contrariar o interesse dos proprietários de escravos é o do liberto Luciano da Costa. Em finais de 1867, Jacintho Ignacio Martins solicitou ao governo indenização de 350 mil réis, “da qual considera ser seu devedor o liberto Luciano da Costa, que foi recrutado e remetido para o Exercito, e que ao pagamento d'essa divida, contrahida para obter a sua alforria obrigara ao mesmo Martins os seuz serviços durante um certo numero de annos”.²⁰⁷ O Ministério da Guerra ordenou que se atendesse a solicitação de Jacintho Ignacio Martins, acrescentando, entretanto, que deveria “deduzir-se a (quantia a) que proporcionalmente corresponde a um anno de serviço que ao reclamante já prestou aquelle liberto”.²⁰⁸

Mas a guerra também podia significar uma estratégia para alcançar a liberdade. É o caso do escravo Hermenegildo, que alistou-se na Corte sem a permissão de sua proprietária, Anna Dorothea de Brito Menezes. Em ofício de 19 de agosto de 1865, o Ministério da Guerra enviou ao presidente da província de Santa Catarina

o requerimento incluso, de D. Anna Dorothea de Brito Menezes, solicitando a entrega de um seu escravo de nome Hermenegildo, que lhe consta ter assentado praça nessa Côrte dónde partio em o 1º do corrente mez para essa Provincia, e que o commandante do corpo de Artificez, em sua informação annexa ao dito requerimento, declara que talvez seja o individuo que, com o nome de Hermenegildo Antonio de Moraes, assentou praça naquelle corpo em 29 do mes proximo passado afim de que V. Ex. o faça regressar com segurança para esta Côrte, no caso de haver indicios de ser elle o escravo da supplicante (...).²⁰⁹

Hermenegildo ao se alistar ofereceu o seu primeiro nome verdadeiro, o que pelo visto

207 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 11 de dezembro de 1867.

208 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1867. Correspondência de 11 de dezembro de 1867.

209 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 19 de agosto de 1865.

facilitou a identificação. Ainda que o escravo quase tenha obtido sucesso em engajar-se na guerra, após ser descoberto em Desterro, o Ministério da Guerra mandou “anular a praça do individuo de nome Hermenegildo Antonio de Moraes, (...) visto ter-se verificado ser escravo de D. Anna Dorothea Gonçalves de Brito Menezes, aquem se mandou entregar”.²¹⁰

Hermenegildo pode ter contado com a aquiescência das autoridades locais responsáveis pelo recrutamento. Essas estavam sob constante pressão para conseguir o número de recrutas solicitado e presumir a liberdade de indivíduos suspeitos de serem escravos facilitava alcançar essas metas. Um caso ocorrido em dezembro de 1866 na província de São Paulo dá suporte a essa hipótese. O delegado de Bananal numa carta ao chefe de polícia da província de São Paulo afirma que “dois pretos (...) recolhidos à Cadeia por suspeitos de escravos fugidos” haviam sido engajados, conforme ordem do chefe de polícia.²¹¹ Entretanto, a atitude do Ministério da Guerra leva a crer que se a pressão a que estavam submetidas as autoridades locais responsáveis pelo recrutamento poderia favorecer o engajamento de escravos fugidos, o governo imperial buscava respeitar os direitos dos proprietários de escravos, e uma vez comprovado que um escravo foi indevidamente recrutado, não tardavam as ordens para que fosse devolvido.

O caso do crioulo Domiciano, de Desterro, pode ter sido semelhante ao de Hermenegildo. Em comunicação de 3 de dezembro de 1867, o presidente de província pede ao juiz de paz do Rio Vermelho que “determine ao Escrivão desse juízo que certifique se existe ou não em seo Cartorio, registro da Carta de alforria do Criolo Domiciano que tendo sid(o) recrutado, é hoje reclamado por D. Joaquina Rosa, allegando ser seo escravo, devendo Vmce remetterme certidão, quer n'esse, quer n'outro caso.”²¹² Entretanto, dado que não encontramos outros documentos referente ao caso, permanece a dúvida sobre a condição de escravo de Domiciano e se o mesmo apresentou-se voluntariamente ou foi engajado à força.

Infelizmente, os casos em que escravos conseguiram a liberdade alistando-se sem a permissão de seus donos são difíceis de serem descobertos. Esses obviamente não estão computados na estatística oficial como escravos, devendo estar predominantemente nos números dos voluntários da pátria. Ainda assim, a preocupação do governo imperial em não afrontar o direito à propriedade dos senhores de escravos e o próprio cerceamento à liberdade

210 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 22 de setembro de 1865.

211 Carta do delegado de Bananal ao Chefe de Polícia da Província. São Paulo, 25 dez, 1866. AESP, “Polícia” Co 2512, Apud BALABAN, Marcelo, Op. Cit. p. 252.

212 NUNES, Neusa Rosane Damiani. *Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876)*. Fonte: Registro das correspondências do presidente da província para os juizes (1835/1876), v.1. Florianópolis: APESC, 1993. Correspondência do presidente da província para o juiz de paz do Rio Vermelho, 3 de dezembro de 1867. p. 122.

de movimentação dos escravos devem ter contribuído para que esses casos não fossem generalizados.²¹³

Por fim, a precariedade da documentação provincial disponível dificultou que mesmo os casos em que os escravos foram mobilizados de forma oficial, salvo algumas exceções, fossem conhecidos. Ainda assim, pôde-se demonstrar que os números apresentados pelo Ministério da Guerra não estão corretos. A participação de escravos no exército oriundos do esforço de guerra realizado na província foi algo maior que os números oficiais, entretanto, a análise da documentação não indica que esse número tenha sido maior a ponto de mudar a relevância numérica da participação desses em relação às outras modalidades de engajamento. A contribuição mais significativa que o estudo dessa documentação pôde aportar é demonstrar alguns dos interesses que atuaram no engajamento de escravos em Santa Catarina.

213 Opinião compartilhada por Ricardo Salles. SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 73.

4. Estrangeiros em pé de guerra (contra a mobilização)

A existência de colônias de imigrantes europeus em Santa Catarina oferece peculiaridades com relação a outras províncias no estudo da mobilização para a Guerra do Paraguai praticamente inexploradas.

À parte as duas companhias de alemães mobilizadas para o conflito, houve a tentativa de engajamento forçado de estrangeiros, e essas situações nos proporcionam possibilidades únicas para ver o que normalmente é invisível. Os casos aqui relatados foram em sua maioria conhecidos e analisados mediante a correspondência trocada entre o presidente da província e agentes consulares situados em Santa Catarina. O bom estado dessas fontes e suas especificidades trouxeram importantes contribuições. A proximidade entre as autoridades que se comunicam através dessas correspondências possibilitam que as mesmas tenham um fluxo de informações melhor que as correspondências entre presidente de província e Ministério da Guerra. Muitas vezes uma carta foi respondida no mesmo dia em que foi escrita. Ao contrário das comunicações do presidente da província com autoridades imperiais, o tema da guerra e os esforços de mobilização não são algo rotineiro na comunicação entre esses personagens e por isso mesmo não estão incrustadas numa linguagem administrativa rotineira. Uma diferença essencial das comunicações trocadas com os agentes consulares em relação àquelas em que o presidente de província se comunicava com autoridades imperiais é que geralmente os interesses são conflitivos quando abordam o tema da mobilização para a guerra. E são nesses conflitos, aliado à riqueza de informações dessas fontes, que podemos enxergar aquilo que geralmente nos é vedado nas documentações oficiais entre autoridades governamentais.

Nos conflitos entre as autoridades recrutadoras e os possíveis alvos brasileiros, esses últimos quando tinham a quem recorrer, buscavam a proteção de chefias e autoridades locais, frequentemente através de relações clientelistas que não tiveram lugar em documentos oficiais.

Com os estrangeiros em Santa Catarina podia ser diferente, sua condição de súdito de outra nação lhes permitia recorrer aos agentes consulares em busca de proteção contra os desmandos do recrutamento. Dessa forma, ao contrário das muitas arbitrariedades no recrutamento de brasileiros que quando evitadas graças à proteção de indivíduos influentes ainda assim ficavam no silêncio, as arbitrariedades cometidas com estrangeiros que foram amparados por agentes consulares puderam chegar com detalhes aos dias atuais.

Esses casos não devem ser encarados apenas como curiosidades por se referirem a um grupo específico e minoritário, mas como uma fresta por onde podemos enxergar como

sofreram a realidade do recrutamento muitos daqueles que não conseguiram se abrigar nas redes de proteção do mandonismo local.

Considerado isso, não é de se estranhar que os casos mais bem documentados das violências e exageros do recrutamento a que obtive acesso envolveram estrangeiros. Eles oferecem luz tanto a uma situação específica dos estrangeiros como a violência que era em regra praticada contra aqueles mais vulneráveis, não encaixados em nenhuma rede de proteção.

O caso do português Manoel Antonio Soares é ilustrativo. Em comunicação de 8 de maio de 1868 o Vice-Consulado português protestou à presidência da província contra o “acto violento e sob modo injurioso de que foi victima (Antonio Soares), praticado por hum commandante do Corpo de Guardas Nacionaes”. A violência havia sido perpetrada afim de recrutar ilegalmente o súdito português como guarda nacional designado. O que “parece mais aggravante por modo tão insolito” ao agente consular português foi a recusa em dispensar Manoel Antonio mesmo com esse possuindo na mão o documento que lhe garantia a isenção, por ser estrangeiro, “disendo se lhe um papel nada valler”.²¹⁴ Pedia-se às autoridades provinciais que colocassem o português em liberdade, o eliminassem do serviço da guarda e punissem o responsável pelo procedimento arbitrário e violento.

O presidente de Santa Catarina respondeu ao Vice-Consulado no mesmo dia. Comunica que ordenou a libertação e o desengajamento de Manoel Antonio, indevida pelo fato de ser português. Mas alega que “só agora” Manoel declarou ser português. Esse “declarára ás autoridades policiaes, quando aqui se apresentou, ser cidadão brasileiro, e natural de Taubaté, na provincia de S. Paulo”. Desse modo, o presidente apela ao agente consular que reconhecesse “que nenhuma violencia praticaram os sobreditos chefes, pela qual mereçam ser responsabilizados”.²¹⁵

Manoel Antonio Soares talvez se apresentasse como brasileiro às autoridades buscando tirar proveito que essa condição lhe pudesse aferir, o que por ocasião do recrutamento lhe passou a ser desvantajoso. Mas também podemos levantar a hipótese de que alegar o desconhecimento da condição de estrangeiro tenha sido uma estratégia das autoridades recrutadoras para evitar serem responsabilizadas. De qualquer maneira, a alegação do presidente da província de que os responsáveis pela engajamento violento do português não podem ser penalizados, pois pensavam que esse era brasileiro, demonstra que a

214 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular de Portugal para o presidente, 8 de maio de 1868.

215 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular de Portugal, 8 de maio de 1868.

violência no processo é algo considerado normal e legítimo quando se trata de nacionais.

A hipótese de que as autoridades recrutadoras realmente desconheciam a condição de estrangeiro do português tem em contra o fato do presidente, em sua resposta, afirmar essa situação mas não responder como isso foi possível dado que Manoel alega ter apresentado, no momento do engajamento, documento que comprovava sua isenção e que foi ignorado pelos recrutadores.

Mas se a desculpa para as autoridades recrutadoras terem engajado a força Manoel Antonio Soares foi o fato de não saberem de sua condição de estrangeiro, não poderiam alegar o mesmo com o alemão Gustave Tenner. Em comunicação à presidência da província, do dia 9 de agosto de 1869, o agente consular da Alemanha do Norte reclama que Gustave Tenner, 23 anos, oriundo do Reino da Prússia e colono estabelecido na colônia Dona Francisca, “foi prezo em 7 (de agosto) pela Policia de S. Jozé como recruta do exercito, achando-se actualmente no xadrez da Policia d'esta cidade”.²¹⁶

O presidente da província respondeu ao agente consular no mesmo dia, não negava o ocorrido mas buscou minorar as arbitrariedades sofridas por Gustave Tenner mencionando que o mesmo havia sido posto em liberdade antes que o chefe de polícia da província soubesse de sua reclamação.²¹⁷

Igualmente não se pôde alegar o desconhecimento da condição de estrangeiro para isentar de culpa as autoridades responsáveis pelo recrutamento dos italianos João Caviglia e José Pera, que aliás foi recrutado de posse de documento que atestava isenção, situação que lembra a do português Manoel Antonio Soares.

O agente consular italiano reclamou em 21 de março de 1868 a soltura do italiano José Pera que foi recrutado arbitrariamente no dia 19 de março “achando-se de posse do Titulo respectivo de Subditanza Italiana, passado nesta Regia Agencia Consular, em 27 de Novembro de 1866, como isento do referido omnuz pessoal”.²¹⁸ As características de José Pera o tornavam uma boa vítima do engajamento forçado, visto que era um jovem solteiro de 23 anos, lavrador da colônia italiana do Alto Tijucas.

Dois dias depois, em 23 de março, o agente consular italiano reforçava o pedido para soltar José Pera e acrescentava “que fora igualmente preso como recruta João Caviglia,

216 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular da Alemanha do Norte para o presidente, 9 de agosto de 1869.

217 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875.

Correspondência do presidente para agente consular da Alemanha do Norte, 9 de agosto de 1869.

218 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular da Itália para o presidente, 21 de março de 1868.

tambem Subdito Italiano. ”²¹⁹ O pedido para soltar os dois italianos recrutados ilegalmente foi respondido nesse mesmo dia pelo presidente da província, em ofício onde informava que os dois haviam sido engajados “como guardas designados do 4º batalhão de infantaria da guarda nacional do municipio de Tijucas pelo respectivo commandante” e que havia emitido ordens para que fossem libertados.²²⁰

O pedido do agente consular, ainda na comunicação de 21 de março, “para que se não continue a perseguição, que me consta estar se fazendo aos Subditos Italianos no Alto Tijucas”²²¹, indica que os casos dos italianos João Caviglia e José Pera não foram curiosa exceção.

O caso do português Theotonio Gonçalves é um dos mais interessantes pois deixa claro a dubiedade envolta na designação de voluntário. Seu engajamento motivou a troca de longas correspondências entre o presidente da província e o agente consular português acerca do caráter voluntário de seu engajamento, defendido pelo primeiro e negado tanto pelo agente consular como por Theotonio.

Theotonio Gonçalves tendo servido pelo espaço de 16 meses na marinha imperial²²², obteve dispensa por ter cumprido o tempo de serviço, desembarcando em porto catarinense.²²³ Pouco tempo depois foi engajado como voluntário na marinha imperial para o serviço de guerra, sendo remetido ao quartel do Campo do Manejo em Desterro, onde chegou em 20 de dezembro de 1866²²⁴, e embarcou num transporte em direção ao Rio da Prata, mas foi desembarcado graças a intervenção do agente consular português.²²⁵

A intervenção do agente consular português foi possível graças ao fato de Theotonio Gonçalves ter obtido êxito em contactá-lo durante os poucos dias em que permaneceu em Desterro. Assim, em 24 de dezembro o agente consular português comunicou ao presidente da província que “neste momento soube que foi conduzido para bordo do Vapor Pedro 2º (...)

219 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular da Itália para o presidente, 23 de março de 1868.

220 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular da Itália, 23 de março de 1868.

221 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular da Itália para o presidente, 21 de março de 1868.

222 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular de Portugal para o presidente, 28 de dezembro de 1866.

223 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular de Portugal, 29 de dezembro de 1866. Observação: existem dois documentos enviados para o agente consular português com essa data, esse é o primeiro.

224 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular de Portugal, 29 de dezembro de 1866. Observação: existem dois documentos enviados para o agente consular português com essa data, esse é o segundo.

225 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular de Portugal, 29 de dezembro de 1866. Observação: existem dois documentos enviados para o agente consular português com essa data, esse é o primeiro.

Theotonio Gonçalves, com a tropello de todas as formalidades garantidas pela Legislação do Imperio, a respeito de Cidadãos Portuguezes”.²²⁶ O pedido do agente consular para que Theotonio fosse posto em liberdade e liberado do serviço das armas não foi atendido dado que o presidente da província alegou que o mesmo apresentou-se voluntariamente, não havendo irregularidades no processo, e que a decisão cabia ao governo imperial e não ao presidente de província.²²⁷

A resposta indignada do agente consular detalhou o que provavelmente se constitui num caso de voluntário involuntário, ainda mais quando consideramos as práticas arbitrárias que envolveram os outros casos mencionados com estrangeiros.

O agente consular declarou que Theotonio Gonçalves, após desembarcar em terras catarinenses, seguiu para São Francisco,

onde foi recrutado e tendo apresentado ao Capataz d'aquella Cidade a sua guia, onde mostrava estar desembaraçado e ser Subdito de S. M. Fidelissima esse empregado não só lhe cassou a guia, dizendo nada valler, como também arbitrariamente lhe disse que estava recrutado para a Armada Imperial, no Caso de não querer apresentar se como Voluntario, ao que o individuo em questão, na Collisão em que se achava sem Autoridade de Sua Nação no lugar, para reclamar da injustiça que se lhe fazia, Constrangido acceitar a ultima Condição, tendo sempre em vista fazer valler seus direitos, por intermedio deste Vice Consulado logo que chegasse á Capital. Ora se Theotonio Gonçalves se apresentou expontaneamente para o serviço da Armada Imperial, (...) a que vem o facto de sua prisão e Detenção no quartel, como V. Ex. dis em seu Citado Officio a que respondo, e Conduzido mais tarde escoltado para bordo do Transporte "Pedro 2"?

He claro e evidente que não houve no acto de alistamento ou assentamento de praça de Theotonio Gonçalves, expontaneidade de sua parte; nem acção

226 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular de Portugal para o presidente, 24 de dezembro de 1866.

227 A resposta do presidente da província ao agente consular é datada do dia 27 de dezembro mas não foi encontrada na documentação existente no Arquivo do Estado de Santa Catarina. Contudo, podemos inferir as linhas gerais de seu conteúdo pela longa resposta do agente consular português e das duas comunicações enviadas no dia 29 de dezembro pelo presidente a esse mesmo agente. A documentação referente ao caso é a seguinte: APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular de Portugal para o presidente, 24 de dezembro de 1866.; APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular de Portugal para o presidente, 28 de dezembro de 1866.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular de Portugal, 29 de dezembro de 1866. Observação: existem dois documentos enviados para o agente consular português com a data de 29 de dezembro de 1866.

de liberdade (...) ²²⁸

A atitude do capataz de São Francisco de ignorar documento comprovando isenção não se constitui em novidade, o mesmo alegaram o italiano José Pera e o português Manoel Antonio Soares. O diferencial está em facultar ao recrutado a possibilidade de ir como “voluntário”. A opção por ir como “voluntário” poderia parecer lógica para Theotonio Gonçalves, que diante da inevitabilidade do recrutamento ao menos garantia a obtenção dos benefícios prometidos aos voluntários pelo governo. Mas também convinha ao recrutador, pois dessa forma poderia recrutar alguém que normalmente estaria isento ao disfarçar sua condição de recruta. Assim, caso os responsáveis pelo recrutamento fossem acusados de terem recrutado indivíduos ao arrepio da lei, desconsiderando eventuais isenções, poderiam argumentar que esses eram voluntários.

Esse parece ter sido o caso de Theotonio Gonçalves, dado que a denúncia que veiculou por meio do agente consular encontrou como resposta do presidente da província a afirmação que esse fora engajado de forma voluntária e legal, se agora estava protestando deve-se ao fato de ter mudado de opinião após o engajamento. O presidente da província apontou como prova irrefutável de seu engajamento voluntário o fato de haver presenciado a inspeção desse no Campo do Manejo no dia 21 de dezembro, momento no qual não tinha apresentado reclamações referente a abusos e teria afirmado que sua motivação eram as vantagens oferecidas pelo governo aos voluntários.²²⁹ A afirmação abre margem para que realmente Theotonio tivesse se arrependido do engajamento no prazo de dois ou três dias entre essa inspeção e a denúncia que levou ao agente consular. Mas longe de afigurar prova definitiva, pode indicar que, no caso de ser verdadeiro a afirmação do presidente, Theotonio não confiava nas autoridades governamentais (cujo representantes realizavam todo tipo de arbitrariedade no recrutamento) e sentindo-se coagido, preferiu não realizar um apelo que provavelmente ganharia ouvidos surdos e buscar diretamente alguém interessado em protegê-lo: o agente consular português.

A irritação do agente consular em suas respostas é visível, e diante da dificuldade em resolver o impasse, anunciou que visto sua

reclamação em favor de Theotonio Gonçalves (...) depender ainda da

²²⁸ APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular de Portugal para o presidente, 28 de dezembro de 1866.

²²⁹ APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875.

Correspondência do presidente para agente consular de Portugal, 29 de dezembro de 1866. Observação: existem dois documentos enviados para o agente consular português com essa data, esse é o segundo.

decisão do Gover- Governo Imperial Como V. Ex. me Certificou em Seu Officio, Cabeme a honra de tambem Communicar a V. Ex. que ao meu Governo vou Scientificar o facto ocorrido, a fim de que providencias se tomem por parte do Governo do Brazil, para que não continuem a apparecer factos como, o que presentemente esta occupando à attenção a V. Ex.²³⁰

De qualquer modo, o presidente da província acabou por ordenar que Theotonio Gonçalves permanecesse em Desterro, enquanto o governo imperial não deliberasse sobre o caso. O fato de não encontrarmos correspondências sobre o caso que apontem seu desfecho indica que a questão realmente foi resolvida pelo governo imperial e não pelas autoridades provinciais.

O fato de Theotonio Gonçalves ter conseguido a intervenção do agente consular apenas quando já se encontrava a bordo do barco que o conduziria para o Rio da Prata e o pedido do agente consular italiano para que cessassem as perseguições aos imigrantes dessa nacionalidade na região do Alto Tijucas nos coloca diante de uma questão que aparentemente ficará sem resposta, a dos estrangeiros que engajados como Theotonio, João Pera e Gustave Tenner, foram para a guerra pois falharam em solicitar a intervenção de agentes consulares.

As correspondências diplomáticas ainda possibilitaram travar conhecimento de outros elementos do esforço de guerra além do recrutamento compulsório de estrangeiros. O caso do uruguaio João Rodrigues demonstra a mobilidade territorial que um desertor poderia conseguir. João Rodrigues foi um desertor do exército do general uruguaio Venâncio Flores, aliado do governo imperial na guerra contra o Paraguai, preso em Campos Novos no início de 1867.²³¹ Sua prisão desperta a atenção do agente consular uruguaio, que ao saber de sua condição de desertor, dá anuência para que o mesmo seja enviado em navio brasileiro às autoridades uruguaias.²³²

Mas João Rodrigues não foi o único caso encontrado de desertor estrangeiro capturado em terras catarinenses. As frequentes deserções eram uma característica dos exércitos da época e não só do Império brasileiro. Em abril de 1866 quarenta marinheiros norte-americanos desertaram de seus navios.²³³ O agente consular norte-americano pediu a

230 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular de Portugal para o presidente, 28 de dezembro de 1866.

231 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875.

Correspondência do presidente para agente consular da República Oriental do Uruguai, 18 de março de 1867.

232 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular da República Oriental do Uruguai para o presidente, 19 de março de 1867.; APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular da República Oriental do Uruguai para o presidente, 25 de março de 1867.

233 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular dos

colaboração das autoridades da província na captura dos desertores e alertou o fato de três desses marinheiros terem sido vistos como soldados do exército imperial por seus capitães, “os quais sem duvida não podem prestar os serviços a que forão contractados”²³⁴, pedindo que fossem igualmente entregues.

O presidente de província aclarou que se esses ingressaram no exército imperial não teria sido na condição de recrutas mas de voluntários ou substitutos, movidos pelas recompensas materiais.²³⁵ Chama atenção as dificuldades da época para empreender a identificação dos indivíduos. Dos três que supostamente ingressaram no exército imperial conseguiu-se identificar apenas o desertor Charles Smith, que se alistara como substituto, por ter dado o nome verdadeiro. O presidente afirmou que era muito possível que os outros dois pudessem ter dado nomes falsos e pôs como única solução ao problema que os respectivos capitães fossem ao quartel do Campo do Manejo e identificassem pessoalmente os desertores.²³⁶ Entretanto, o mesmo não pode ser feito pois os barcos norte-americanos não puderam esperar e partiram.²³⁷

Se provavelmente não houve coerção no engajamento de Charles Smith, ainda assim é provável que tenha havido conivência por parte das autoridades militares ao facilitar que o norte-americano se alistasse justamente quando se empreendiam buscas para capturar marinheiros desertores dessa nacionalidade.

As situações analisadas acima só puderem ser conhecidas graças à intervenção dos agentes consulares. A análise desse tipo de documentação pode parecer num primeiro momento algo marginal mas possibilitou conhecer importantes aspectos da mobilização militar realizada na província, de outro modo ocultos.

Em especial, os casos de engajamento forçado demonstram as arbitrariedades de que eram vítimas não apenas estrangeiros, mas aqueles que não possuíssem meios de recorrer a chefias locais para intervir em sua ajuda. Também ilustram as grandes dificuldades enfrentadas para a mobilização pois se referem ao período de finais de 1866 em diante, o período duro da guerra, onde houve grande descenso do voluntariamento.

Estados Unidos da América para o presidente, 19 de abril de 1866.

234 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular dos Estados Unidos da América para o presidente, 19 de abril de 1866.

235 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875.

Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 24 de abril de 1866.

236 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875.

Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 24 de abril de 1866.

237 APESC. Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870. Ofício do agente consular dos Estados Unidos da América para o presidente, 24 de abril de 1866. Observação: existem dois documentos enviados pelo agente consular estadunidense com essa data, esse é o segundo.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875. Correspondência do presidente para agente consular dos Estados Unidos da América, 27 de abril de 1866.

5. Doações: Além do tributo de sangue

A mobilização da sociedade imperial em torno do esforço de guerra no conflito com o Paraguai pode ser melhor apreendida quando conjuntamente com o tributo de sangue consideramos as doações materiais. Essas podem ajudar a compreender algo do grau de envolvimento e identificação dos diversos setores da sociedade para com o esforço de guerra.

Nesse sentido, a análise da correspondência entre a presidência da província e o Ministério da Guerra pode oferecer alguma luz sobre as demonstrações de apoio externadas por meio das doações em Santa Catarina. É interessante observar a preocupação da presidência em mencionar doações de pequeno vulto.

A doação de doze libras de fios de Gertrudes Magna de Faria Quintanilha, professora de primeiras letras de Desterro, destinada ao exército em operações para a confecção de curativos em outubro de 1866²³⁸, por exemplo, pode parecer algo banal mas permite conhecer aspectos da mobilização que não se tornam tão evidentes quando olhamos somente para o esforço de recrutar soldados na província.

Como Gertrudes Magna, também o fizeram Simplicia Maria Richsteiner e Joaquim Firmo de Oliveira. Dona Simplicia Richsteiner doou "uma caixinha com fios de linho (...) para os feridos de nosso Exercito"²³⁹ em janeiro de 1867, enquanto Joaquim de Oliveira ofereceu "um caixote contendo doze libras de fios de linho"²⁴⁰ em princípios de 1868. Essas doações, realizadas quando se avolumavam as críticas à duração e à violência do conflito, demonstram que paralelo ao desgaste da causa houve preocupação e empatia de populares com os soldados brasileiros enviados à guerra.

Lado a lado com essas doações encontramos a de homens mais abastados, que cediam o uso de um armazém, um terreno, ou algumas casas para o esforço de guerra, abrindo mão da renda do aluguel.

Foi o caso do major João de Souza Freitas que em 1865 ofereceu "gratuitamente, enquanto durarem as necessidades da guerra actual, um terreno de sua propriedade sito no local da Praia de Fóra (...) a fim de se estabelecer nelle o deposito de carvão de pedra para abastecimento".²⁴¹ O tenente coronel Amaro Jose Pereira cedeu, no mesmo ano, casas onde

238 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 8 de outubro de 1866, nº 142.

239 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 24 de janeiro de 1867, nº 32.

240 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 21 de janeiro de 1868.

241 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 28 de setembro de 1865.,

por cinco meses estiveram aquarteladas praças da guarda nacional de Desterro.²⁴² Por fim podemos citar a oferta do comendador José Maria do Valle, que cedeu um armazém no começo de 1870, nos momentos finais da guerra, para aquartelar um dos corpos de voluntários da pátria que retornavam do exército em operações.²⁴³

Também não poderia deixar de mencionar os vários casos de funcionários públicos que doavam parte de seus salários para contribuir no esforço de guerra. Foi o caso do juiz municipal e de órfãos do termo de Lages, Fernando Affonso de Mello, que ofereceu “cinco por cento de seu ordenado por espaço de um ano”²⁴⁴ em finais de 1865. A mesma oferta realizou o amanuense da secretaria da presidência Thomaz Cardozo da Costa Junior em finais de 1867.²⁴⁵ O capitão reformado José Leitão de Almeida foi mais “generoso”, doando dez por cento do soldo de sua reforma a partir de fevereiro de 1867 até que se finalizasse a guerra.²⁴⁶

Isso demonstra que o apoio e empatia com os soldados brasileiros no campo de batalha podem ser encontrados tanto nos extratos sociais mais elevados como nos setores populares. Claro que uma doação nem sempre significava uma ação estritamente altruísta, poderia ser uma forma de um magistrado obter prestígio, de um militar ou funcionário público ficar bem visto perante autoridades e seus pares ou mesmo estar ligada a sentimentos oriundos de laços familiares ou perda. Esse último foi o caso do bacharel Joaquim Augusto do Livramento, que ao saber da morte de seu filho, o alferes de comissão Rodolpho Cavalcante do Livramento, enquanto ainda se dirigia ao teatro de guerra, optou que fosse doado ao esforço de guerra o valor obtido com a venda do espólio do filho.²⁴⁷

Diferentemente do engajamento voluntário na guerra, com o recrudescimento do conflito não encontramos o quase desaparecimento das menções à doações. Apesar de não podermos nos fiar numa análise quantitativa estrita, deve ser dito que, pelo contrário, um bom número destas doações relatadas pela presidência de Santa Catarina se encontra nos anos de

242 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 28 de outubro de 1865.

243 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1870. Correspondência de 23 de fevereiro de 1870.

244 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1866. Correspondência de 3 de janeiro de 1866.

245 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 5 de novembro de 1867, nº 318.

246 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1865/1867. Correspondência de 9 de fevereiro de 1867, nº 57.

247 Referências sobre o caso podem ser encontradas na seguinte documentação: APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 9 de junho de 1868.; APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 12 de setembro de 1868.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 28 de maio de 1868, nº 105.; APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 19 de agosto de 1868, nº 150.

1867 e 1868; justamente o período em que o recrudescimento do conflito e as resistências opostas ao próprio recrutamento eram muito grandes.

Nesse sentido chama a atenção que as doações da professora de primeiras letras Gertrudes Magna e de outros cidadãos de recursos para a enfermaria foram realizadas nos momentos em que houve grandes perdas no conflito. A professora, no caso, realizou a doação poucas semanas após a sangrenta batalha de Curupaiti.

Mesmo na guarda nacional, conhecida pela enorme resistência ao engajamento no conflito, encontramos o caso do 2º tenente do 1º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional de Desterro, José Maria da Costa. José Maria abriu mão “de seus vencimentos (...) á que tinha direito pelo serviço de destacamento, em que esteve durante o mez de Fevereiro” de 1868.²⁴⁸ Era um papel que a guarda nacional cumpria para facilitar o envio dos praças do exército para o conflito, substituindo-os nessas funções, e nas atividades de apoio ao sempre deficiente corpo policial.

Isso indica que a rejeição ao engajamento pessoal na guerra não necessariamente implicava indiferença pelo esforço brasileiro no conflito. Pode significar, em grande medida, apenas o medo de ter sua vida destruída na violência do conflito. Paralelo ao medo de sofrer os riscos do engajamento para si ou seus familiares, existiam aqueles que buscavam contribuir de forma menos “arriscada”.

Caso emblemático é a subscrição pública realizada em Lages visando arrecadar dinheiro para auxiliar o Estado na alforria de escravos destinados ao conflito.²⁴⁹ A subscrição foi realizada por pelo menos oito meses, entre os meses de agosto de 1867 e março de 1868. Num momento em que muitos buscavam resistir de todas as formas possíveis ao próprio engajamento, era feito uma coleta para enviar escravos para a guerra.

Também podemos inferir da subscrição realizada em Lages que o poder das chefias locais além de ser elemento determinante no engajamento compulsório de indivíduos, também servia para incentivar e organizar as doações numa certa localidade. Isso provavelmente também era usado para realizar autopropaganda dessas chefias pelo patriotismo e diligência empregados nesses esforços pelas mesmas.

Outros exemplos de contribuição de autoridades locais para a mobilização local são os de um delegado de Laguna e o de um subdelegado da colônia Dona Francisca. O delegado de polícia do termo de Laguna, João Jose de Sousa Guimarães, desembolsou de seus próprios

248 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1868. Correspondência de 10 de março de 1868.

249 O caso é explicado em mais detalhes no capítulo “A 'cooperação compulsória' fracassa: De escravos a soldados”.

fundos, em março de 1865 (no começo da guerra), os gastos com o suprimento de onze voluntários e seis recrutas²⁵⁰, enquanto o subdelegado de polícia da colônia Dona Francisca, Carlos Julio Parucker, agenciou entre as pessoas de sua comunidade em 1868 “uma porção de ataduras e fios para tratamento dos feridos de nosso Exercito em operações”.²⁵¹

Por fim, as doações relativas ao conflito continuariam até o fim da própria guerra. Como no caso da subscrição pública realizada em Blumenau destinada ao asilo de inválidos oriundos da Guerra do Paraguai. O presidente da província agradecerá ao doutor Blumenau a abertura da dita subscrição em março²⁵² e em julho de 1870²⁵³ realizava novos agradecimentos pela remessa de valores referentes a essa subscrição. Entretanto, essas doações não significam necessariamente um fluxo constante de doações ao longo de todo o conflito. Aparentemente, os grandes momentos relacionados ao conflito, como a esperada vitória em março de 1870 e alguns dos pontos mais dramáticos nos anos de 1867 e 1868 serviram de catalisadores para essas contribuições.

250 APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1865. Correspondência de 30 de março de 1865.

251 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 3 de abril de 1868, nº 71.

252 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para diretores de colônias, 1866/1870. Correspondência do presidente para o diretor da colônia Blumenau, 22 de março de 1870. f. 182, 182v.

253 APESC. Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1867/1875. Correspondência de 12 de julho de 1870, nº 22.

Considerações finais

Cinco anos após o término da Guerra do Paraguai, em 1875, o presidente da província João Thomé da Silva com o “intuito de perpetuar a memoria dos briosos Voluntarios d'esta Província que, pressurosos correrão aos Campos do Paraguai”²⁵⁴, resolveu que era necessário mandar erigir um monumento.

O monumento deveria ser uma imponente coluna de 20 metros de altura situada no centro do Largo do Palácio (atual Praça XV de Novembro) e abrigaria a bandeira do 25º Batalhão de Voluntários da Pátria. O financiamento para tal obra deveria provir majoritariamente de donativos de particulares. Mal a obra teve início, João Thomé de Souza deixou o cargo de presidente. A obra foi paralisada pois as verbas para sua conclusão eram insuficientes.

O monumento seria concluído no ano seguinte, na administração do célebre veterano da guerra Alfredo d'Escragolle Taunay. Devido à falta de recursos a obra foi concluída com a metade do tamanho do projeto original e com um desenho bem mais simples. O monumento de 10,88 metros constitui-se de um plinto com uma pilha de bombas de morteiro no topo.

Entretanto, apesar das dificuldades em sua concretização o monumento manteve a ideia do projeto original. O monumento, tal qual os livros de história que se escreveram sobre o conflito até a década de 1970, visava perpetuar no imaginário coletivo uma imagem do conflito como uma saga épica realizada por heroicos voluntários. Os dilemas, conflitos e as angústias que viveram os catarinenses no conflito não foram considerados dignos de serem lembrados. O monumento traduz com fidelidade os valores e concepção de mundo elitistas de seus idealizadores. E mesmo os soldados de origem popular que lutaram e morreram no conflito caíram no esquecimento. No monumento há uma lista de nomes dos catarinenses que morreram no conflito, porém somente constam nomes de oficiais.

O objetivo do presente trabalho foi resgatar essa face da história silenciada pela historiografia tradicional. Compreender a mobilização militar na província de Santa Catarina considerando os dilemas e conflitos que essa originou no seio da sociedade catarinense. Levando em conta não somente os oficiais mas os soldados dos diferentes setores sociais que se viram engajados, voluntária ou involuntariamente, no conflito. Analisando para tanto as diferentes modalidades de engajamento dos combatentes catarinenses no exército, seus motivos, a atuação das autoridades catarinenses bem como dos grupos mobilizados para lutar no confronto.

254 Fala do presidente da província de Santa Catarina, 21 de março de 1875. p. 87.

Como vimos, o esforço de cooperação compulsória empreendido pelo governo em Santa Catarina passou por dificuldades mais cedo do que nas províncias do norte e no Rio de Janeiro. A proximidade de Santa Catarina com o conflito fez com que os catarinenses travassem contato desde os primeiros dias com a face crua e violenta da guerra, fosse através dos relatos daqueles que iam e voltavam do teatro de guerra, dos soldados que vinham enfermos ou mutilados para tratar-se na província ou mesmo nas epidemias que vitimavam, desde o início da guerra, tanto militares como civis. Esses aspectos do conflito, que faziam parte do cotidiano de Desterro, foram conhecidos apenas mais tarde e de um modo menos direto nas outras províncias, o que contribuiu para que cedo desaparecessem as ilusões sobre a realidade do conflito na província.

O surto de voluntariamento que ocorreu no Rio de Janeiro e na Bahia, por exemplo, não teve a mesma intensidade em Santa Catarina. Como consequência, não foram dispensados guardas nacionais convocados nos primeiros tempos do conflito por decisão do presidente da província como no Rio de Janeiro. As dificuldades com o engajamento de praças de pret e guardas nacionais surgiram, portanto, desde o começo com intensidade.

Ainda que o apelo patriótico e as vantagens prometidas pelo decreto que estabeleceu os voluntários da pátria não encontrassem a mesma aceitação em Santa Catarina que no Rio de Janeiro, foram suficientes para que fossem formados dois batalhões de voluntários em 1865 (ainda que um fosse misto com tropas do Paraná). Nesses batalhões pudemos encontrar casos de reais voluntários bem como pessoas de extrações sociais que normalmente não eram recrutadas para servir no exército.

Entretanto a duração e violência do conflito logo fizeram que o elemento de cooperação fracassasse na estratégia de cooperação compulsória, ganhando importância o aspecto coercitivo. Em Santa Catarina, após a partida dos dois batalhões de voluntários no primeiro ano da guerra, o restante dos voluntários iriam ser incorporados a outros corpos, aproveitando o intenso deslocamento de tropas do restante do Império com destino ao Paraguai.

O caráter coercitivo do recrutamento, todavia, não surgiu apenas quando o ímpeto patriótico arrefeceu. Os praças de pret e os guardas nacionais desde os primeiros dias se viram sob as ameaças e arbitrariedades dos agentes recrutadores.

Os praças de pret, engajados involuntariamente no serviço militar e sem os benefícios dos voluntários, pertenciam aos estratos mais baixos da sociedade. Recrutados “à moda antiga”, esses indivíduos, considerados desqualificados socialmente, opuseram grande resistência a seu engajamento. A maior parte daqueles que estavam no serviço militar em

Santa Catarina no início do conflito marchou ainda em 1864, por ocasião do início das hostilidades com o Uruguai, e em princípios de 1865, logo após a deflagração da guerra com o Paraguai. A partir desse momento, houve grandes dificuldades em sua mobilização, uma resistência que não era novidade no engajamento de praças de pret no exército imperial. O pequeno número de praças de pret constante nas estatísticas do Ministério da Guerra – 180, 11,71% - desconsidera os que foram mobilizados ainda no conflito com o Uruguai. Contabilizando esses 650 soldados chegaríamos a 830, o que equivale a 37,95% do esforço de guerra da província. Entretanto, o número apresentado pelo Ministério da Guerra, apesar de provavelmente subestimado, indica o fracasso na caçada empreendida aos recrutas sob essa categoria após iniciada a guerra com o Paraguai.

A guarda nacional até a Guerra do Paraguai funcionava como um corpo paramilitar a serviço dos chefes locais. Em Santa Catarina, a guarda não estava realmente organizada por ocasião da deflagração do conflito. Ocorreram grandes dificuldades em sua mobilização e esta teve dificuldades de realizar, inclusive, funções básicas como substituir praças de pret destacados em algumas regiões da província para que pudessem ser enviados à guerra.

As resistências que os guardas nacionais opuseram ao serviço de guerra no exterior, dado que em Santa Catarina não houve dispensa nos primeiros tempos pelo afluxo de voluntários, foi enorme desde os primeiros dias. Foi algo que, entretanto, se deu em praticamente todo o Império. A guarda nacional até então servira como instrumento político de poderes locais e garantia aos guardas a isenção do serviço no exército, o que até o início do conflito equivalia a isenção do engajamento em guerras. Por isso a mobilização dessa encontraria resistências de alto a baixo na estrutura da guarda nacional, implicando o fracasso em sua mobilização. Era desse “defeito radical” em sua organização que reclamava o presidente da província de Santa Catarina em relatório de 1867.²⁵⁵ Dos 608 guardas nacionais que coube a Santa Catarina oferecer ao longo da guerra, apenas 264 guardas e um certo número de substitutos efetivamente marcharam. Esse número de guardas nacionais designados para o conflito equivalem a 17,18% da mobilização catarinense, segundo o Ministério da Guerra, e a 12,07% considerando as tropas que já haviam partido por ocasião da intervenção no Uruguai. Parte da guarda nacional da província acabou por auxiliar no esforço de guerra realizando serviços de apoio a polícia e substituindo o exército em algumas regiões de Santa Catarina, incluindo Desterro, até o final da guerra.

Os clarões abertos nas tropas, a partir de finais de 1866, pela mortandade causada por batalhas e pelo surgimento de epidemias fez com que a demanda por novos efetivos

255 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 3.

aumentasse e as arbitrariedades no recrutamento se tornassem algo cada vez mais comum. Os casos denunciados pelos agentes consulares de estrangeiros arbitrariamente capturados pelas autoridades recrutadoras locais dá uma ideia da violência pela qual passaram muitos brasileiros. Esses casos puderam ser conhecidos por nós graças à intervenção dos agentes consulares por meio de canais oficiais, ao contrário das muitas arbitrariedades no recrutamento de brasileiros que quando evitadas, graças à proteção de indivíduos influentes, ainda assim ficavam no silêncio.

As dubiedades envoltas por trás da designação de voluntário da pátria devem ter aumentado com as crescentes dificuldades no engajamento. A coerção já se encontrava presente desde os primeiros dias através das chantagens realizadas pelo governo provincial e publicizadas pela imprensa local, ameaçando os prováveis recrutas de que caso não se apresentassem como voluntários iriam à força e sem os benefícios desses. O aumento das dificuldades no envio de soldados favoreceu situações como a do “voluntário” português Theotônio Gonçalves, que alegava ter sido engajado à força como voluntário, apesar das negações das autoridades provinciais. Esta foi uma situação que apesar de dificilmente transparecer na documentação oficial foi significativa a ponto de que o ministro da guerra reconhecesse em 1870 a existência de muitos casos de voluntários involuntários ao longo da guerra. Essas situações tornam difícil saber quantos eram realmente voluntários.

Os soldados engajados sob a categoria “Voluntários da Pátria” nas estatísticas do Ministério da Guerra, 969, compreendem 63,04% do total. Considerando que essa categoria correspondeu a 44,31% dos efetivos mobilizados da província (contabilizando os praças que haviam sido mobilizados já para a intervenção no Uruguai uns meses antes do início da guerra com o Paraguai), que as demais categorias se tratavam de indivíduos que não tinham o direito de escolher sobre sua participação, as dubiedades existentes por trás da designação de voluntários e que dentro dos próprios voluntários houve casos de recrutamento forçado, podemos afirmar que a maior parte do esforço de guerra da província foi composta por indivíduos que não tiveram o poder de decidir sobre sua participação.

As estratégias utilizadas pelos designados ao serviço de guerra para escapar dos campos de batalha no Paraguai acabaria por gerar ainda outra categoria de participantes com números expressivos, a dos substitutos. Esse recurso apesar de denotar resistência ao engajamento, obviamente não atrapalhava o esforço de guerra em si. Ao contrário do que se pensa, essa estratégia não deve ter sido utilizada tanto por senhores abastados e influentes, que detinham o controle dos próprios mecanismos de recrutamento, mas por indivíduos de alguma posse mas sem as influências políticas necessárias para escapar do recrutamento.

Encontramos, inclusive, o caso do colono José Martinho de Andrade, que diante da impossibilidade de escapar do recrutamento acaba por negociar com seu irmão a substituição. Infelizmente, as condições do acordo realizado entre esses irmãos escapam a nosso conhecimento.

Em Santa Catarina foram enviados como substitutos no lugar de praças de pret e guardas nacionais 99 homens livres e 24 escravos, o que equivalem a 5,63% do esforço de guerra (incluindo as tropas que já haviam partido por ocasião da intervenção no Uruguai).

Quanto à participação de escravos, essa foi numericamente expressiva apenas na mobilização realizada na província para a armada. No exército, apesar dos números do Ministério da Guerra certamente subestimarem a participação desses, foram numericamente inexpressivos. Afora os 24 escravos substitutos, as estatísticas do Império apontam para apenas um escravo doado de particular, sendo que temos provas da existência de ao menos um escravo oferecido por seu senhor mediante indenização que indubitavelmente deveria estar contabilizado na categoria de escravos mobilizados sob as custas do governo. Quanto aos escravos fugidos que se engajavam no conflito como estratégia para obter a liberdade, obviamente não transparecem na documentação os que obtiveram êxito. Encontramos apenas um caso indubitável de escravo que se engajou com esse objetivo no Rio de Janeiro mas que foi descoberto em Santa Catarina e a possibilidade de outro que vivendo em Desterro buscou a mesma estratégia.

Como vimos, além das dificuldades com o alistamento voluntário, encontramos em Santa Catarina grande resistência ao recrutamento, que se deu através de diversas estratégias. As substituições corresponderam a 5,63% do total de soldados enviados, o que indica que a maior parte que buscou evadir-se da guerra apelou a outras alternativas.

O uso da fuga para o mato como expediente para fugir da guerra certamente contribuiu para frustrar os intentos do recrutamento. O que levou o presidente da província a lamentar-se que muitos guardas nacionais buscassem os matos ainda que não estivessem nas condições de servir.²⁵⁶ Ora, vimos, que diante das arbitrariedades praticadas, esses sabiam que poderiam ser engajados com ou sem isenções. E por isso sua atitude longe de um exagero foi compreensível. Entretanto, a fuga para o mato tampouco adquiriu proporções tais que atrapalhassem as atividades agrícolas.²⁵⁷

A fuga para o mato também foi utilizada pela população do norte do país, chegando ao ponto de despovoar vilarejos. Entretanto, a proteção oferecida pelas redes de clientelismo

²⁵⁶ Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 2.

²⁵⁷ Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 2 de abril de 1869. p. 17.; Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 25 de março de 1870. p. 13.

local sempre foram um meio mais eficiente no Brasil imperial. Aparentemente, o fracasso relativo dessas estratégias nas províncias do norte levaria a atitudes desesperadas como ataques a delegacias e prisões, visando libertar recrutas.

Em Santa Catarina, o esforço do recrutamento não levou a semelhantes medidas por parte dos populares. Não encontramos menções a perturbações públicas ocasionadas pela guerra ao longo de todo o conflito²⁵⁸ e há inclusive elogios a tranquilidade pública apesar das necessidades de recrutas impostas pela guerra. A esse respeito declarou o presidente da província em relatório de 1867: “A proverbial mansuetude e os sentimentos ordeiros da população não se desmentirão uma só vez, nem por ocasião das aquisições de forças para o exercito (...)”.²⁵⁹

Dessa forma, ao que parece, o elemento decisivo para frustrar as metas propostas pelo governo imperial no tocante ao esforço de guerra catarinense foi a atuação dos poderes locais. Esses, utilizando-se da dependência que o governo central tinha de sua colaboração para o sucesso do recrutamento e as dubiedades do sistema de isenções, frustrariam os repetidos intentos para angariar soldados nos números exigidos e levariam o presidente da província a utilizar as isenções legais como desculpa para as nunca atingidas metas de recrutamento.²⁶⁰ Isenções, vale lembrar, que por si só não eram garantia confiável de evasão do recrutamento. Como bem o sabiam os guardas que não estando em condições de servir, ainda assim se ocultavam nos matos, e como descobririam os estrangeiros recrutados com documento de isenção em mãos.

As dificuldades impostas ao recrutamento ficam claras quando olhamos o número de apenas 264 guardas nacionais enviados para a guerra em relação aos 608 requisitados à Santa Catarina pelo Império, e ao baixo número de praças de pret recrutados após o início da guerra, 180 soldados. De setembro de 1868 em diante, não encontramos mais menções de envio de forças catarinenses significativas, sendo que de janeiro à 11 de agosto de 1869 foram enviados apenas 18 combatentes.

Finalmente, é importante dizer que apesar das dificuldades do recrutamento, visto tanto nos batalhões de voluntários, quanto nas nunca alcançadas metas de praças de pret e guardas nacionais, a província de Santa Catarina não ficou atrás das demais quanto à media de combatentes (considerada em relação à população masculina da província). Apesar de estar

258 Exceto a revolta popular ocasionada pela agressão do prisioneiro paraguaio Diogo Alvarenga a um soldado da Companhia de Inválidos no ano de 1868. Para mais informações ver o capítulo “O Contexto Catarinense”.

259 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 11 de junho de 1867. p. 5.

260 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. p. 4.

distante do índice de 8% da Corte²⁶¹, analisando os dados do censo populacional de 1866²⁶² e os números da mobilização do Ministério da Guerra, encontramos um percentual semelhante ao da Bahia e da média nacional²⁶³: 2,6% da população masculina catarinense foi engajada no conflito. Se considerarmos as tropas que saíram alguns meses antes do início da guerra com o Paraguai, por ocasião do conflito com o Uruguai, temos o índice de 3,7%, um pouco superior ao encontrado no restante do país. Isso porque, as dificuldades não foram exclusividade de Santa Catarina, as demais províncias enfrentaram problemas semelhantes, em maior ou menor proporção.

261 SALLES, Ricardo. Negros guerreiros. Revista Nossa História, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 32.

262 Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1º de maio de 1867. “Mappa da população da província de Santa Catharina no anno de 1866.”

263 SALLES, Ricardo, Op. Cit. p. 32.

Fontes

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina:

- Correspondências do Ministério da Guerra para o presidente da província, 1864-1870 (8 volumes).
- Registro das correspondências do presidente da província para o Ministério da Guerra, 1864-1875 (3 volumes).
- Registro das correspondências do presidente da província para diretores de colônias, 1866/1870.
- Ofícios dos cônsules para o presidente da província, 1866/1870.
- Registro das correspondências do presidente da província para cônsules, 1860/1875.
- NUNES, Neusa Rosane Damiani. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Fonte: Registro das correspondências do presidente da província para os juízes (1835/1876), v.1. Florianópolis: APESC, 1993.

Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da UFSC:

- Cartas de liberdade e contratos de locação de serviços na Ilha de Santa Catarina. Projeto "Arranjos de liberdade e de trabalho entre a escravidão e o pós-emancipação: um estudo sobre os fundos cartoriais na Ilha de Santa Catarina no século XIX".

Center for Research Libraries (Chicago):

- Relatórios, falas e mensagens dos presidentes da província de Santa Catarina, 1862-1872, 1875. Disponíveis em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- Relatório do Ministério da Agricultura, 22 de maio de 1867. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1951/>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- Relatórios do Ministério da Guerra, 1865, 1872-1873. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- Relatório do Ministério da Justiça, 15 de maio de 1866. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1858/>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

Câmara dos Deputados:

- Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

Referências bibliográficas

- BALABAN, Marcelo. “Voluntários involuntários”: O recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/download/11391/11102>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- BARROS, José D'Assunção. O Campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BERTONHA, João Fábio; MOSCATELI, Renato. Imperialismo ou realpolitik? Uma análise da produção histórica recente sobre a Guerra do Paraguai. Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 43, n. 2, dezembro de 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. Estudos avançados, São Paulo, vol. 9, n. 24, agosto de 1995, p.269-285. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a14.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1972.
- CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio americano: a Guerra do Paraguai. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A guerra do Paraguai: 2ª Visão. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A desilusão do guerreiro. Revista Nossa História, n. 31, Ano 3. São Paulo: Editora Vera Cruz, Maio de 2006. p. 50-53.
- HOBSBAWN, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IZECKSOHN, Vitor. Recrutas da Pátria. Revista Nossa História, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 31.
- IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- KOLING, Paulo José. (Re)Visões de uma historiografia dependentista sobre a Guerra contra o Paraguai. Revista Espaço Acadêmico, n. 62, julho de 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/062/62koling.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] – parte I. Revista Espaço Acadêmico, n. 91, dezembro

de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91maestri.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] – parte II. Revista Espaço Acadêmico, n. 92, janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/092/92maestri.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] – parte III. Revista Espaço Acadêmico, n. 93, fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/093/93maestri.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. A Liberdade Fardada: Escravidão e Alforria na Guerra do Paraguai. In: VI Encontro Estadual de História - Associação Nacional de História / RS (ANPUH/RS), 2002, Passo Fundo. Anais do VI Encontro Estadual de História - Ser Historiador Hoje. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

NETO, Manoel Soriano. Guerra do Paraguai: Aspectos Sumários. Centro de Documentação do Exército. Disponível em: http://www.cdocex.eb.mil.br/site_cdocex/Arquivos%20em%20PDF/Guerra_do_Paraguai.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

NETO, Ricardo Bonalume. Tríplice Desafio. Revista Nossa História, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 24-27.

POMER, León. La guerra del Paraguay. Buenos Aires: Editorial Leviatán, 2008.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALLES, Ricardo. Negros guerreiros. Revista Nossa História, n. 13, Ano 2. São Paulo: Editora Vera Cruz, Novembro de 2004. p. 28-32.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.